
EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

Estratégias de gestão

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS -
ABEU

Diretoria 2019-2021

Presidente

Rita Virginia Argollo

Vice-Presidente

Marcelo Luciano Martins Di Renzo

Diretora de Comunicação

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Diretor de Difusão Editorial

Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Diretor de Eventos

Alex Niche Teixeira

Diretor Financeiro

Murillo Almeida Cerqueira Campos

Diretora Secretária

Gleisy Regina Bories Fachin

Diretor Região Centro-Oeste

Lauro Eugênio Guimarães Nalini

Diretora Região Nordeste

Izabel França de Lima

Diretora Região Norte

Maristela Barbosa Silveira e Silva

Diretor Região Sudeste

Flavio de Lemos Carsalade

Diretor Região Sul

Rodrigo Tadeu Gonçalves

Conselho Fiscal

Astomiro Romais

Cristiane de Magalhães Porto

Glauco Ludwig Araujo

(Suplentes)

Michele Marcos de Oliveira

Fernando da Costa Mattos

Secretário Executivo

Rubens Mandelli Nery

Associação Brasileira das Editoras Universitárias - ABEU
Rua Avenida Fagundes Filho, 77, sala 24, Vila Monte Alegre
04304-010 São Paulo SP 11 5078-8826
abeu@abeu.org.br

EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

Estratégias de gestão

Flávia Goulart Rosa · Rita Virginia Argollo
Organizadoras

São Paulo
ABEU
2019

2019, autores.

Direitos dessa edição cedidos à Abeu.

Feito o Depósito Legal

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Vânia Vidal

REVISÃO

Eduardo Ross

NORMALIZAÇÃO

Daiane Azevedo

Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU)

R788e Rosa, Flávia Goulart
Editoras Universitárias: estratégias de gestão / Flávia Goulart Rosa e
Rita Virginia Argollo (Organizadoras). - São Paulo : Associação
Brasileira das Editoras Universitárias - ABEU, 2019.
233 p.: il.; 23cm.

Contem tabelas e gráficos.

ISBN 978-85-60442-03-4

1. Editoras universitárias. 2. Livro acadêmico. 3. Gestão de editoras.
4. Difusão científica. I. Argollo, Rita Virginia. II. Título.

CDU: 655.41: 658

Elaborado por Neide M. J. Zaninelli - CRB-9/ 884

Editora afiliada à



SUMÁRIO

Prefácio	9
-----------------	----------

Abel L. Packer

Apresentação	15
---------------------	-----------

Flávia Goulart Rosa

Rita Virginia Argollo

PRIMEIRA PARTE

Ambiente jurídico de atuação das editoras universitárias	19
---	-----------

enfrentamento de entraves

Lahiri Lourenço Argollo

A comercialização nas editoras universitárias federais do Brasil	35
---	-----------

práticas de gestão

Carla Rosani Silva Fiori

Gleisy Regina Bóries Fachin

Alessandra de Linhares Jacobsen

Trajetória para a adoção da nota fiscal em editora universitária	59
---	-----------

um estudo de caso

Denise Wolff

SEGUNDA PARTE

Os livros e as tecnologias	87
metadados, formatos e linguagens	
<i>Amanda Ramalho</i>	

A customização do Open Monograph Press para o gerenciamento de livros na Editora UFPB	101
--	------------

Fabiana da Silva França
Izabel França de Lima
Geisa Fabiane Ferreira Cavalcante
Bruno Alexandre B. de A. Siqueira Campos
Ana Gabriella de Carvalho Albuquerque
Jerfson Oliveira de Souza
Lucas Magno de Oliveira Aragão
Gabriela Maria Soares Fernandes
Heudja Santana Varela Ribeiro de Araújo
Lynda Lee Batista do Santos Lima

OMP e sua aplicação para a publicação de livros	119
a experiência da Editora IFPB	

Carlos Danilo M. Regis
Luciana Farias
Maria Clara Santana Maroja

TERCEIRA PARTE

Uma nova experiência de leitura	133
a Coleção Temas em Saúde Interativa	

da Editora Fiocruz

Maria Fernanda Marques Fernandes

Phelipe Gasiglia

Vanessa Freitas Silva

Letícia Taets

O livro no Sistema de Avaliação da Capes 147

Kátia de Oliveira Rodrigues

Flávia Goulart Rosa

Marlene Oliveira

Susane Barros

**As editoras universitárias e a Lei Geral
de Proteção de Dados** 175

Lahiri Lourenço Argollo

Leia, escreva e publique como uma mulher 199

trajetória das mulheres na autoria
das publicações da Editora da UFRGS

Alex Niche Teixeira

Aline Vasconcelos

Clarissa Felkl Prevedello

Débora Deamici Vieira

Fernanda Kautzmann

Gabriela Campagna Azevedo

Heloísa Polese Machado

Marleni Nascimento Matte

Sobre os autores 225

PREFÁCIO

Abel L. Packer

*Diretor do Programa SciELO / FAPESP,
Coordenador de Projetos da Fundação
de Apoio à Universidade Federal de São Paulo*

A produção do livro acadêmico no Brasil pelas editoras universitárias e similares alcançou nos últimos anos uma média anual superior a 2.800 títulos. A maioria das universidades e várias outras instituições de pesquisa contam com editora própria que opera catálogos atualizados de livros que complementam os periódicos e outros veículos na comunicação de pesquisas, ensaios e obras referenciais, além da edição de livros-textos.

Para várias disciplinas e áreas temáticas, o livro é o principal meio de comunicação e de referência de estudos acadêmicos. Por exemplo, entre os periódicos da coleção SciELO Brasil das áreas de ciências humanas e linguística-literatura e artes, os livros representam mais de 40% das citações concedidas. Com todas as suas especificidades, o livro acadêmico é um componente proativo no conjunto da produção científica do Brasil. Nesse sentido, a busca por maior eficiência na produção do livro e por maior visibilidade dos conteúdos é a questão central que permeia a governança e gestão das editoras acadêmicas e orienta, ou deveria orientar, a formulação e implantação de políticas de desenvolvimento do livro acadêmico.

A gestão e operação das mais de 124 editoras acadêmicas do Brasil apresentam características próprias advindas das suas histórias e

das condições, políticas e prioridades estabelecidas pelas instituições-mães. O resultado é uma valiosa diversidade de políticas editoriais e modelos de negócios que se diferenciam e complementam as editoras puramente comerciais ao privilegiar a disseminação de conhecimento que além do avanço da pesquisa, do ensino e da cultura, contribuem para a formulação de políticas públicas e informam decisões sobre questões de interesse profissional, social e cultural.

Além do contexto institucional que envolve o funcionamento das editoras, a produção eficiente do livro acadêmico e seu potencial de visibilidade e de comercialização, quando for o caso, são, por um lado, condicionados pelo seu reconhecimento junto a outros veículos no sistema nacional de comunicação e avaliação da pesquisa, e, por outro, dependem da adoção oportuna e ubíqua de tecnologias, soluções e serviços oferecidos pela publicação digital *on-line*. Não obstante, a diversidade do universo editorial acadêmico do Brasil, esses condicionantes conformam desafios e interesses comuns, quase sempre compartilhados e discutidos no âmbito dos programas e eventos da Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU). Este livro é produto da 31ª Reunião Anual da ABEU e 2º Seminário Brasileiro de Edição Universitária e Acadêmica, quando foram apresentados estudos e análises relativas aos contextos que influem nas características e eficiência da gestão das editoras universitárias na produção, comercialização e viabilidade do livro acadêmico.

Deste modo, esse livro compõe-se de dez capítulos. Os temas relativos à inserção das editoras no contexto institucional é que se encontram mais presente. Além da provisão de rigor científico e liberdade acadêmica, a universidade dota as editoras de sustentabilidade legal e financeira, exigências e compromissos da gestão pública que limitam sua competitividade no mercado tradicional das editoras comerciais.

O primeiro texto trata dos desafios para uma gestão eficiente da comercialização do livro acadêmico. Os inúmeros condicionantes legais impostos pela governança, políticas e regras das universidades são analisados com destaque para mecanismos desenvolvidos para superar as ausências de personalidade jurídica, orçamento e pessoal próprios no âmbito da Editus – Editora da UESC.

Nesse sentido, o capítulo seguinte, que vem da Editora da UFSC, trata do processo de adoção da nota fiscal eletrônica a partir da necessidade de facilitar a comercialização de livros. Este trabalho é resultado de uma pesquisa de mestrado, que aborda a avaliação da gestão da editora como parte integral do complexo de políticas, programas acadêmicos e administrativos da universidade

Ainda nesta perspectiva, o próximo texto, que apresenta a experiência da Editora da UFPR, aborda os desafios na comercialização de livros pelas editoras das universidades federais por meio de um mapeamento com o apoio de uma ampla gama de dados de consulta e entrevistas junto aos gestores. Sua análise revela que no entremeio à diversidade de gestão das editoras e os condicionantes do sistema universitário federal há interesses comuns em prol da formulação de políticas nacionais e da adoção de boas práticas editoriais.

Os três próximos capítulos tratam de tecnologias de informação na produção e disseminação do livro acadêmico. O primeiro discute, no contexto do SciELO Livros, as questões que envolvem o livro após sua publicação em formato digital e em variados suportes, sendo inserido no fluxo global de informação científica e requerendo obrigatoriamente a obediência às práticas de disseminação, com destaque para a preparação cuidadosa dos metadados dos capítulos e da própria publicação, além de sua indexação nos sistemas nacionais e internacionais. O concurso de tecnologias de informação atualizadas na automação do fluxo é indispensável para que norteie a gestão das editoras.

Logo em seguida, dois capítulos apresentam experiências no uso do *software* Open Monograph Press (OMP): uma vem da Editora da UFPB, com um relato sobre o ciclo completo da implantação do OMP, experiência modelo para outras editoras, e sua aplicação para a publicação de livros com foco na automação do fluxo de produção e publicação do portal. Já a outra enfatiza a necessidade de se dar visibilidade e reconhecimento ao livro acadêmico como meio de divulgação científica e aborda a implantação da Editora do IFPB, destacando como a adoção do OMP transformou as rotinas produtivas.

O capítulo seguinte traz estudos desenvolvidos no âmbito da Edufba e mostra que, no Brasil, o Qualis da Capes é a principal referência de reconhecimento formal do livro acadêmico como sistema de avaliação das pesquisas dos programas de pós-graduação. Não obstante a predominância do artigo de periódicos indexados como o meio operado pelo sistema de estratificação do Qualis, no estudo é identificada e analisada a presença do livro nas metodologias utilizadas pelas áreas de avaliação do Qualis no quadriênio 2013-2016.

Na sequência, temos uma experiência da Editora da Fiocruz pautada na interatividade como meio de ampliar as possibilidades de leitura com foco nos jovens e, assim, ampliar a disseminação de conhecimento. Logo após, vemos uma análise descritiva e bibliométrica sobre livros com autoria de mulheres. A pesquisa desenvolvida pela Editora da UFRGS destaca a contribuição dessas autoras na construção e disseminação do conhecimento e fez parte de uma campanha de reconhecimento e disseminação do protagonismo da mulher na história da comunicação acadêmica, realçando a proatividade da editora e promovendo a visibilidade de uma parte diferenciada do seu catálogo.

Por fim, contamos com uma análise da Lei nº 13.709/18, denominada de Lei Geral de Proteção Dados Pessoais (LGPD), que estabelece normas rigorosas. Com previsão de entrada em vigor em 2020,

deverá ter grande impacto na sociedade, criando um regramento para o uso de dados pessoais no Brasil, tanto *on-line* quanto *off-line*, nos setores privado e público, com repercussão maior em pequenas e médias empresas. A avaliação da Editus – Editora da UESC aposta que as editoras universitárias precisam estar preparadas, adotando novos modelos de governança.

Este livro nos oferece uma mirada atual sobre desafios e avanços da gestão das editoras acadêmicas do Brasil. A essa importante contribuição da ABEU deverão se seguir estudos sobre o desenvolvimento de modelos de negócios da publicação em acesso aberto que se alinhem à missão das universidades de promover a disseminação do conhecimento como um bem público. Bate às portas também o alinhamento progressivo do livro acadêmico com as práticas da ciência aberta. Os esforços de aperfeiçoamento das editoras universitárias e similares a partir das experiências aqui publicadas projetam um estado de avanço e perspectivas de evolução como importantes expressões do progresso da infraestrutura de ensino e pesquisa do Brasil.

APRESENTAÇÃO

Pensar a publicação acadêmica no contexto contemporâneo pode ser considerado um contrassenso. No entanto, para nós, representa uma certa forma de rebeldia – no sentido de não conformidade, de reação. Buscamos a metalinguagem, o livro para falar do livro. E é neste suporte que apresentamos a você um panorama de experiências que têm colocado o segmento de Científicos, Técnicos e Profissionais (CTP) alinhado ao cenário da produção nacional.

Desta vez, não vamos falar das assombrosas taxas de não leitores no nosso país, não queremos destacar as desvantagens de um sistema educacional fragilizado, não pretendemos manter o foco nos empecilhos que endurecem a nossa caminhada cotidiana. Não que esses recortes deixem de ser imprescindíveis. É que para essas reflexões temos a mídia – hegemônica ou não –, os institutos de pesquisa com trabalhos apurados nesse sentido, diversos estudos em andamento ou já concluídos.

O que nos move neste terceiro livro da Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU) são dois elementos que têm apontado para a grandeza deste segmento: os estudos aprofundados acerca da edição universitária e a persistência de tantos profissionais desta área que buscam insistentemente a saída do labirinto. Essa maturidade pôde ser vista de modo sistemático em 2018, no 1º Seminário Brasileiro de Edição Universitária e Acadêmica, em Petrópolis; e em 2019, na segunda edição deste evento, em Porto Alegre, sempre associado à Reunião Anual da ABEU.

O interesse pelo aprofundamento teórico e pela práxis das editoras universitárias foi o que fez germinar esta semente em direção à partilha de conhecimentos e saberes, além da divulgação e difusão científica. Nesse sentido, reunimos nesta obra alguns dos temas e autores que integraram o 2º Seminário, mas também outros assuntos considerados valiosos para o momento atual. Trazemos aqui reflexões de editoras estaduais, federais, de diversas regiões do país, que, a partir de suas demandas, especificidades, sotaques e culturas, têm encontrado caminhos, demonstrando que a composição de associadas da ABEU é ampla, múltipla e agregadora.

Com vistas a auxiliar a leitura, dividimos esta publicação em três partes. Na primeira, discutimos questões específicas do percurso administrativo. Na segunda, tratamos do livro na cibercultura, de como podemos tirar melhor proveito das tecnologias digitais em rede. Já na parte final, nosso olhar é para experiências que estão na agenda da atualidade, seja no âmbito científico – com os sistemas governamentais de avaliação do livro – ou na perspectiva social – com as questões de gênero. Nossos agradecimentos a todos que se empenharam conosco para esta publicação. Que possamos encontrar o fio do novelo nas páginas seguintes e, sendo ou não utopia, que produzir e compartilhar conhecimentos tendo em vista a construção de uma sociedade que preze, de fato, pela dignidade da pessoa humana seja sempre o nosso oxigênio!

Flávia Goulart Rosa

Rita Virginia Argollo

PRIMEIRA PARTE

AMBIENTE JURÍDICO DE ATUAÇÃO DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

enfrentamento de entraves

Lahiri Lourenço Argollo

Introdução

A comunicação é parte essencial da tríade ensino-pesquisa-extensão, finalidades atribuídas às universidades pelo art. 207 da Constituição Federal. (BRASIL, 1988) A disseminação do saber acadêmico promove o desenvolvimento da ciência e da inovação, além de ser um dever do Estado garantir direitos culturais aos cidadãos, conforme a Constituição. (BRASIL, 1988, art. 5º, inciso XIV, e art. 205) Natural, portanto, a concepção de editoras como veículos de difusão do conhecimento por parte das universidades.

A implantação das editoras universitárias no Brasil se iniciou por volta da década de 1960, com o surgimento de gráficas ou imprensas, porém se intensificou a partir da redemocratização brasileira, na década de 1980, quando se nota um impulso institucional nessa direção, embalado no contexto de liberdade política, cultural e social. (ROCHA, 2014) Contribuem para tanto incentivos financeiros estatais através do Programa de Estímulo à Editoração do Trabalho Intelectual nas Insti-

tuições de Ensino Superior (PROED), vinculado à Secretaria de Ensino Superior (SeSu/MEC), tendo por meta a editoração de textos de docentes, com ênfase nas universidades, com projetos editoriais próprios. (BUFREM, 2008, p. 21)

Outros fatores favoreceram a expansão das editoras universitárias. O aumento dos cursos de pós-graduação no país fomentou a produção de artigos científicos e criação de periódicos, gerando o notável crescimento no número anual de publicações entre os anos de 1981 e 2014, indo de 2000 a mais de 40.000 registros na plataforma *Web of Science*. (OLIVEIRA JÚNIOR, 2016) Já a criação da Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU), em 1987, junta-se ao rol de estímulos para a ampliação da quantidade de editoras, auxiliando na organização e profissionalização do setor. (GUEDES; PEREIRA, 2000)

Fato é que nos últimos 40 anos as editoras universitárias se tornaram uma realidade no Brasil, contabilizando a ABEU, atualmente, 123 associadas. É um quantitativo que chama a atenção, considerando-se todas as dificuldades que o setor atravessa recentemente. Mais impressionante, todavia, é que boa parte delas pertence a instituições públicas, cujos desafios de gestão superam, em muito, as adversidades do setor privado.

As editoras de universidades públicas enfrentam diariamente entraves para a comercialização dos livros que produzem. São situações diversas que tornam sua gestão um desafio. Possuir um número de cadastro de pessoa jurídica, emitir uma nota fiscal, admitir e administrar recursos humanos, contratar serviços e até mesmo ter acesso e utilizar-se dos próprios recursos financeiros. Tudo o que é rotina no mercado editorial, mas que para essas editoras apresenta-se como obstáculos por vezes de difícil solução.

Ambiente jurídico de editoras de instituições públicas de ensino

A razão desse cenário é notória. As editoras universitárias da rede pública de ensino estão submetidas a um ordenamento próprio. Inserem-se na esfera do direito público, que tem como pilares constitucionais a supremacia do interesse público e os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A legalidade nesta seara difere-se do setor privado em função das exigências do bem comum, sobrepostas à vontade pessoal. Em síntese, “enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza” (MEIRELLES, 2005, p. 82)

Justamente por não existir uma legislação específica é que as editoras universitárias se ressentem da falta de liberdade de atuação. Porém, a questão não se restringe a este aspecto. Elas também são órgãos integrantes de autarquias, ou seja, pessoas jurídicas da Administração Pública Indireta. Nesse ponto, os obstáculos se multiplicam.

As editoras universitárias são entes despersonalizados (é a universidade que possui capacidade jurídica) e, portanto, não respondem por si mesmas, não podendo firmar contratos nem convênios. Trata-se do princípio da imputação volitiva, dentro da teoria do órgão, pela qual é a pessoa jurídica que representa a vontade do órgão. (CARVALHO FILHO, 2013) Além de não poderem ter a iniciativa de ação, necessitam da autorização e concordância da instância hierarquicamente superior.

Não possuem um quadro de pessoal específico (carreira), portanto não podem impor requisitos próprios quando da realização de concurso público pela instituição. São compostas de docentes, técnicos e/ou analistas nelas lotados, implicando não só na instabilidade de seus recursos humanos como, muitas vezes, na falta de mão de obra especializada.

Não dispõem de orçamento próprio nem mesmo autonomia na administração dos recursos financeiros que geram. E para as aquisições e contratações de serviço que necessitem realizar, mediante autorização do gestor da universidade e disponibilidade orçamentária da instituição, submetem-se ao regime licitatório e demais regras pertinentes previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Ademais, como lembra Carvalho Filho (2013, p. 461, grifo nosso), autarquias são “pessoa jurídica de direito público, integrante da Administração Indireta, criada por lei para desempenhar funções que, *despidas de caráter econômico*, sejam próprias e típicas do Estado”. A vedação para atuar economicamente advém do art. 5º do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967:

Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se:

I – Autarquia – o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada. (BRASIL, 1967)

Justamente por essa razão que não é possível, por exemplo, as editoras utilizarem-se do número primário da universidade no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do atual Ministério da Economia. A Receita Federal reserva para as autarquias numeração própria, isenta de controle em razão da imunidade tributária estabelecida pela Constituição (art. 150, §2º). É preciso um número secundário ou outra fonte de CNPJ que permita o controle tributário, ainda que não existam impostos sobre livros e periódicos (BRASIL, 1988, art. 150, inciso VI, alínea “d”), para que a editora possua atuar comercialmente.

Desse modo, podemos sintetizar a situação jurídica das editoras a partir do seguinte cenário:

a. limitações:

Legais	Administrativas
<ul style="list-style-type: none"> • Legalidade estrita • Determinado pelo interesse público • Princípios constitucionais 	<ul style="list-style-type: none"> • Órgão despersonalizado • Hierarquicamente subordinado • Sem orçamento próprio • Sem quadro de pessoal próprio

b. entraves para a comercialização:

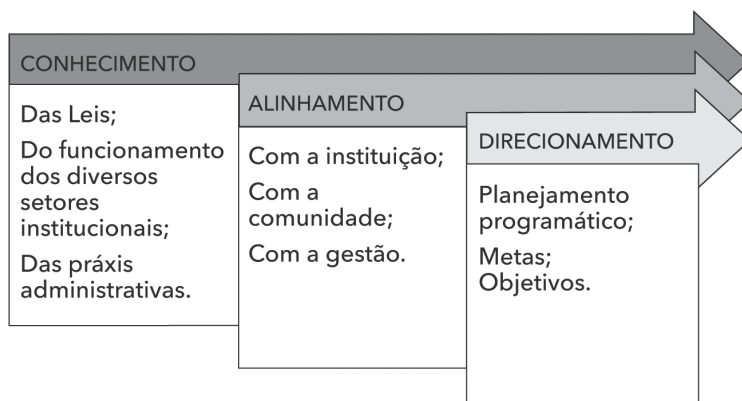
Legais	= Vácuo normativo
Burocráticos	= Práxis institucionais inadequadas
Orçamentários	= Falta de verba

Ainda que as editoras universitárias não visem diretamente o lucro, navegar no comércio é fundamental para difundir a cultura e o conhecimento produzido com qualidade. Algo difícil de se realizar em um contexto jurídico que não lhes permite uma atuação plena no mercado editorial, equivalente às suas contrapartes do setor privado. Há, todavia, meios de ação que, adotados em seu conjunto, podem contribuir para a superação dessas limitações.

Enfrentamento de entraves

As soluções a serem adotadas partem de três aspectos básicos fundamentais: conhecimento, alinhamento e direcionamento. Resumidamente, englobam as seguintes ações:

Figura 1 – Esquema de enfrentamento de entraves



Fonte: elaborada pelo autor.

O ponto de partida para tanto é a tomada de consciência sobre esta estrutura legal por parte daqueles que trabalham nas editoras universitárias. Mesmo que superficialmente, compreender as principais leis e normas que regem as atividades da Administração Pública permite o ajuste do cronograma de atividades com as antecipações necessárias, incluindo prazos para licitações ou elaboração de dispensas e inexigibilidades de licitação, bem como o reconhecimento prévio sobre qual dessas opções deve ser utilizada no caso concreto.

O alinhamento com os interesses institucionais é fundamental. Para que se destina a editora no contexto específico de sua universidade? O que a comunidade acadêmica deseja e necessita? A definição de uma linha editorial, elencando prioridades pelo perfil da instituição, possibilita a melhor utilização dos (parcos) recursos disponíveis, sejam orçamentários ou humanos.

A definição clara de metas facilita a implementação de rotinas em harmonia com os fluxos administrativos. Isso inclui conhecer o organograma da instituição, a função de cada setor, estabelecendo

contínuo contato para o acompanhamento de processos do interesse da editora e para a busca de soluções. Manter proximidade de setores estratégicos que lidam com um grande volume de requisições, como o financeiro ou o de compras e contratações, auxilia na agilização das respostas esperadas.

Externamente, é necessária a manutenção de uma prática de interoperabilidade, pelo diálogo com outras instituições (públicas ou privadas). As trocas entre as editoras de instituições públicas são fundamentais para a superação coletiva de certos obstáculos, especialmente os de caráter legislativo. Um grande exemplo do poder do esforço coletivo é o caso dos Núcleos de Inovação Tecnológica. Desde a promulgação da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, transformando as universidades em Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovações (ICTs), diversas ações foram adotadas pelos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs). Reunidos no FORTEC (Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia), promoveram *lobbies* junto ao Congresso Nacional e às Assembleias Legislativas Estaduais para mudanças em leis e na própria Constituição, garantido um ecossistema jurídico favorável para suas atividades.

Portanto, da mesma forma que os NITs, as editoras universitárias podem se beneficiar de ações conjuntas em demandas junto ao poder legislativo que facilitem a inserção no mercado editorial pela superação de vácuos normativos limitadores. A ABEU é um importante instrumento para o estabelecimento de prioridades comuns e articulações nesse sentido.

Todas essas ações, adotadas em conjunto, têm força para transformações significativas a curto, médio e longo prazos. Porém, ações individuais também são importantes para a gestão da editora. A partir dos exemplos da Editus – Editora da UESC e da Editora da Universidade Federal da Bahia (Edufba), a primeira estadual e a segunda federal,

é possível perceber que a constante busca por alternativas permite a continuidade de suas ações e a geração de resultados, sem descuidar da responsabilidade que o servidor deve assumir no trato da coisa pública.

Experiências enfrentando desafios

A Edufba surgiu inicialmente como gráfica, que exercia também atividade editorial, e nos anos 1980 passou a contar com um conselho editorial. A partir dessa implantação, a avaliação da qualidade e do mérito daquilo que publicava passou a ser condição para que o original fosse aprovado. Ainda nessa perspectiva, também enfrentou as questões de gestão para chegar, minimamente, a um modelo que possibilitasse cumprir, de fato, com o seu papel, levando a produção da Universidade Federal da Bahia (UFBA), situada em Salvador (BA), para a sociedade. Em 1998, o Conselho Universitário aprovou a transformação do antigo órgão que abrigava a gráfica e o setor editorial em Editora da UFBA, com seu regimento próprio, porém sem realmente resolver questões de ordem administrativo-financeiras, sendo a principal delas a questão da emissão de notas fiscais.

Os anos subsequentes foram dedicados à estruturação interna da editora, como contratação de pessoal, manutenção de fluxo editorial, aquisição de recursos financeiros, realização de acordos com outras entidades, entre outros. Passo significativo foi dado há dois anos, após consultas à Procuradoria Jurídica, setor de contratos e convênios, para a análise de modelos adotados por outras editoras e com a colaboração da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (Fapex), quando se definiu uma solução definitiva para a questão do CNPJ, visando normalizar a emissão de notas fiscais. Esse novo modelo significou um

detalhamento de projeto com recolhimento de taxas para a própria universidade e previsão de rubricas para gastos, condições indispensáveis para a produção e circulação dos livros e criação de sua livraria virtual própria.

Após um ano e meio, ao finalizar o cumprimento de todos os trâmites jurídicos cabíveis, a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA) finalmente forneceu o CNPJ filial da Fundação. Essa, por sua vez, precisou alterar o seu estatuto junto ao Ministério Público para abrigar essa filial. No momento, trabalha-se para a ativação da nota fiscal eletrônica. O módulo para essa finalidade já havia sido adquirido pela Edufba junto com o programa que faz o controle de estoque dos livros. Assim, novas perspectivas se abrem, pautadas na transparência e legitimidade das ações, no sentido da ampliação da circulação dos livros da editora.

Já a Editus foi criada em 1996 como órgão suplementar da reitoria da UESC, sendo considerada um dos instrumentos para que fosse consolidado o projeto de desenvolvimento e expansão institucional. Em 1991, a antiga Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna (FESPI), entidade privada, havia sido incorporada ao quadro das instituições públicas de ensino superior e reorganizada em 1995 como autarquia, sob o nome de Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), tendo seu *campus* em Ilhéus (BA).

Com a estadualização, iniciou-se um processo de crescimento universitário, buscando atender ao princípio constitucional do ensino, pesquisa e extensão. Era, portanto, fundamental que se investisse na ampliação da pesquisa e pós-graduação, na ampliação e consolidação da graduação, bem como era necessário que se estruturasse de modo mais evidente e coerente as ações de extensão. A Editus se inscreve nesse contexto tendo como objetivo a difusão do acervo cultural, científico e técnico da UESC e ainda o reforço de laços comu-

nitários, publicando títulos de autores regionais e novos escritores, mesmo que sem vínculo com a universidade, desde que aprovados pelo Conselho Editorial.

No entanto, embora suas ações sejam norteadas pela resolução CONSU nº 01/2006, a ausência de uma legislação própria e as dificuldades de estruturação de um corpo técnico com formação específica sempre representaram impedimentos para o adequado fluxo editorial e administrativo. No primeiro momento, buscou-se mesmo a implantação da editora e o aprendizado de um serviço que não fazia parte do escopo da instituição. Nos últimos sete anos tem-se trabalhado no reposicionamento estratégico da Editus, principalmente no que tange a funcionários, produtos e processos.

Embora tenham sido levados em consideração elementos como a capacitação de pessoal e a requalificação dos materiais produzidos, a revisão das rotinas produtivas tem sido elemento essencial nesse processo de reestruturação. Para a criação de modelos de contrato de publicação e distribuição de livros, a implantação do Portal de Periódicos e a elaboração de instrumentos legais (referentes à cessão de direitos autorais para uso de imagem, de texto e disponibilização na internet), procurou-se atuar em consonância com a Procuradoria Jurídica e com setores subordinados a Pró-Reitoria de Administração (PROAD) – especialmente a Subgerência de Materiais (responsável por compras e contratações de serviços), o Núcleo de Contratos (para realização de aditivos contratuais), o Setor de Licitações e a Gerência Financeira.

A aproximação desses setores específicos tem permitido ampliar os conhecimentos sobre cada um dos procedimentos e dar encaminhamentos a solicitações elaboradas com vistas a estarem mais adequadas às exigências legais. Essa prática acelera o andamento das demandas e evita o retrabalho em todos os setores envolvidos.

Assim, nesses últimos anos pode-se contabilizar, entre outras conquistas, a entrada e permanência na plataforma SciELO Livros, a implantação do projeto Editus Digital (com disponibilização de livros em acesso aberto na página da UESC), a regularização dos processos de publicação por meio de contratos, a terceirização por licitação de serviços como revisão e ilustração e a atribuição de número DOI para revistas do Portal de Periódicos.

O que pode parecer extremamente simples em uma instituição privada, como a aquisição do DOI, por exemplo, implica uma série de etapas e documentos exigidos pelo setor público, lembrando que se trata aqui de uma instituição estadual, atrelada às normas específicas. Além disso, importante destacar que Editus e Edufba, embora sejam ambas editoras universitárias públicas, estão regidas por legislações diferentes (estadual e federal) e têm portes distintos.

A Editus avançou significativamente desde 2012, entretanto ainda carece de uma série de fatores para que possa ampliar seu alcance, permitindo maior fluxo para suas publicações. Ainda não foi possível a obtenção do CNPJ de filial, o que permitirá não só a comercialização com cartões de débito e crédito na livraria e em eventos, mas também a venda nessas modalidades de pagamento na loja virtual. Entretanto, apesar da limitação, a editora não deixou de dar os encaminhamentos para o *e-commerce*. Está em fase adiantada da formatação da loja virtual e em testes para a emissão de boletos de pagamento.

Importa perceber que, ao se pensar em editoras universitárias públicas, principalmente as de menor porte, o foco não deve estar nos impedimentos, mas sim nas possibilidades de caminhos possíveis. O fato de não poder operar com cartão não significa que esteja inviabilizada a expansão para o ciberespaço. Essa meta pode ser cumprida por meio da SciELO Livros, para títulos digitais, e ainda de modo independente para os livros físicos em loja própria, desde que o con-

sumidor efetue o pagamento à vista. A aquisição do CNPJ é assim entendida como outra ação, que sendo atingida vem abrir novo espaço e fortalecer a meta já implantada.

Soluções e responsabilidade do servidor

A adoção de ações para o enfrentamento das dificuldades, entretanto, não deve se afastar do dever de observância da legalidade estrita. Todos que prestam serviço em uma editora pertencente ao Poder Público são passíveis de responsabilização em três esferas (administrativa, civil e penal), conforme se verifica tanto na Lei Federal nº 8.112/90 quanto nos estatutos que regem a conduta de servidores nos estados, como é o caso da Lei nº 6.677/1994, que regulam o regime jurídico dos servidores públicos federais e do estado da Bahia, respectivamente.

A responsabilidade administrativa decorre de atos, omissivos ou comissivos, praticados no desempenho do cargo ou função, violador de dever funcional ou que incorra em proibição prevista no estatuto. Nesse sentido, a Lei Federal nº 8.112/90, em seu art. 116, incisos I e III, determina ser dever do servidor exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, bem como observar as normas legais e regulamentares, vedando proceder de forma desidiosa no art. 117, inciso XV. (BRASIL, 1990) Para além do estatuto, a Lei Federal nº 8.429/92 define como ato de improbidade aquele que cause lesão ao erário (art. 10) ou “[...] viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições [...]”. (BRASIL, 1992, art. 11) As penalidades aplicáveis são diversas: advertência, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ressarcimento ao erário, suspensão de direitos políticos ou multa civil. Algumas delas acumuláveis entre si, inclusive.

A responsabilidade civil é a obrigação do servidor público de reparar o dano que tenha causado à Administração Pública ou a terceiro. (CARVALHO FILHO, 2013) O art. 186 do Código Civil Brasileiro diz que “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. (BRASIL, 2002) Isso implica tanto no duplo caráter (material ou moral) do dano quanto no fato de ser desnecessário o dolo (vontade) do agente público, decorrendo o ilícito civil do simples fato de não ter agido com a diligência devida no exercício de sua função, lesando direito alheio.

Já a responsabilidade penal do servidor “[...] é a que decorre de conduta que a lei penal tipifica como infração penal”. (CARVALHO FILHO, 2013, p. 770) Aplica-se a condutas dolosas ou culposas, definidas no Código Penal Brasileiro.

Diante da diversidade de responsabilidades, aqueles que atuam em editoras universitárias precisam adotar uma série de medidas que assegurem sua participação sem obstáculos no mercado editorial e, ao mesmo tempo, demonstrem a atuação zelosa do servidor no exercício de suas atividades funcionais, garantindo-lhe a proteção legal contra qualquer tipo de responsabilização.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS – ABEU. *Pesquisa ABEU 2018*. São Paulo: ABEU, 2018. Disponível em: <https://www.abeu.org.br/farol/abeu/blog/abeu/abeu-divulga-mais-completa-pesquisa-realizada-com-editoras-universitarias/12999>. Acessos em: 20 jul. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: parte 1: seção 1, Brasília, DF, n. 39, p. 2812, 27 fev. 1967. Suplemento.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. *Diário Oficial da União*: seção 1: Poder Executivo, Rio de Janeiro, p. 23911, 31 dez. 1940.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. *Diário Oficial da União*: seção 1: Poder Legislativo, Brasília, DF, p. 23935, 12 dez. 1990.

BRASIL. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1: Poder Legislativo, Brasília, DF, p. 6993, 3 jun. 1992.

BRASIL. Lei nº 10.406, 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002.

BUFREM, L. S. Práticas editoriais e o ensino superior do Brasil: 20 anos da ABEU. *Verbo*: revista da ABEU, São Paulo, n. 4, p. 19-30, ago. 2008. Disponível em: https://arquivosbrasil.blob.core.windows.net/insulas/anexos/revistaverbo2008_8-38445.pdf. Acessos em: 20 jul. 2019.

CARVALHO FILHO, J. dos S. *Manual de direito administrativo*. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

GUEDES, M. do C.; PEREIRA, M. E. M. Editoras universitárias: uma contribuição à indústria ou à artesanaria cultural? *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 78-84, jan./mar. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 jul. 2019.

MEIRELLES, H. L. *Direito administrativo brasileiro*. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

OLIVEIRA JÚNIOR, O. N. Research landscape in Brazil: challenges and opportunities. *The Journal of Physical Chemistry C*, [s. l.], v. 120, n. 10, p. 5273-5276, 2016. Disponível em: <https://pubs.acs.org/doi/abs/10.1021/acs.jpcc.6b01958>. Acesso em: 26 jul. 2019.

ROCHA, M. A. *A contribuição à educação para além da publicação de textos: perspectiva histórica do trabalho da editora da Universidade Federal de Uberlândia*. 2014. Dissertação (Mestrado em Tecnologias, Educação e Comunicação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/17468/1/ContribuicaoEducacaoAlem.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2019.

A COMERCIALIZAÇÃO NAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS DO BRASIL

práticas de gestão¹

Carla Rosani Silva Fiori
Gleisy Regina Bóries Fachin
Alessandra de Linhares Jacobsen

Introdução

A produção, a publicação e a distribuição de obras pelas editoras universitárias configuram-se como essenciais para a disseminação do conhecimento produzido nas instituições de ensino superior (IES) no Brasil. A institucionalização da comercialização, tema central desta pesquisa, levou a reconhecer que a missão e função social dessas editoras extrapolam os aspectos comerciais, pois sua atuação no âmbito das universidades tem um espectro muito mais amplo do que apenas vender livros, que é disponibilizar à comunidade universitária e geral

1 Capítulo elaborado a partir da pesquisa de mestrado, concluída em outubro de 2018 e disponível, na íntegra, em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/194473>. Ainda que não se trate de um estudo de caso, o estudo é ambientado na Editora da UFSC, justificando-se os destaques dados às experiências relatadas e ações adotadas para o processo de regularização da comercialização das obras que publica. A autora atuou na Editora da UFSC, em colaboração técnica IFSul/UFSC, no período de janeiro de 2017 a março de 2019.

o acesso à informação, de variadas áreas de conhecimento, de forma cíclica: vender e produzir, possibilitando o barateamento das obras.

Os estudos de Bufrem (2015, p. 25) revelam que a evolução histórica das editoras universitárias esteve sujeita a fortes críticas pela ausência de estruturas e linhas editoriais definidas, bem como de conselhos que as legitimassem. Entretanto, a autora analisa que “gradativamente elas passaram a ser impulsionadas por um movimento acadêmico cujo caráter reflexivo e crítico lhes permitiu o repensar da prática e a criação de estruturas e projetos de indiscutível alcance cultural”.

Editoras universitárias, sejam elas vinculadas às instituições privadas, municipais, estaduais e federais, cumprem, também, seu valioso papel quando viabilizam edições experimentais de forma rápida e econômica; publicam resultados de pesquisas e experiências de sala de aula que podem chegar à sociedade com agilidade; promovem as condições para o surgimento de novos autores, com lançamento e divulgação de seus trabalhos. (BUFREM, 2015; FRANCHETTI, 2008) Essas práticas favorecem a avaliação crítica e contínua dos resultados das pesquisas, dentro e fora das universidades. (BUFREM, 2015) Assim, as editoras universitárias ocupam importante papel no mercado editorial, especialmente o dirigido às comunidades acadêmicas.

O Brasil contava com 63 universidades federais (BRASIL, c2017) distribuídas em todas as regiões do território nacional. Dentre estas, verificou-se que 45 universidades têm editoras próprias (BUFREM, 2015) e que somente quatro delas (Universidade Federal do Pará, Universidade de Brasília, Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal do Paraná) realizam as atividades de comercialização e distribuição mediante emissão de nota fiscal própria e arrecadação em Conta Única do Tesouro Nacional, conforme dados coletados empiricamente, nos contatos rotineiros com as equipes das editoras universitárias federais.

Diante desse contexto, o trabalho teve por objetivo conhecer as práticas institucionalizadas que caracterizam a comercialização nas editoras das universidades federais do Brasil, bem como identificar as percepções dos gestores quanto às dificuldades enfrentadas e os encaminhamentos que julgam possíveis ou necessários para a superação dos desafios no campo editorial universitário federal.

Identificou-se que, sem a garantia de aporte orçamentário, a sustentabilidade das editoras universitárias é incerta; para a continuidade e fortalecimento da atividade editorial, a comercialização carece de institucionalização e regulamentação; e constatou-se a existência de entraves burocráticos, de reduzido quadro de servidores e da urgente necessidade de atendimento ao Fisco, de modo que, ao final deste trabalho, propõe-se um roteiro de procedimentos mínimos a serem adotados para a regularização da comercialização pelas editoras universitárias federais.

Ressalta-se, ainda, que as universidades, especialmente as públicas, atuam em um cenário de singular complexidade e repleto de desafios aos seus gestores, posto que são compelidas a atuar na lógica da iniciativa privada, buscando a sustentabilidade e a viabilidade para novas publicações mediante arrecadação de recursos próprios, ao passo que esses recursos são a retroalimentação para a publicação de novas obras.

Compõe o cenário editorial brasileiro a Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU), congregando editoras universitárias, pessoas físicas e jurídicas, com o objetivo de aprimorar a atividade de publicação e distribuição da produção editorial universitária. Além da criação de um catálogo coletivo de livros, a ABEU estrutura o Programa Interuniversitário para Distribuição do Livro (PIDL), o que favorece a socialização do conhecimento em todas as regiões brasileiras, em especial pelos contratos de consignações – que permitem a negociação entre editoras, livrarias e distribuidores.

O livro é um produto imune à tributação, como disposto no art. 150, da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, [2017]), porém, havendo a comercialização e a necessidade de remessa aos clientes, torna-se indispensável a emissão de notas fiscais para o trânsito das mercadorias no território nacional, assim como para o exterior.

Então, se o livro é um produto imune, por que tanta dificuldade na regulamentação da emissão de notas fiscais pelas editoras universitárias? Mas o que são práticas institucionalizadas? O que significa institucionalizar uma atividade como a produção editorial no contexto de uma instituição pública? De que forma a institucionalização ocorre no campo editorial universitário federal?

Para responder às inquietações e questionamentos que motivam o estudo, buscou-se na literatura os fundamentos teóricos relativos à teoria institucional e à gestão universitária, além do levantamento de dados em pesquisa documental e de campo (GIL, 2012) com todas as editoras identificadas no segmento universitário federal. (BUFREM, 2015) A pesquisa de campo, realizada entre maio e agosto de 2017, é pautada pela coleta de dados primários com os gestores das editoras universitárias federais, mediante o uso de questionário eletrônico e de entrevista semiestruturada (BÊRNI; FERNANDEZ, 2012), realizada com os gestores das editoras que comercializam suas obras de forma regularizada, ou seja, com a emissão de nota fiscal. Utiliza-se análise interpretativa (TRIVIÑOS, 2012) para estabelecer as relações entre as variáveis estudadas.

Este capítulo está estruturado, portanto, apresentando-se as bases teóricas do estudo; os resultados obtidos nas pesquisas com os gestores das editoras universitárias federais; os relatos das experiências vivenciadas pela Editora da UFSC; as considerações finais e as referências bibliográficas citadas.

Institucionalização seus processos, etapas e isomorfismos

Ao relatar o desenvolvimento de estudos e pesquisas relativos às organizações e à teoria institucional, Vaz (2013) destaca que as origens da teoria institucional moderna são encontradas nos trabalhos de Berger e Luckmann (1967); de Meyer e Rowan (1977); e de Scott e Meyer (1991), respectivamente nas perspectivas de interação entre os diversos agentes nos processos sociais; da formação das organizações a partir de regras institucionalizadas nas sociedades; e de que os processos e ações, quando repetidos e assimilados por uma organização, recebam o nome de “institucionalização”.

De acordo com Peci (2006), o conceito de instituição vem sendo empregado há anos em estudos sociológicos e organizacionais. A autora considera, entretanto, que “continua a ser um dos conceitos mais controversos em termos de concepção teórica e de aplicação prática” (PECI, 2006, p. 2), ocorrendo ainda em tempos atuais.

DiMaggio e Powell (1983, 2005) são autores de referência sobre o tema do institucionalismo e do novo institucionalismo na perspectiva das organizações. Os autores propõem uma tipologia sobre os processos que conduzem as organizações a mudar estruturas e a adotar modelos instituídos por grupos, ou outras organizações, em um dado setor. Nesse contexto, as associações profissionais, corporativas e o Estado são considerados atores no processo de criação e modelagem organizacional. (KELM et al., 2014)

Institucionalizar algo é tornar esse elemento parte inquestionável da organização: “um valor institucionalizado é um valor que inspira ações concretas por parte dos atores sociais”. (MOTTA; VASCONCELOS, 2006, p. 382) Já para o neoinstitucionalismo, “é o grau de conformidade das organizações aos modelos institucionalizados no setor, independen-

temente de quais sejam esses modelos, que garante a sua sobrevivência?” (MOTTA; VASCONCELOS, 2006, p. 392) Peci (2006) considera que o campo organizacional, como uma área reconhecida da vida institucional, é uma definição-chave que vai guiar a agenda empírica do novo institucionalismo, a partir dos estudos de DiMaggio e Powell (1983, 2005).

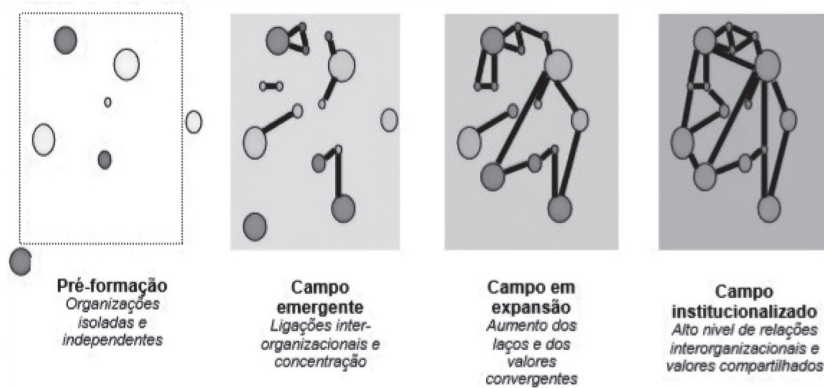
Na concepção de Bergue (2011), uma organização alcança o status de instituição somente com a consolidação do processo de legitimação frente ao seu ambiente de relações. Na mesma linha, Jacomossi, Casagrande e Reis (2015) consideram que, pela ótica institucional, as organizações devem agir norteadas por significados partilhados em um entendimento coletivo, em que seria impensável agir de outra forma. Os autores acreditam que, por essa perspectiva, o comportamento organizacional deve ser dirigido por uma aceitação de valores e práticas institucionalizadas, como concebido por DiMaggio (1988, apud JACOMOSSI; CASAGRANDE; REIS, 2015, p. 52), e afirmam ainda que a “[...] teoria institucional envolve o entendimento de como as pessoas internalizam procedimentos ‘dados como certos’, ou seja, envolve a criação de um entendimento comum que vai moldar o comportamento futuro em uma organização”.

O Estado é considerado pela teoria institucional um dos principais agentes influenciadores nos campos organizacionais, de forma que as organizações tendem a se conformar às regras do Estado (DIMAGGIO; POWELL, 2005), que é responsável pelo planejamento, implementação e avaliação das políticas culturais. O Estado tem, por conseguinte, função primordial na equalização dos distintos interesses e lógicas que estão presentes no campo. Nesse sentido, verifica-se que no campo editorial universitário federal o Estado tem papel preponderante no que tange aos aspectos de formulação de

políticas públicas e regulamentação, por meio de regras, leis e aplicação de sanções.

Para Oliveira (2007), a análise do campo e do processo de institucionalização implica na identificação das relações entre essas organizações e os valores compartilhados, uma vez que o processo pode se apresentar em diferentes etapas, desde um campo em pré-formação, no qual as organizações apresentam poucas relações e atuam de maneira isolada e independente, até um campo institucionalizado, caracterizado por um elevado número de relações entre as organizações e valores fortemente compartilhados. Etapas intermediárias apresentam, em um estágio no qual o campo começa a se formar, o aparecimento de relações entre as organizações e um processo de concentração do campo. Em um terceiro estágio, aparece um número maior de relações entre as organizações e o surgimento de valores convergentes, como mostrado na Figura 1.

Figura 1 – Etapas do processo de institucionalização de um campo organizacional



Fonte: Vieira e Carvalho (2006 apud OLIVEIRA, 2007).

Observa-se que a institucionalização do campo editorial universitário público federal também passa por esse processo, na medida em que o surgimento das editoras universitárias ocorreu de forma isolada, normalmente com origem nas imprensas e/ou gráficas universitárias, estando ainda na fase de expansão do campo. (BUFREM, 2015; FIORI, 2018)

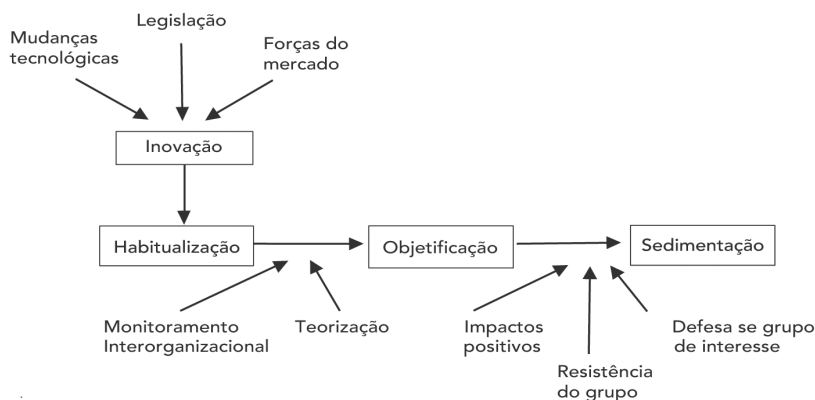
Buscando compreender o processo de institucionalização do campo, encontra-se em Tolbert e Zucker (1999, 2007) a proposição de um modelo de três estágios, como forma de compreensão dos seus fatores determinantes:

- a. O primeiro estágio denomina-se “*habitualização*” e envolve o início da adoção de novas políticas desenvolvidas para a resolução de problemas. Essas políticas são formalizadas e implementadas de forma experimental, sendo o novo modelo avaliado e, na sequência, difundido entre organizações similares. Nessa etapa, é comum que haja uma diversidade de métodos de implantação e formatos da nova estrutura, tendo em vista a construção e a adaptação próprias realizadas pelas organizações. Além disso, observa-se que o caráter experimental das inovações poderá tender ao fracasso, em razão da baixa consistência entre as organizações; (FONSECA; MENESES, 2011; TOLBERT; ZUCKER, 1999)
- b. O estágio seguinte, de *objetificação*, ocorre por meio da existência de consenso entre os decisores organizacionais sobre o valor da inovação, consequentemente caracterizando o interesse de outras organizações e de estudiosos na busca de consolidação teórica e social. A difusão da estrutura gera uma crescente pressão isomórfica ambiental e se expressa na criação de grupos de apoio que desempenham um papel de liderança na implantação de um projeto ou alcance de um objetivo; (FONSECA; MENESES, 2011; TOLBERT; ZUCKER, 1999)

c. Por fim, a etapa de *sedimentação* refere-se à institucionalização total que se afigura na legitimidade da estrutura e sua perpetuação no tempo. Nessa fase, o novo modelo será incorporado culturalmente e defendido pelos gestores que evitarão a desinstitucionalização da prática. Para que isso ocorra, é imprescindível a atuação de um grupo de apoio, reduzindo a oposição à nova estrutura e o surgimento de alternativas mais eficazes que poderiam oferecer resultados mais positivos às pessoas e às organizações. (FONSECA; MENESES, 2011; TOLBERT; ZUCKER, 1999)

A Figura 2, a seguir, mostra a representação dos processos inerentes à institucionalização, como mostrado por Tolbert e Zucker (2007).

Figura 2 – Processos inerentes à institucionalização



Fonte: Tolbert e Zucker (2007).

Entende-se que o campo editorial universitário federal encontra embasamento na teoria institucional e nos processos isomórficos, os quais permitem sua análise e compreensão. A partir desse entendimento buscou-se identificar a etapa da institucionalização presente no campo.

Os isomorfismos institucionais

Muitos modelos de gestão do setor privado são reproduzidos no setor público. Desse modo, encontra-se na teoria institucional a abordagem de isomorfismos, entendidos como movimentos de reprodução e de práticas gerenciais adotados pelos atores do campo (BERGUE, 2011, p. 176) que complementa: “Ora, como questionar o modelo de gestão de uma organização pública que adota práticas gerenciais amplamente difundidas no setor privado?” Neste sentido, verificou-se que a adoção de práticas de um campo organizacional por outro campo ocorre a partir de influências dos ambientes internos e externos, impulsionando as mudanças organizacionais. Verificou-se, também, que as mudanças ocorrem dentro de um mesmo campo organizacional e, nesse contexto, estudam-se as práticas de comercialização adotadas por determinadas editoras universitárias que vão influenciando e impulsionando as mudanças, com vistas à homogeneização do campo.

Os estudos de Audy (2013) sugerem dois grandes grupos de isomorfismos organizacionais: o competitivo e o institucional. Este estudo delimita-se ao isomorfismo institucional, subdividido em três tipos: a) o isomorfismo coercitivo; b) o isomorfismo normativo; e c) o isomorfismo mimético ou cognitivo. Em síntese, nota-se que as bases para o isomorfismo coercitivo são as pressões formais e informais, explícitas ou sutis; que para o isomorfismo normativo é a profissionalização no campo; e que para o isomorfismo mimético ou cognitivo são as incertezas, as metas ambíguas e as tecnologias insuficientes.²

O isomorfismo institucional, portanto, refere-se às mudanças por fatores ambientais sociais, legais e simbólicos, em uma perspectiva mais

2 Os tipos de isomorfismos institucionais estão amplamente detalhados e exemplificados em Fiori (2018).

profunda que não necessariamente se fundamenta em critérios racionais. (FONSECA; MENESES, 2011)

Ainda com base em Fonseca e Meneses (2011), compreende-se que o Estado atua em função de sua representatividade sócio-política e suas instituições devem, portanto, corresponder, na prática, aos valores vigentes para se legitimarem perante a sociedade. Pressupõe-se, assim, que órgãos da Administração Pública possuem ampla representatividade social e guardam um elevado grau de semelhança entre si, o que favorece a ocorrência do isomorfismo institucional. Por tais processos isomórficos, as editoras universitárias federais adquirem a legitimidade de suas práticas, assim como um certo grau de uniformidade de estruturação.

Na lógica do isomorfismo institucional, seja ele coercitivo, mimético ou normativo, verificou-se que a incerteza também constitui uma força poderosa que encoraja a imitação. Quando as tecnologias organizacionais são insuficientemente compreendidas, quando as metas são ambíguas ou o ambiente cria uma incerteza simbólica, as organizações podem vir a tomar outras organizações como modelo. (DIMAGGIO; POWELL, 2005; MELO et al., 2015)

É nesse contexto que atuam as editoras universitárias federais, especialmente quanto à comercialização de seus livros, uma vez que as decisões governamentais não promovem a segurança para o campo, com as normatizações necessárias para a atividade.

A gestão da comercialização na percepção dos gestores editoriais universitários

Os instrumentos de coleta de dados (questionário e entrevista) abordaram, basicamente, dois aspectos: a) a infraestrutura física-funcional-

-financeira das editoras universitárias; e b) os processos isomórficos institucionais no campo editorial universitário.

Foram alcançadas respostas de 25 editoras universitárias federais, representando 55% do total identificado para a pesquisa. Há representação de todas as regiões geográficas do Brasil. O Quadro 1, a seguir, apresenta a síntese dos resultados obtidos quanto aos aspectos da estrutura para a comercialização.

Quadro 1 – Infraestrutura física-funcional-financeira das editoras universitárias

Questão	Aspecto analisado	Resposta mais relevante	Percentual sobre respostas obtidas
1	Ano de fundação das editoras	Entre 1990 e 2000.	64%
2	Posicionamento na estrutura administrativa das universidades a que se vinculam	Órgão suplementar, vinculado à reitoria.	59%
3	Estrutura administrativa das editoras – em níveis hierárquicos	Três níveis: Direção (Cargo de Direção – CD), Coordenação (Função Gratificada – FG1), Serviço (FG2).	36%
4	Força de trabalho nas editoras	Servidores efetivos (de carreira), trabalhadores terceirizados e bolsistas (estagiários). O quantitativo médio é de 10 servidores efetivos (de carreira), cinco postos de serviços terceirizados e sete bolsistas trabalhando nas editoras.	32%
5	Cargos em exercício nas editoras	Revisores; Assistentes em Administração; Administrador; Diagramador; Programador Visual.	33%
6	Estratégia para recebimento de originais	Fluxo contínuo junto ao Conselho Editorial.	48%

7	Quantitativo de publicações anuais (títulos novos, reimpressões e reedições)	Editora com 125 publicações no ano, sendo 105 novas edições e 20 reedições/reimpressões	Média de 30 títulos
8	Sustentabilidade econômica/financeira da editora	Aporte orçamentário da universidade.	52%
	Forma de execução dos serviços administrativos nas editoras	Tanto por fundações de apoio quanto pelas universidades.	36%
9	Estrutura da universidade para a impressão das obras	Editora conta com gráfica da própria universidade, que atende parcialmente a necessidade.	38%

Fonte: adaptado de Fiori (2018).

A análise dos dados destacados no Quadro 1 permite perceber uma relativa padronização na composição estrutural das editoras universitárias públicas federais. Observou-se que o posicionamento das editoras, como órgãos suplementares, próximas à alta administração da universidade, é um ponto positivo apontado pelos gestores, uma vez que representa maior perspectiva de perenidade da atividade editorial e “confere a elas reconhecimento e prestígio junto à comunidade acadêmica?” (FIORI, 2018, p. 139)

Destacou-se, nesse quesito, a ausência de servidor ocupante do cargo de Contador entre as editoras respondentes. Dentre os cargos essenciais para o pleno funcionamento de uma editora, quando se pratica a comercialização das obras, o papel de um Contador passa a ser indispensável, como já apontado por Bufrem (2015, p. 364), afinal, a “função de Contador é essencial quando se trabalha com distribuição e comercialização e a impossibilidade de contar com alguém para exercê-la poderá provocar descontrole e insegurança”. Na prática, essa função pode ser desempenhada por pessoas de outros setores da instituição ou com outra formação, como os Técnicos em Contabilidade.

Outro conjunto de questões, apresentado no Quadro 2 a seguir, buscou demonstrar a existência de mecanismos por meio dos quais ocorrem os processos isomórficos institucionais no campo: coercitivo, mimético e normativo.

Quadro 2 – Processos isomórficos institucionais no campo editorial universitário

Questão	Aspecto analisado	Resposta mais relevante	Percentual sobre respostas obtidas
10	Meios disponibilizados pelas editoras para acesso às obras	Comercialização em livraria física, feiras e eventos e livraria virtual (<i>e-commerce</i>).	57%
11	Contratos de consignação	Sim.	52%
12	Definição de preços de capa	Estabelecidos com base nos custos de produção e operacionais.	44%
13	Formas de arrecadação financeira na comercialização das obras	Nas vendas diretas, pagamentos em dinheiro, cheque e por meio de cartões de débito e de crédito.	40%
	Utilização de conta bancária específica	A editora não tem conta bancária específica.	20%
	Sistema de gestão administrativo/financeiro	A editora realiza o controle e a conciliação das vendas por meio de <i>software</i> gerencial específico.	36%
14	Percepção dos gestores quanto à comercialização	A comercialização enfrenta muitos entraves burocráticos, legais e fiscais, sendo um problema a ser solucionado no médio e no longo prazo.	87%
	Percepção quanto ao principal sujeito na solução do problema da comercialização	Principal sujeito para a solução do problema é o dirigente máximo da universidade.	50%
		Principal sujeito é o diretor da editora.	50%

15	Identificação da liderança para buscar a solução para a comercialização	A administração central da universidade (Reitor)	25%
		A Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	25%
16	Avaliação dos gestores quanto à consolidação do campo editorial brasileiro	O campo das editoras universitárias ainda não está consolidado e nem suas atividades devidamente reconhecidas e regulamentadas tanto pelas universidades quanto pelo governo federal.	62,5%
17	Percepção dos gestores quanto aos atores (organizações, indivíduos, outros) que têm relação direta ou indireta com o campo editorial universitário público federal	ABEU	75%
18	Percepção dos gestores quanto à comercialização com CNPJ próprio	Dadas as diferenças estruturais, a capacidade de produção e inserção no mercado, o campo das editoras universitárias federais é muito heterogêneo, dificultando a institucionalização do campo.	60%
19	Percepção dos gestores quanto à disseminação de práticas	Muitas editoras adotariam as práticas de gestão.	60%

Fonte: adaptado de Fiori (2018).

As respostas apresentadas ao questionário eletrônico são convergentes às percepções apontadas pelos gestores nas entrevistas, visto que vivenciam na rotina das editoras as dificuldades diárias para a superação dos entraves burocráticos e fiscais para manter as atividades de publicação, distribuição e comercialização de obras no campo editorial universitário federal. Os gestores são unânimes em afirmar que a emissão da nota fiscal nas vendas é essencial, assim como a arrecadação mediante as facilidades dos cartões de pagamento, especialmente na participação

em feiras e eventos, principais vitrines para a divulgação das importantes obras viabilizadas e publicadas pelo segmento.

Considerando-se a ausência de regramento explícito para a comercialização nas editoras universitárias, algumas alternativas são identificadas. Entre elas: a) a constituição da editora como empresa pública; b) a concessão da gestão administrativa, mediante a contratação de uma organização social; c) o estabelecimento de uma parceria público-privada; e d) a contratação de serviços de arrecadação (por fundação de apoio ou outra empresa – via licitação).³

A partir do levantamento dos dados buscou-se propor um roteiro constituído de procedimentos a serem adotados para a regularização da comercialização das obras. O Quadro 3, a seguir, apresenta a síntese das etapas que foram conquistadas pelas editoras que emitem a nota fiscal com o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) próprio e/ou filial, em relação às universidades as quais se vinculam, além de outras, acrescidos como resultado do estudo.

Quadro 3 – Roteiro para a regularização da comercialização

Etapa	Descrição sumária
1	Aprovar ação junto à alta administração da universidade
2	Organizar documentos e processos internos na editora
3	Contar com quadro de servidores efetivos, especialmente da área contábil
4	Realizar inventário de estoques
5	Disponer de <i>software</i> adequado e compatível com os sistemas do governo federal
6	Instituir a editora como Unidade Gestora de Recursos (UGR)

3 O detalhamento das alternativas e fundamentos legais estão descritos em Fiori (2018).

7	Estabelecer convênio com Banco do Brasil para recebimento dos créditos de vendas
8	Obter o CNPJ filial
9	Obter a Inscrição Estadual e a Inscrição Municipal
10	Dispor de estoque de livros para venda e de contrato com gráfica para a constante impressão de livros
11	Contratar empresa especializada para solução de pagamento seguro (cartões débito/crédito)
12	Manter a escrituração contábil em regularidade

Fonte: adaptado de Fiori (2018).

As características individuais das editoras universitárias federais, sua estrutura interna, sua capacidade de organização e o apoio que recebem da alta administração da universidade serão determinantes para o cumprimento das 12 etapas, com maior ou menor grau de dificuldade.

A pesquisa foi ambientada na Editora da UFSC (EdUFSC), a qual, nesse período, buscou incessantemente adequar todos os processos internos para regularizar a comercialização de suas obras.

A comercialização institucionalizada na EdUFSC

Criada pela Resolução nº 005/GR/80, de 30 de outubro de 1980 (UFSC, 1980), a EdUFSC tem mais de 38 anos de atuação ininterrupta. É constituída como órgão suplementar do Gabinete da Reitoria, com direção nomeada por portaria do Reitor e Conselho Editorial, composto por representantes de todos os Centros de Ensino e *campi* da UFSC. É uma das editoras fundadoras da ABEU e integrante do PIDL

Publica, anualmente, de 30 a 40 títulos, com tiragens de 500 e 1000 exemplares, disponibiliza títulos no formato digital (*e-book*) de acesso aberto e tem cerca de 1000 títulos publicados.

Atua com quadro de servidores efetivos qualificado, sendo 12 servidores distribuídos nos seguintes cargos: Administrador, Revisores de Texto, Técnico em Assuntos Educacionais, Programador Visual, Técnico em Contabilidade, Assistente em Administração, Auxiliar Administrativo, além de estudantes bolsistas e pessoal terceirizado. E mantém contrato fundacional para a realização da gestão administrativa/financeira.

Dispõe de livraria física e virtual (*e-commerce*), e estoque com cerca de 90 mil exemplares para pronta-entrega. O impulsionamento da arrecadação financeira se dá pela realização de duas grandes feiras de livros anuais, no início de cada semestre letivo, assim como pela rotineira participação em eventos externos, em nível local e nacional.

O selo editorial EdUFSC é reconhecido no mercado editorial universitário pela excelência de suas publicações, obtidas pela seleção dos originais e pelo rigor técnico nos processos de produção das obras.

Considerando-se a impossibilidade estatutária de emissão de notas fiscais, via contrato fundacional, e a necessidade de adequação ao Fisco estadual e às regras adotadas pelos serviços dos Correios para a remessa de mercadorias, tornou-se imprescindível direcionar todos os esforços para a regularização da comercialização, visto que a sustentabilidade da EdUFSC se dá, exclusivamente, com recursos próprios, provenientes das vendas.

Os procedimentos adotados pela EDUFSC para a regularização da comercialização constaram, basicamente, de: a) recuperação do sítio eletrônico da editora para divulgação do seu catálogo de obras; b) atualização do sistema Versa (*software* contratado), para uma correta gestão financeira/administrativa de vendas e estoques; c) organização, conferência e registro do estoque; d) organização e acertos de contas

de obras em consignação com clientes e de fornecedores; e) contratação do sistema Versa Shop, o que possibilitou implantar a livraria virtual e o lançamento do *e-commerce*; f) realocação de servidores efetivos para atendimento às demandas da editora; g) acréscimo de integrante à equipe: Técnico em Contabilidade; h) maior controle e gestão sobre as despesas e receitas da editora; i) aprovação do Regimento Interno; j) elaboração do seu Planejamento Estratégico e política de preços.

Embora essas sejam etapas fundamentais, destacam-se elementos também fundamentais para a EdUFSC, apontados por Fiori (2018, p. 202) para a regularização da atividade:

A natureza das atividades das autarquias federais, notadamente de ensino, pesquisa e extensão, passa a ser acrescida de atividades de cunho comercial. Esta nova situação requer a capacitação específica, não somente para a obtenção dos documentos próprios da comercialização, como o CNPJ Filial junto à Receita Federal, a Inscrição Estadual junto à Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina e a Inscrição Municipal junto à Secretaria da Fazenda do Município de Florianópolis, como das prestações de contas mensais e anuais, ainda que o livro se constitua em um produto imune de tributação.

Com o objetivo de ampliação do espectro de atuação, a EdUFSC conquistou, junto ao Gabinete do Reitor da UFSC, a alteração da condição da editora, passando a se constituir como programa institucional na universidade, apoiada em objetivos estratégicos aprovados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (UFSC, 2015), legitimando e consolidando cada vez mais a sua atuação e o seu reconhecimento interno e externo.

Considerações finais

Seja por uma questão de sobrevivência orçamentária, visto que são cada vez mais reduzidos os recursos da Lei Orçamentária Anual (LOA) destinados às universidades; seja porque as universidades se tornam mais empreendedoras; ou, ainda, porque produzem bens e serviços que são comercializados, e, como tal, precisam ser realizados em conformidade com os preceitos legais e fiscais, as práticas de gestão e atuação dos órgãos públicos se aproximam, cada dia mais, das práticas do setor privado. Nesse cenário atuam as editoras universitárias federais e o único produto que produzem, publicam e precisam comercializar é o livro. Essa premissa norteia todas as atividades editoriais, sejam elas no segmento privado ou público. O suporte utilizado para a publicação das obras (livro impresso ou digital) define um conjunto de requisitos e procedimentos a serem adotados para que cheguem, efetivamente, aos leitores.

As percepções dos gestores evidenciam que há: a) significativas diferenças estruturais entre as editoras que compõem o campo editorial universitário público federal no Brasil; b) aporte orçamentário para a produção de livros, no entanto é a comercialização que garante a sustentabilidade das editoras; c) similaridade entre o recebimento de obras e os meios e formas de comercialização e definição de preços de capa para venda; d) consenso quanto à necessidade de regulamentação da atividade nas editoras públicas; e) consenso quanto aos atores que atuam de forma direta e indireta no campo; f) consenso de que a solução para o problema deve ser buscada pela universidade: seja pelo reitor ou pelo diretor da editora; g) convergência de que a comercialização enfrenta muitos entraves burocráticos; h) necessidade de disseminação das práticas de gestão da comercialização de livros entre as editoras; i) convergência quanto ao fundamental papel da ABEU

para os encaminhamentos políticos para solução do problema, tanto da comercialização quanto da distribuição dos livros.

A interpretação dos resultados obtidos no estudo levou a concluir que o processo de institucionalização da comercialização no campo editorial universitário público federal no Brasil está na fase de *objetificação*, pois as práticas de regularização já adotadas por algumas editoras são, consensualmente, reconhecidas como válidas. Entretanto, o campo necessita de apoio para legitimação, sedimentação e fortalecimento.

Referências

AUDY, J. K. Isomorfismo institucional explica muita coisa. In: AUDY, J. K. *Jorge Horácio “Kotick” Audy: minhas reflexões como professor e consultor em 360°*. [S.l.], 9 jul. 2013. Disponível em: <https://jorgeaudy.com/2013/07/09/isomorfismo-institucional-explica-muita-coisa/>. Acesso em: 1 nov. 2017.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *The social construction of reality: a treatise in the sociology of knowledge*. New York: Doubleday Anchor Book, 1967.

BERGUE, S. T. *Modelos de gestão em organizações públicas: teorias e tecnologias para análise e transformação organizacional*. Caxias do Sul: EDUCS, 2011.

BÊRNI, D. de A.; FERNANDEZ, B. P. M. (org.) *Métodos e técnicas de pesquisa: modelando as ciências empresariais*. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Cadastro nacional de cursos e instituições de educação superior: cadastro e-MEC. *e-MEC*. Brasília, DF, c2017. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 7 abr. 2017.

BUFREM, L. S. *Editoras universitárias no Brasil: uma crítica para a reformulação prática*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUSP; Curitiba: Com Arte, 2015.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. *Revista de Administração de Empresas*, [s. l.], v. 45, n. 2, abr./jun. 2005. Disponível em: <https://rae.fgv.br/rae/vol45-num2-2005/gaiola-ferro-revisitada-isomorfismo-institucional-razionalidade-coletiva-nos>. Acesso em: 17 nov. 2017.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, [s. l.], v. 48, n. 2, p.147-160, 1983.

FIORI, C. R. S. *Comercialização nas editoras universitárias federais do Brasil: práticas de gestão*. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Universitária) – Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/194473>. Acesso em: 2 maio 2019.

FONSECA, D. R. da; MENESES, P. P. M. Elementos de institucionalização da gestão estratégica de pessoas no setor público. In: ENCONTRO DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DE TRABALHO, 3., João Pessoa 2011. [Anais]. [S.l.]: ANPAD, 2011. p. 1-17. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnGPR437.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2018.

FRANCHETTI, P. Razão de ser das editoras universitárias. *ComCiência: revista eletrônica de jornalismo científico*, Campinas, n. 103, nov. 2008. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&cedicao=40&id=486>. Acesso em: 30 abr. 2017.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

JACOMOSSI, F. A.; CASAGRANDE, R. M.; REIS, L. G. dos. O isomorfismo nos relatórios de sustentabilidade: uma análise das empresas brasileiras que compõem o Dow Jones Sustainability Index. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 49-64, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=471647051004>. Acesso em: 11 fev. 2018.

KELM, M. L. *et al.* Institucionalização das iniciativas socioambientais das organizações: interfaces entre a teoria do desenvolvimento social de

Habermas e o isomorfismo da teoria institucional. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 401-415, ago. 2014. Edição especial. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v12nspe/03.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2018.

MELO, Elidiane; *et al.* Responsabilidade social corporativa na cadeia de suprimentos de petróleo e gás natural: o caso dos fornecedores da Petrobras. *Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS*, São Leopoldo, v. 12, n. 3, p. 210-224, jul./set. 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337242231005>. Acesso em: 12 fev. 2018.

MEYER, J.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myths and ceremony. *American Journal of Sociology*, [s. l.], v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.

MOTTA, F. C. P.; VASCONCELOS, I. F. G. de. *Teoria geral da administração*. 3. ed. rev. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

OLIVEIRA, R. P. *Políticas culturais e o campo museal em Santa Catarina (1987-2006)*. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90138/245621.pdf?sequence=1>. Acesso em: 2 nov. 2017.

PECI, A. A nova teoria institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 1-12, mar. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v4n1/v4n1a06.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2018.

SCOTT, R.; MEYER, J. The organization of societal sectors: propositions and early evidence. In: POWELL, W.; DIMAGGIO, P. (org.). *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p. 108-140.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. A institucionalização da teoria institucional. In: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (org.). *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1999. v. 1, p. 195-219.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. A institucionalização da teoria institucional. In: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (org.). *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2007. v. 1, p. 194-217.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo*. São Paulo: Atlas, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019*. Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: <http://pdi.ufsc.br/files/2015/05/PDI-2015-2019-1.pdf>. Acesso em: 2 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC. *Resolução nº 005/GR/1980, de 30 de outubro de 1980*. [Institui a Editora da UFSC]. 1980. Disponível em: http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf/boletim?OpenView&Count=30&ResortDescending=0&BaseTarget=_top. Acesso em: 18 abr. 2018

VAZ, F. O. A teoria institucional e uma reflexão das teorias organizacionais na adaptação ao mercado competitivo. *Semana Acadêmica UniFatecie*, Paranaíba, v. 2, n. 2, p. 1-16, 2013. Disponível em: <http://fatecie.edu.br/revistacientifica/index.php/SEMANAACADEMICA/issue/viewIssue/1/6>. Acesso em: 19 jan. 2018.

TRAJETÓRIA PARA A ADOÇÃO DA NOTA FISCAL EM EDITORA UNIVERSITÁRIA

um estudo de caso

Denise Wolff

A trajetória para a emissão da nota fiscal em editora universitária será apresentada aqui pela perspectiva da análise após a implantação na Editora UFPR, de modo a percebê-la como um processo dentro da Nova Gestão Pública.

Antes de mostrar conceitos ou mesmo modelos e resultados de pesquisa sobre o assunto, é preciso situar a análise sob o contexto histórico-administrativo da Editora da UFPR como ponto de partida. (DIAS, 2015)

A Editora da UFPR foi criada em 24 de março de 1987, vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) e considerada uma importante unidade de extensão.

Desde então, sua principal função é apresentar à sociedade, sob a forma de livros, o conhecimento científico e cultural produzido pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), cumprindo seu papel de interação com a sociedade publicando também os textos produzidos fora dos muros da instituição.

Essa característica da editora em reconhecer e incorporar o conhecimento de qualidade gerado por outros segmentos da sociedade e da própria produção científico-acadêmica torna-se efetivamente um elo entre a universidade e o cidadão, principalmente quando participa de feiras e congressos pelo Brasil inteiro.

Bufrem (2001) delinea o surgimento e desenvolvimento das editoras universitárias no Brasil a partir da imprensa universitária e a dificuldade de integração das editoras já existentes, as complexidades para a normatização e a valorização comercial da publicação promovida pela universidade.

Segundo Bufrem (2001), Mesquita (1984) também descreve esse processo de desenvolvimento. Desde 1979 as universidades oficiais promoveram modificações substanciais na sua estrutura, nos seus programas de publicações, a fim de obedecer a um maior rigor científico em relação ao conteúdo e ao aperfeiçoamento gráfico.

Com a Editora UFPR não foi diferente. Fundada a partir da Imprensa UFPR, veio evoluindo para a criação de uma estrutura específica que atendesse a sua necessidade e cumprisse o seu papel. Foi estabelecido o Conselho Editorial juntamente com o primeiro regimento interno da editora, aprovado pelo Conselho de Administração com a finalidade de aperfeiçoamento das atividades.

Para Bufrem (2001), um projeto cultural universitário que divulgue e difunda o conhecimento decorrente das transformações sociais é um projeto político que envolve a sociedade. Reconhecida a importância da atividade editorial universitária para o incentivo e promoção da atividade intelectual, consolidam-se as atuais estruturas e políticas editoriais alinhadas aos objetivos acadêmicos.

Desde a sua criação em 1987, a Editora UFPR funcionou junto à Fundação da Universidade Federal do Paraná (FUNPAR) com a

justificativa de diminuir a burocracia. No entanto, esse fator estava desvirtuando sua situação de “unidade de extensão” pertencente à UFPR.

No mesmo momento da publicação do Acórdão nº 2731/08, no final do mês de novembro de 2008, a UFPR passava por uma mudança administrativa na reitoria e com a posse da nova gestão programada para o início de 2009.

A nova equipe da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (PROPLAN) da UFPR traçou um enfrentamento de todas as questões pautadas pelo Acórdão nº 2731. Houve então o grande desafio de adotar novos procedimentos administrativos, tomando as decisões necessárias sem comprometer as atividades acadêmicas.

As providências para trazer a gestão da editora para dentro da UFPR começaram a serem tomadas, confirmando a importância da mesma no contexto acadêmico. Em 2013, o regimento interno da Editora UFPR foi novamente aprovado pelo Conselho Universitário contendo todos os detalhes de seus objetivos e competências, inclusive do Conselho Editorial. No ano seguinte, em 2014, o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) foi efetuado junto à Receita Federal como consequência das decisões tomadas pelos *policy makers* à época.

Um dos grandes motivos apresentados pelos gestores era o de transportar os livros para as feiras de outros estados. As transportadoras eram multadas, mesmo possuindo recibos das universidades públicas responsáveis pelos livros. Por não terem as notas fiscais, as transportadoras chegaram ao ponto de não participarem das licitações, o que provocou um grave problema para a Administração das universidades. Esse foi o principal fator apontado para a tomada de decisão, que fez com que a editora se tornasse uma filial da UFPR e emitisse nota fiscal. Finalmente, em 28 de abril de 2016, foi emitida a primeira NF-e da Editora UFPR.

Pela perspectiva da Política Pública, as escolhas políticas por soluções não seriam calmamente analisadas, pois dependeriam do leque de soluções à disposição dos decisores no momento, dando preferência à solução do problema-ação. (SOUZA, 2006) Com isso, a decisão pela emissão da NF-e pode ser interpretada como uma resposta a um problema público, neste caso, a dificuldade no transporte e comercialização dos livros da editora, lembrando o modelo da lata do lixo. Para Secchi (2013), esse modelo foi criado para mostrar que soluções muitas vezes nascem antes do problema, enquanto que, para outros autores, mostrava a total falta de racionalidade no processo de tomada de decisão. (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013)

Em seguida, para confirmar a importância da Editora UFPR, mostraremos alguns dados disponíveis ao público no portal¹ em teste e também acessível no *site* da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (PROPLAN). As informações vão até 2016. (UFPR, 2017)

Encontramos dentro do período escolhido para análise os seguintes números: em 2015, a Editora UFPR vendeu 14.324 livros; em 2016, 12.668; e em 2017, 11.771 livros.

No Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) encontramos os valores da receita própria da editora, a qual, em 2015, foi de R\$ 312.438,06; em 2016, R\$ 271.135,83; e em 2017, R\$ 238.025,23, totalizando R\$ 821.599,12, demonstrando a sua relevância. No *software* VERSA, da Partner Sistemas, que controla todas as operações da Editora UFPR e da sua livraria, encontramos o valor patrimonial movimentado no período entre o ano de 2015 e 2017, no valor de R\$ 3.801.300,06 em consignações, vendas, cortesias, pagamento de direitos autorais, entre outros.

Inversamente proporcional à receita, a despesa teve um acréscimo com o passar dos anos, como demonstram os dados retirados do

¹ Para acesso aos dados, ver UFPR ([2018]).

SIAFI. Em 2015, R\$ 245.328,74; em 2016, o valor foi de R\$ 371.854,11; e em 2017, a despesa chegou a R\$ 692.682,92; além disso, entre as mesmas despesas, 76,34% dos pagamentos são para a FUNPAR.

A partir de novembro de 2014 a editora passou a ter suas atividades controladas pela UFPR, deixando gradativamente a FUNPAR. Essa ação foi denominada de internalização da Editora na UFPR.

Apesar dessa internalização, a relação editora-FUNPAR continua existindo por meio do Projeto SICONV 812117/2014, disponível no Portal de Convênios SICONV, para atendimento e suporte operacional e técnico por não existirem servidores especializados no quadro da UFPR.

Dentre os inúmeros desafios de uma universidade pública, considerando os seus três estratos (ensino, pesquisa e extensão), é como demonstrar aos seus clientes os benefícios e a importância desse conhecimento emancipador. (CASTRO, 2004)

Inicialmente nos Estados Unidos, com o *Freedom of Information Act* (FOIA) nos anos 1970, considerado marco da transparência, o mundo já sinalizava a mudança de paradigma com o exercício da democracia por meio do diálogo entre os cidadãos e o Estado. No Brasil, com a redemocratização e por intermédio da promulgação da Constituição Federal de 1988, consolidou-se a base legal para o cidadão brasileiro exercer seu direito à informação. Nas universidades públicas, a partir dos anos 1990, a educação adquire a imagem de prestação de serviço público para a sociedade. (RODRIGUES, 2013)

Constata-se pelos acadêmicos a mudança do paradigma burocrático para o gerencial com ênfase no controle e na busca de resultados. O gerenciamento estratégico foi utilizado em vários países nas reformas feitas para o gerenciamento de resultados. (FREITAS, 2001)

A tendência mundial decorrente da tecnologia da Nova Gestão Pública (NGP) tornou dinâmico o processo de conhecimento dos indica-

dores de desempenho e *benchmarking* entre as universidades, associados ao neoliberalismo, e seus imperativos econômicos geraram profundas mudanças na organização do local de trabalho. (SHORE, 2009)

Conforme Shore (2009), os efeitos refletem no comportamento ao construir uma nova subjetividade entre os acadêmicos, resultando na criação de uma “cultura de auditoria” com maior transparência e responsabilização em várias corporações, inclusive nas universidades.

Por essa lógica, tudo que se empreender poderá fazer surgir uma nova forma de pensar ou até mesmo criar uma oposição aos padrões. O que aceitamos como verdade só poderá ser contestado se fugirmos da normalidade. (SHORE, 2009)

O termo *accountability*, muito utilizado hoje em dia, refere-se à prestação de contas dos resultados das ações dos decisores governamentais que garante mais transparência e exposição das políticas públicas. Conceito ligado fortemente ao universo político administrativo anglo-saxão. (MATIAS-PEREIRA, 2010)

A partir disso, uma reflexão sobre a missão, os valores, os pontos fortes e os fracos, as metas almeçadas e as alcançadas deve ser periodicamente revista e avaliada. Esse alinhamento contribuirá diretamente nos resultados de eficiência, eficácia e efetividade na instituição pública, trazendo com essa mudança a inovação necessária. As decisões importantes decorrem desse monitoramento constante, de responsabilidade principal do gestor, e baseadas nos objetivos de melhoria dos aspectos gerenciais e operacionais. (FREITAS, 2001)

Existem vários instrumentos de política pública, entre eles a “informação ao público” cuja variante apresentada por Secchi (2013) seria: a obrigatoriedade de transparência, a criação de *rankings*, a padronização de informativos, informação mais simples, os subsídios para a produção da informação, os subsídios para a disseminação da

informação, tudo para o aumento da transparência do gasto público em benefício do serviço público.

A transparência se encontra também no *benchmarking* que as universidades em geral buscam, ingressando em um *ranking* de redução de custos, aproveitando ao máximo os recursos e investimentos em vantagens competitivas no mercado do conhecimento, independente de sua natureza jurídica.

Acompanhando todo este movimento mundial, vem a necessidade da gestão dos riscos a que as universidades ficam expostas, principalmente aquelas que gerenciam dinheiro público e que dele prestam contas (*accountancy*).

Observadas a distância, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) parecem se constituir apenas da relação estudante-professor, porém suas estruturas são muito mais complexas. E essa complexidade por vezes é ignorada por aqueles que formulam a Política Pública de Educação (PPE), principalmente no que se refere à pluralidade de atividades executadas pelas IFES, como pesquisa e extensão – as quais geram obrigações e benefícios financeiros, os quais podem ser mal geridos –, logo, a imagem que se vende é de ineficiência e não de problemas na ordem legislativa.

Em geral, os princípios básicos de transparência, equidade, cumprimento das leis, prestação de contas e conduta ética norteiam os rumos tanto do setor público quanto do privado. Nesse sentido, a forma de funcionamento da gestão pública teve a influência do movimento da NGP fruto das alterações significativas nas relações Estado -> setor privado -> terceiro setor a partir de 1990. (MATIAS-PEREIRA, 2010) A Reforma Gerencial, a qual está relacionada à idéia da NGP, objetiva dar maior autonomia aos administradores públicos, mas atribuir maior responsabilidade para tratar o cidadão como cidadão-cliente. (BRESSER-PEREIRA, 1998)

Nesse caminho, a UFPR está conquistando autonomia ao melhorar seus controles internos. (SHORE, 2009) O objetivo da administração pública é prestar um serviço público de qualidade ao menor custo, focando atender o cidadão beneficiário como um modelo gerencial. As boas práticas podem ser aplicadas em uma administração que objetive o sucesso do seu empreendimento. (MATIAS-PEREIRA, 2010) A editora, por seu contato com todos os tipos de editoras no Brasil, por meio da ABEU, tende a ajustar-se aos melhores padrões de qualidade.

A emissão de NF-e pela Editora UFPR é uma maneira explícita de transparência, mas a imunidade tributária do papel e do livro foi um elemento facilitador; mas e se não fosse? As unidades de extensão, como os hospitais veterinários, a fazenda experimental, os restaurantes universitários, caso optem por seguir o mesmo modelo da editora, de que modo executariam a emissão da nota fiscal? Para não ter que decidir é melhor ignorar a realidade de que existe uma arrecadação e que há má utilização do que se produz nas pesquisas? E ao final do curso, o estudante de uma universidade federal não poderia receber um comprovante dos serviços prestados com o valor do custo para a sociedade? A emissão da NF-e, em nome de uma reforma do Estado, dentro de um conceito de buscar renda, (MATIAS-PEREIRA, 2010) poderia anunciar um caminho para a privatização das universidades federais? A NGP estará levando nossos gestores públicos a agirem como empresários ou empreendedores, desviando-os de seu real papel? Esses questionamentos servem para nossa reflexão sobre quais serão as consequências de nossas decisões no futuro.

Para entendermos melhor as decisões tomadas no caso da Editora UFPR com a emissão da NF-e é preciso também tomar por base a legislação pertinente às ações dos gestores públicos neste caso, no âmbito federal.

Iniciando pela Constituição Federal, a qual dispõe sobre as funções do Estado sob a égide de instituir um Estado democrático e de direitos, visando principalmente ao bem-estar da sociedade, entre outros valores, encontramos alguns conceitos importantes e que valem a pena ser mencionados.

A definição de princípios da CF, estabelecida no art. 37 (“A Administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]”), sustenta a importância do cumprimento de seus valores fundamentais e que o exercício da cidadania é um dos fundamentos da República. (MATIAS-PEREIRA, 2010)

A NF-e é um instrumento que atende aos princípios constitucionais e possibilita mais transparência nas transações com o setor público. Um elemento facilitador para a emissão da NF pela editora refere-se à imunidade fiscal.

Na relação entre a UFPR e o governo do estado do Paraná – responsável pela emissão e controle das notas fiscais de materiais –, essa imunidade é amparada pelo art. 150, inciso VI, alínea “a” da CF, a qual afirma: “Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: VI – instituir impostos sobre: a) patrimônios, renda ou serviços, uns dos outros”. Sendo assim, a UFPR, por sua natureza jurídica de autarquia federal,² adquire imunidade ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o qual é controlado pelo governo do estado do Paraná, tendo por base a CF.

2 As universidades públicas são autarquias federais e podem auferir receitas decorrentes de suas atividades em transações com ou sem contraprestação. A compra e venda de mercadorias e serviços é um exemplo de transação com contraprestação. Já as transações sem contraprestação incluem impostos, subsídios e doações. (CFC, 2017)

Ainda no art. 150, alínea “d” do inciso VI, há a imunidade a respeito do objeto livro. Contudo, essa imunidade não seria suficiente caso houvesse interesse em abordar outros produtos das atividades educacionais da UFPR.

O reconhecimento dos meios acadêmicos sobre a mudança de paradigma do Estado de exclusivamente burocrático para a visão gerencial e as recentes reformas expressam essa mudança. (FREITAS, 2001) Essa transformação acontece também na política contábil, que traz em seu conteúdo mais do que somente a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, mas principalmente os princípios pelos quais norteiam o tratamento dos bens públicos. Para os excedentes da pesquisa não existe ainda legislação explícita, como no caso dos bens públicos constantes do Código Civil Brasileiro, o qual inclui até a questão ambiental.

No período entre os anos 1960 e 1970, ocorreu no Brasil uma reforma desenvolvimentista entre as duas grandes reformas da Administração Pública. (BRESSER-PEREIRA, 1998) Nesse contexto, a Lei Ordinária nº 4.320, de 17 de março de 1964, a qual estabelece normas de direito financeiro nas contas públicas, traz em seu artigo 85 a seguinte informação:

Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros. (BRASIL, [1982])

Dessa forma, infere-se a necessidade de um controle mais efetivo, principalmente submetido à reforma gerencial, a partir dos anos 1980. (BRESSER-PEREIRA, 1998)

Apesar de o Estado Democrático garantir a defesa da *res publica*, nas disposições gerais sobre a contabilidade na Lei nº 4.320 não é mencionado o direito do beneficiário do serviço público de ter uma comprovação dos bens e serviços adquiridos.

No artigo 99 se confirma:

Os serviços públicos industriais, ainda que não organizados como empresa pública ou autárquica, manterão contabilidade especial para determinação dos custos, ingressos e resultados, sem prejuízo da escrituração patrimonial e financeira comum. (BRASIL, [1982])

O serviço público industrial, ao qual se refere o artigo 99, tende a ser aquele que engloba os serviços de produção com geração de resultados, nos quais a editora se encaixa. Antes da mudança do Plano de Contas, em 2015, a receita da Editora denominava-se receita industrial.

Dentro deste mesmo contexto de reforma, foi lançado o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, já objetivando uma organização da Administração Federal, que criou diretrizes para a reforma do Estado determinando a unificação das contas do Tesouro Nacional, o que foi estabelecido pelo Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986. O que se consolidou com a Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Desse momento em diante foram criados instrumentos para que os depósitos fossem feitos na Conta Única do governo federal, sofrendo várias modificações até chegar ao que é hoje conhecido como Guia de Recolhimento da União (GRU). A princípio, é por meio desse único instrumento de arrecadação que deveria entrar toda a arrecadação de receita própria.

Nesse sentido, uma situação delicada à qual estamos expostos refere-se à arrecadação das IFES que deveria ingressar na Conta Única do

governo federal por meio da GRU e, no entanto, nem sempre acontece dessa forma. A obrigação de quitar a GRU pode ser transferida ao agente público responsável pelo setor, logo, esse é um grande risco quando se imagina a possibilidade de “caixa 2”

Observa-se pelo que foi exposto até agora que a emissão de NF-e pelas IFES não infringe qualquer lei ou determinação, pelo contrário, oferece mais transparência e respeito ao consumidor dos produtos excedentes da pesquisa; no caso específico da editora, o livro.

A UFPR, assim como todas as IFES, sofre as consequências das mudanças na legislação e também das imposições do TCU e suas controladorias. A publicação do Acórdão 2731/2008 (TCU), na época, surpreendeu o sistema federal de ensino superior por conter desconformidade em várias práticas usuais com a legislação vigente, exarado em função do relatório de Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC), o qual avaliou profundamente o relacionamento das IFES com suas fundações de apoio.

A UFPR, assim como todas as IFES brasileiras, fez uso de suas fundações de apoio para dar suporte e viabilizar a arrecadação de recursos oriundos da prestação de serviços ou comercialização de produtos gerados nas unidades acadêmicas em decorrência das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Destaca-se no item 9.1 do Acórdão 2731/2008 o seguinte trecho:

[...] firmar o entendimento de que a expressão ‘recursos públicos’, a que se refere o art. 3º, caput, da Lei 8958/1994, abrange não apenas os recursos financeiros aplicados nos projetos executados com fundamento na citada lei, *mas também toda e qualquer receita auferida com a utilização de recursos humanos e materiais das Instituições Federais de Ensino Superior*, tais como: laboratórios, salas de aula; materiais de apoio e de

escritório; nome e imagem da instituição; redes de tecnologia de informação; documentação acadêmica e demais itens de patrimônio tangível ou intangível das instituições de ensino utilizados em parcerias com fundações de apoio, *sendo obrigatório o recolhimento de tais receitas à conta única do Tesouro Nacional*. (BRASIL, 2008, grifo nosso)

No mesmo momento da publicação do Acórdão 2731/08, em novembro de 2008, a UFPR passava por mudança administrativa na reitoria, com a posse da nova gestão programada para o início de 2009. A nova equipe da PROPLAN da UFPR traçou um enfrentamento de todas as questões pautadas pelo Acórdão 2731.

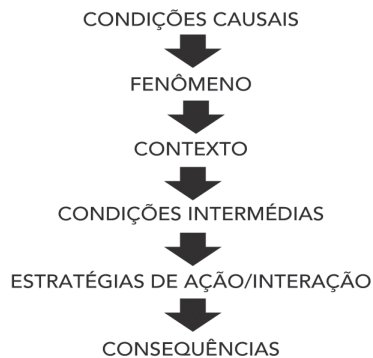
A UFPR, como definido pelo artigo 6º do Decreto nº 7423/10 (BRASIL, 2014b), expediu a Resolução nº 17/11 do Conselho de Planejamento e Administração (COPLAD), disciplinando internamente os procedimentos de arrecadação por meio da conta única. Após a publicação dessa resolução, o enfrentamento das circunstâncias exigiu dos gestores a adoção de estratégias que tornassem viáveis, em um primeiro momento, a introdução na UFPR dos mesmos mecanismos possíveis na FUNPAR. Sendo assim, a editora se tornou um projeto piloto para a solução desse problema na gestão 2012-2016.

É importante destacar que este estudo não contemplou as alterações realizadas em 2017 por meio da Resolução nº 41/2017 – COPLAD, que normatizou o relacionamento com as fundações de apoio, principalmente quanto aos projetos desenvolvidos em colaboração, nos quais foram consideradas, na sua elaboração, as Leis nº 8.858/1994, 10.973/2004, 13.243/16 e os Decretos nº 7.423/2010, 8.240/2014, 8.241/2014 e 6170/2007.

Para melhor demonstração do paradigma criado para a análise, destaca-se uma das etapas da metodologia adotada, chamada de

codificação axial. Como o próprio nome sugere, serve para criar um eixo de forma a possibilitar a análise e a construção de hipóteses compreendendo melhor a trajetória da implantação. O eixo será formado pela construção do paradigma no formato abaixo:

Figura 1 – O modelo do paradigma



Fonte: Flick (2004, p. 193).

A partir da identificação dos termos mais importantes das condições causais, temos as seguintes hipóteses:

- as atividades continuadas da UFPR que geram arrecadação própria não poderiam depender de contratos por tempo determinado com a FUNPAR;
- o funcionamento da editora estava comprometido;
- a FUNPAR emitia NF de um produto que não era dela;
- havia pressão dos órgãos de controle;
- com a internalização, a gestão financeira passou a ser da UFPR;
- o apoio da Administração e da Procuradoria Federal foi essencial;

- houve, por parte dos gestores da editora na época, a interlocução com outras editoras universitárias nas reuniões da ABEU, fato que deu força para à implantação da NF-e;
- a editora foi feita para fabricar livros e doar aos alunos?;
- por que não existe uma legislação federal adequada para as atividades de comercialização das IFES?;
- a Editora UFPR necessita da NF-e para atender as suas transações com outras editoras e livrarias;
- para participar de bienais fora do estado a NF-e é necessária.

Segregando os termos mais importantes a respeito do fenômeno temos as seguintes hipóteses:

- a internalização significou basicamente que diversos procedimentos da editora passaram a ser acompanhados e validados pelos órgãos respectivos da universidade. Esse acontecimento foi de extrema importância para a Editora UFPR;
- a universidade como real produtora daquilo que está comercializando. A emissão da nota fiscal com o CNPJ da editora, além de trazer segurança para o cliente na hora da compra, viabiliza o acesso da editora aos espaços socioculturais na cidade e em livrarias, agregando valor à sua marca;
- a NF-e acarretou outros problemas técnicos para a UFPR.

Separando os termos mais importantes a respeito do contexto temos as seguintes hipóteses:

- deixar a editora, terminando um contrato com a FUNPAR, apagar toda uma história que estava encaminhando a editora para um outro perfil editorial;
- todas as unidades da UFPR que arrecadam podem emitir NF-e.

Separando os termos mais importantes das condições intermédias temos as seguintes hipóteses:

- as fundações de apoio foram criadas para resolver os problemas que as universidades não podem, porque são mais eficientes;
- a editora pode dar muitos lucros à universidade;
- as internalizações podem abrir espaço para um arejamento institucional e legal, em relação à postura das universidades públicas com o processo editorial instalado dentro dessas instituições.

Os termos pertinentes mais importantes sobre as estratégias de ação/interação trouxeram as seguintes hipóteses:

- o gestor 2 (diretor da Editora UFPR) procurou o apoio da Administração e da Procuradoria Federal na UFPR;
- os gestores 1 e 2 (diretores da Editora UFPR) procuraram outras editoras com o mesmo perfil para ter diálogo com as que estavam passando pela mesma dificuldade. Isso foi um grande diferencial: a disposição da universidades em dialogar com outras instituições em busca de soluções às vezes parecidas e, às vezes, diferentes, para que se pudesse avaliar qual seria o melhor caminho;
- outra questão era dar autonomia às nossas unidades administrativas da UFPR. A universidade sempre buscou fortalecer os gestores locais, seja o diretor da editora, os diretores dos órgãos suplementares, do Hospital de Clínicas (HC), da Maternidade Victor do Amaral, das estações experimentais, etc. Então, essa descentralização administrativa com o empoderamento dos gestores também era outro aspecto buscado;
- a editora foi um projeto piloto de algo muito maior para efeito de transparência, de controle de toda arrecadação, de todos

os produtos que hoje são comercializados na universidade, sendo que não havia nenhuma possibilidade efetiva de controle desse recurso.

Foram levantadas as seguintes hipóteses sobre as principais consequências consideradas na dissertação de mestrado mencionada com a implantação da NF-e e com reflexo na gestão pública universitária:

- houve um avanço do ponto de vista da transparência e, principalmente, do controle dessas ações;
- a internalização é um reconhecimento de que a editora é uma atividade acadêmica, não é uma atividade complementar. Ela faz parte do conjunto de atividades que se resolvem numa universidade, que é dar visibilidade e dar função para a profissão acadêmica;
- uma das questões principais foi fazer com que a editora pudesse continuar desempenhando cada vez melhor o seu papel e que assim também pudesse ter uma relação mais equitativa com outras editoras;
- a parte mais complicada é de fato a lentidão em alguns processos, que dependem de toda a estrutura burocrática dos procedimentos da universidade, então a editora tem este lado comercial que precisa de agilidade, um lado do funcionamento que fica melhor internalizado;
- a emissão da NF-e agregou valor à marca UFPR.

Até agora foi apresentado o cenário da implantação da NF-e na UFPR no período da gestão 2012-2016, no qual foi confirmada a preocupação com a eficiência e com o atendimento à sociedade. Também está descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que a universidade deve contribuir com o desenvolvimento sustentável, priorizar um processo contínuo de ensino comprometido com

a formação de um profissional-cidadão, de forma articulada com os demais segmentos da sociedade, tornando-se referência para o país. (UFPR, 2012)

A importância desta pesquisa para a UFPR foi relacionada ao fato de esta ser uma das primeiras IFES do Brasil a ter implementado a NF-e em sua editora, com a possibilidade de ser a primeira com conhecimento suficiente para avaliar as consequências dessa decisão técnico-política. Foi identificado também um significado importante acadêmico e social, pois trouxe a evidenciação do resultado das atividades de ensino, pesquisa e extensão, com um conceito inovador de transparência para uma Nova Gestão Pública (NGP).

A proposta deste estudo foi avaliar descritivamente a implantação da NF-e na Editora da UFPR como um processo dentro do modelo da NGP, no período de 2015 a 2017, verificando suas características, identificando os requisitos de eficiência e apontando os fatores de controle necessários.

As principais características delineadas foram:

- a comercialização de produtos, que embora não esteja inserida no escopo das editoras universitárias e outras unidades de extensão, se torna intrínseca no momento em que se gera um produto útil à sociedade;
- ter a editora como projeto-piloto da implantação da NF-e;
- promover um amadurecimento conceitual sobre uma possível padronização nas outras unidades da UFPR;
- obter o apoio institucional e legal da Administração, da Procuradoria Federal e dos grupos de interesse;
- a crença dos gestores em vencer o caos na gestão dos recursos públicos e ter na implantação da NF-e um instrumento que abrirá um caminho de transparência;

- fortalecimento dos gestores locais para aumento da autonomia, criando oposição aos padrões;
- reconhecer e incorporar o conhecimento de qualidade gerado por outros segmentos da sociedade e da própria produção científica-acadêmica, tornando-se efetivamente um elo entre a universidade e o cidadão.

A intenção dos gestores era ampliar as receitas da universidade, uma vez que entendiam que a instituição tem muitas frentes nas quais poderia gerar recursos. Assim, identificamos os seguintes requisitos de eficiência na implantação da NF-e na Editora UFPR:

- a interferência das decisões políticas pelos atores traçou um novo rumo para uma atividade até então encoberta das universidades: a comercialização dos excedentes de pesquisa;
- a intencionalidade pública dos gestores em fazer acontecer;
- a busca permanente dos gestores por eficiência;
- obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência sustentam a importância do cumprimento de seus valores fundamentais e que o exercício da cidadania é um dos fundamentos da República; (MATIAS-PEREIRA, 2010)
- intenção clara dos gestores em manter o funcionamento da editora a qualquer custo e a crença de que a internalização era o caminho legal a ser seguido;
- a gestão financeira na internalização passou a ser uma gestão da UFPR, não mais da FUNPAR;
- a imagem de eficiência ligada ao conceito de valor, descartando a ideia de produzir livros e doar;
- identificação da emissão da NF-e como uma inovação nas universidades públicas;

- confirmar o benefício da internalização e da emissão de Nota Fiscal Eletrônica como um avanço;
- dar importância ao cidadão-cliente, como Bresser-Pereira (1998) menciona sobre a NGP;
- agregar um valor intangível à marca da instituição.
- Entre os fatores de controle para um processo de implantação da NF-e estão:
- adaptar os processos internos da unidade aos processos burocráticos de uma universidade pública;
- NF-e como ferramenta de controle interno;
- a definição da NF-e como identificador de propriedade;
- regularizar o transporte dos livros para atuar no mercado de livros do Brasil, regularizar a comercialização e inserir oficialmente, formalmente e contabilmente a atividade da Editora;
- facilitar a arrecadação, atendendo os órgãos de controle com o recolhimento na UFPR;
- a flexibilidade nas transações entre as editoras;
- visibilidade das doações e consignações;
- fornecimento de um comprovante para os compradores;
- as obrigações acessórias decorrentes da emissão da NF-e;
- nesse caminho, a universidade está conquistando autonomia ao melhorar seus controles internos; (SHORE, 2009)
- *accountability*.

A partir dessa análise foi possível responder à pergunta de pesquisa: a implantação da NF-e na Editora da UFPR, avaliada dentro do modelo da Nova Gestão Pública foi eficiente para a UFPR?

O que se percebe até aqui é principalmente que as dificuldades que se apresentaram foram as que promoveram a busca por uma so-

lução e que os gestores que foram responsáveis pela implantação da NF-e acreditam na total eficiência da solução encontrada.

Olhando pela perspectiva da NGP, do cidadão-cliente, da transparência, da equidade, do cumprimento das leis, da prestação de contas, da conduta ética, da proximidade com o setor privado em seu funcionamento, a emissão da NF-e na editora foi eficiente para a UFPR. Elevou a universidade a outro patamar de eficiência e eficácia mesmo em um ambiente aparentemente não propício, como o do serviço público. A NF-e resolveu um problema público e pode ainda ser inserida nas outras unidades para maior controle e transparência.

Espera-se que este assunto tenha ao longo do tempo um amadurecimento e muita intencionalidade pública para analisar de frente as verdades reais que se apresentam. Conceitos como a autossuficiência e sustentabilidade no setor público devem ser abordados, trazendo modernização, competência e resolvendo problemas.

Outros estudos devem ser feitos para abranger a comercialização nas universidades públicas, tanto para produtos como para serviços. Talvez alguns tenham receio em demonstrar à sociedade o quanto gasta uma universidade, mas, ao contrário, pode tornar-se uma justificativa para um investimento maior em educação, com transparência e eficiência.

Referências

ARAÚJO, P. C. de. *Projetos de pesquisa*. 2018. 39 slides.

ARISTÓTELES. *A política*. Tradução Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Comunicado*: Acórdão TCU nº 2731/08. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/2482-comunicado-acordao-tcu-no-273108>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRASIL. *Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010*. Regulamenta a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio, e revoga o Decreto nº 5.205, de 14 de setembro de 2004. Brasília, DF: Presidência da República, [2014b]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7423.htm. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRASIL. *Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986*. Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2017a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d93872.htm. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967*. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRASIL. *Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000*. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2017b]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRASIL. *Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964*. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF:

Presidência da República, [1982]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm. Acesso em: 7 out. 2016.

BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, [2017c]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação; Ministério da Ciência e Tecnologia; Instituições Federais de Ensino Superior. *Acórdão 2731/2008 – Plenário*. Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC). Recorrente: Tribunal de Contas da União. Relator: Aroldo Cedraz, 26 de novembro de 2008. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/Ac%25C3%25B3rd%25C3%25A3o%25202731%252F2008%2520/%20DTRELEVANCIA%20desc,%20NUMACORDAOINT%20desc/1/%20?uuiid=7b056030-e848-11e9-b06d-f9b7df9a81a3>. Acesso em: 10 abr. 2008.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. São Paulo: Editora 34; Brasília, DF: ENAP, 1998.

BREWER, G. D. *The policy sciences emerge: to nurture and structure a discipline*. Santa Monica: RAND Corporation, 1974.

BUFREM, L. S. *Editoras universitárias no Brasil: uma crítica para a reformulação da prática*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUSP; Curitiba: Com Arte, 2001.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto & Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, out./dez. 2006.

CASTRO, L. M.C. A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27., 2004, Caxambu. *Textos de trabalhos e pôsteres*. [S. l.]: ANPED, 2004. Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/gt11/t1111.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (Brasil) – CFC. *Normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público*. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>. Acesso em: 10 abr. 2018.

DALTO, C. do C.; NOSSA, V.; MARTINEZ, A. L. Recursos de convênio entre fundações de apoio e universidades federais no Brasil: um estudo dos acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU). *Revista Universo Contábil*, Blumenau,

v. 10, n. 2, p. 6-23, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/3540>. Acesso em: 10 abr. 2018.

DENHARDT, R. B. *Teorias da administração pública*. Tradução Francisco G. Heidemann. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

DIAS, M. A. H. *Proposta de modelo para avaliação do capital intelectual na administração pública: o caso no PROANTAR*. 2015. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 273-295.

FERRAS, R. *et al.* Empreendedorismo corporativo em organizações públicas: um estudo em uma universidade pública. *In*: ENCONTRO DA ANPAD, 38., 2014, Rio de Janeiro. [*Anais*]. [S. l.]: ANPAD, 2014. p. 1-16.

FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Tradução Sandra Netz. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FRANCO, M. L. P. B. *Análise de conteúdo*. 5. ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2018.

FREITAS, C. A. S. de. Auditoria de gestão e estratégia no setor público. *Revista do Serviço Público*, Brasília, DF, ano 52, n. 4, p. 57-70, out./dez. 2001.

GUARESCHI, N. M. de F.; LARA, L. de; ADEGAS, M. A. Políticas públicas entre o sujeito de direitos e homo conomicus. *PSICO*, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 332-339, jul./set. 2010.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. *Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral*. Tradução Francisco G. Heidemann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 21, n. 48, p. 101-110, dez. 2013.

MATIAS-PEREIRA, J. *Governança no setor público*. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MARTINS FILHO, P. *O livro e a editora universitária pública*. São Paulo: EDUSP, 2008. Discurso proferido na festa dos 20 anos da EDUSP como editora e de seu milésimo título em 25 de março de 2008, na sede da Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

O QUE é nota fiscal? *Portal Contábeis*. [S. l.], 6 ago. 2016. Disponível em: http://www.contabeis.com.br/termos-contabeis/nota_fiscal. Acesso em: 7 set. 2016.

RODRIGUES, G. M. Indicadores de “transparência ativa” em instituições públicas: análise dos portais de universidades públicas federais. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 423-438, nov. 2013. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3474>. Acesso em: 9 dez. 2017.

SANTOS, J. A.; PARRA FILHO, D. *Metodologia científica*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SECCHI, L. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SHORE, C. Cultura de auditoria e governança iliberal: universidades e a política da responsabilização. *Mediações: revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 14, n. 1, p. 24-53, jan./jun. 2009.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR. *Indicadores UFPR*. [S.l., 7 maio 2018]. Disponível em: indicadores.ufpr.br. Acesso em: 10 abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR. *Plano de desenvolvimento institucional 2012-2016*. Curitiba: UFPR, 2012. Disponível em: <http://www.proplan.ufpr.br/portal/pdi/PDI%20UFPR%202012-2016.pdf>. Acesso em: 7 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR. Pró-reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças. *Relatório de atividades e UFPR em números*. Curitiba, 2017. Disponível em: <http://www.proplan.ufpr.br/portal/relatorio-de-atividades/>. Acesso em: 7 set. 2017.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução Ana Thorell. Revisão técnica Cláudio Damacena. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

SEGUNDA PARTE

OS LIVROS E AS TECNOLOGIAS

metadados, formatos e linguagens¹

Amanda Ramalho

Introdução

O livro e o conhecimento científico fazem parte da história da humanidade desde tempos remotos, nos quais os manuscritos eram compilados em formato de livros por grandes filósofos. (SPINAK, 2018) As influências tecnológicas sempre estiveram presentes na forma de fazer e ler o livro, com destaque para dois grandes marcos: o primeiro, quando os manuscritos passaram a ser efetivamente impressos após as invenções apresentadas por Gutenberg; o segundo, quando os livros impressos passaram a coexistir com os formatos digitais. O livro acadêmico é um dos tipos clássicos de literatura científica. Embora presente em todas as áreas do conhecimento, a sua relevância na comunicação da pesquisa é destacada com mais ênfase nas áreas de humanas, literatura, letras e artes. (MUELLER, 2005; VELHO, 1997) Nos demais campos, predominam quase que exclusivamente a comunicação via artigos em periódicos ou em *proceedings* de conferências e congressos. Esse fato

1 Parte do conteúdo deste capítulo foi apresentado no curso “ABEU Técnico 2019”, na ocasião da Reunião Anual da ABEU, em Porto Alegre/RS, nos dias 15 e 16 de maio de 2019.

é evidenciado pela composição temática das coleções de livros indexados e publicados pelo programa SciELO Livros, pelos índices bibliográficos internacionais e pela distribuição das citações dos artigos dos periódicos do portal SciELO.²

Os principais suportes de áudio, imagem e vídeo já sofreram influências das evoluções tecnológicas, entretanto, o impacto e efeito disruptivo do livro digital não equivale ao que ocorreu com a música e o vídeo, para os quais o suporte digital passou a dominar. O livro digital não substituiu o livro em papel, e sim o complementou, de forma a agregar funcionalidades e recursos até então limitados com a publicação impressa.

O formato de livro digital estimula novas formas de pensar o modelo “livro”, no qual os esforços estão voltados cada vez mais para a correta descrição do conteúdo, por meio de metadados, e formatos de publicação que favorecem a recuperação e preservação digital. (FORMENTON, 2017; SAYÃO, 2010) O livro digital enriquece a experiência de leitura do leitor, com a possibilidade de integrar textos, imagens, áudios e vídeos. Isso fez com que grandes *players* do mercado desenvolvessem suas plataformas pensando na visibilidade e interoperabilidade entre sistemas, ampliando mundialmente a presença do livro e minimizando cada vez mais as barreiras geográficas.

Existem hoje diversos grupos e iniciativas cujo objetivo é discutir padrões de metadados e formatos de publicação, assim como grupos que discutem as boas práticas no uso destes recursos, de modo a estimular as mudanças em relação à organização e recuperação da informação em meio a grande quantidade de materiais disponíveis na internet. Embora os “marcos” possam representar uma mudança

2 Como parte da semana em comemoração aos 20 Anos do SciELO, 8 grupos temáticos discutiram temas atuais e relevantes para a pesquisa. O GT8 trouxe reflexões sobre “Relevância dos livros acadêmicos na comunicação da pesquisa”. Disponível em: <https://www.scielo20.org/redescielo/grupos-de-trabalho/gt8/>

de paradigma e adequação das formas de publicação de um livro, as tecnologias diretamente relacionadas – como, por exemplo, o EPUB – continuam em constante discussão e ampliação, tornando-se essencial um acompanhamento mais ativo de modo a conhecer não somente os novos formatos, mas as mudanças que os aperfeiçoam.

Metadados

Um “metadado” refere-se aos “dados sobre outros dados”, e, segundo Méndez Rodríguez (2001, p. 63, tradução nossa), “[...] não há dúvida de que os metadados são também dados, mas os dados representacionais, que adicionados à própria informação, adquirem o valor semântico para substituí-la ou representá-la”³. A função principal é identificar e descrever um determinado conteúdo, que, no caso de livros, refere-se a todas as informações bibliográficas que descrevem e identificam a obra como um todo. Os metadados possuem usos e funções definidos conforme as necessidades particulares de classificação, organização e recuperação da informação. O termo “metadado” começou ser empregado com mais frequência na década de 1980, período no qual a área de biblioteconomia utilizava as expressões “descrição bibliográfica”, “dados catalográficos” ou “catalogação” para se referir aos “metadados” de um livro; na década seguinte, em 1990, o termo passa a ser vinculado à gestão e interoperabilidade dos dados. (MÉNDEZ RODRIGUEZ, 2001)

Os dados digitais são amplamente distribuídos e interoperáveis com diversas fontes de informação e é recomendável a adoção de cri-

3 Texto original: “no cabe ninguna duda que los metadatos son también datos, pero datos representacionales, que añadidos a la propia información adquieren el valor semántico para sustituirla o representarla”.

térios – chamadas de “linguagens” – que favoreçam a correta disponibilização e uso desses dados. Não é impossível encontrar um título de um livro de formas diferentes nos arquivos internos da editora, no catálogo *on-line* e no registro de International Standard Book Number (ISBN), assim como não é impossível encontrar livros digitais sem imagem de capa nas livrarias ou com o nome dos autores incompletos.

Embora a Biblioteca Nacional e a Agência Brasileira do ISBN sejam as entidades responsáveis pelo registro das publicações nacionais, no Brasil não foram identificadas bases de dados, de abrangência nacional, que regulamentem a circulação de registros de metadados de livros de forma automatizada e interoperável. Diversas iniciativas já foram criadas com objetivo de padronizar metadados de livros, e ainda que existam questionamentos e limitações, ainda são poucos os incentivos e a conscientização da importância de tais serviços, fazendo com que editoras, bibliotecas, distribuidores e livrarias tenham distintos sistemas de gerenciamento destes dados, alguns via serviços privados.

Criada em 1810, a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) é o órgão responsável pela execução da política governamental de captação, guarda, preservação e difusão da produção intelectual nacional, onde abriga cerca de 9 milhões de itens e é considerada a mais antiga instituição cultural do Brasil. (FBN, [2015a]) O item 3 da página de “Competências e Atividades” no site da BN diz que cabe à Biblioteca “atuar como centro referencial de informações bibliográficas”. (FBN, [2015b]) Entretanto, o acervo BNDigital, interoperável via protocolo OAI-PMH (Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting), está voltado para a disponibilização de documentos em domínio público ou que tenham sido formalmente autorizados pelas editoras titulares do direito autoral, sendo difícil encontrar dados de todos os livros publicados por editoras universitárias.

O ISBN foi criado em 1967 e é um sistema de identificação para publicações monográficas, regulamentado no Brasil pela ABNT NBR ISO 2108:2006, oficialmente controlado pela Agência Internacional do ISBN, tendo como agência nacional oficial a “Agência Brasileira do ISBN”; cujos trabalhos são controlados e supervisionados pela Biblioteca Nacional em parceria com a Fundação Miguel de Cervantes. O Anexo E da ABNT NBR ISO 2108:2006 define que “As exigências de metadados para o sistema ISBN devem ser compatíveis com os padrões de informações de produto ONIX Internacional mantidos pela EDItEUR e suas organizações associadas” (ABNT, 2006, p. 19), além da introdução informar que “É a base para coleta de dados em novas e futuras edições de publicações monográficas para guias utilizados por todo comércio de livros.” (ABNT, 2006, p. V) Porém, não há instruções no Cadastro Brasileiro do ISBN de formas ou possibilidades de coletar ou reusar algum registro, além do número de campos exigidos para cadastro de um livro ser mínimo.

Como exemplo de um modelo de base de dados, nos Estados Unidos e Austrália os registros de ISBN são gerenciados oficialmente pela Bowker, empresa americana fundada em 1868 e afiliada da ProQuest. A Bowker possui uma base de dados bibliográficas chamada Books In Print,⁴ na qual todos os títulos publicados nos Estados Unidos são registrados e disponibilizados para pesquisa e descoberta, sendo utilizada por bibliotecas, editoras, livrarias etc. O Books In Print possui dois níveis de assinaturas: United States Edition, com publicações somente dos EUA; e Global Edition, com publicações de nível mundial, inclusive onde as editoras universitárias brasileiras podem interoperar metadados para promover a visibilidade dos registros nesses territórios.

4 Site oficial do Books In Print: <http://www.booksinprint.com>

Formatos

A publicação de livros em meio digital envolve a adoção de formatos específicos de acordo com as formas de distribuição que serão utilizadas. As principais lojas de *e-books*, como Kobo, Amazon e Google, reconhecem apenas o EPUB como formato comercializável de livro digital. Entretanto, o Google aceita o formato PDF para inclusão do livro nos serviços do Google Books, onde as palavras do PDF são reconhecidas e indexadas de modo a facilitar a localização de trechos de um livro via seu próprio campo de pesquisa. Para bases de dados especializadas e preservação digital é indicado o uso do formato XML, como o BITS, para a correta indexação dos metadados, do texto completo e das referências bibliográficas. Outro fator que influencia diretamente o formato de publicação de um livro são as ferramentas utilizadas para leitura. Os usuários de *smartphones* e *tablets*, por exemplo, terão uma melhor experiência de leitura com o formato EPUB devido à adequação do conteúdo à tela do dispositivo. Já o PDF pode ser o formato favorito dos usuários de computador ou que tenham preferência pela impressão.

O PDF (Portable Document Format) é um formato de arquivo aberto desenvolvido pela Adobe Systems em 1993. Por ser um formato “aberto”, qualquer empresa/organização pode produzir arquivos PDF e criar *softwares* de leitura. Entretanto, o PDF não possui em sua estrutura textual a identidade semântica do conteúdo.

O EPUB (Electronic Publication) é um formato para publicações digitais baseado em XML e padrões da *web*. (GYLLING; SIEGMAN; GARRISH, c2017) A estrutura básica contempla arquivos em XML, HTML e CSS.

XML – especifica os metadados e conteúdo do pacote;

HTML – textos, imagens e tabelas;

CSS – especifica a formatação dos conteúdos HTML.

O EPUB foi inicialmente padronizado em 2007, na versão EPUB 2, pelo IDPF (International Digital Publishing Forum), como sucessor do formato “Open Book Publication Structure (OEB)”, originalmente desenvolvido em 1999. Em outubro de 2011, o EPUB 3 substituiu o EPUB 2 quando ele foi aprovado como uma especificação final recomendada. Foi então novamente substituído em junho de 2014, quando a versão atual, o EPUB 3.0.1,⁵ foi aprovada como uma especificação final recomendada.⁶ Com o intuito de alinhar as tecnologias de editoração e da *web*, em fevereiro de 2017 o IDPF e o World Wide Consortium (W3C) anunciaram a fusão de suas organizações. O W3C é uma organização internacional de padrões que desenvolve os pilares de tecnologias *web* tais como HTML, CSS, SVG, XML e WCAG.⁷ Em setembro de 2018, o W3C anunciou o primeiro rascunho do EPUB 3.2. Ainda que as novas versões sejam oficialmente recomendadas, a adoção ou não de uma versão depende diretamente da adequação por parte de lojas e dispositivos de leitura.

As três principais lojas de varejo para distribuição e comercialização de *e-books* possuem diretrizes próprias de publicação em formato EPUB. Ainda que as diretrizes sejam baseadas nos documentos oficiais, cada uma pode apresentar especificidades em relação à obrigatoriedade de determinada configuração.

- Amazon – Diretrizes da Amazon para publicação no Kindle:
http://s3.amazonaws.com/kindlegen/AmazonKindlePublishingGuidelines_PT.pdf

5 Ver IDPF (2014).

6 Ver histórico oficial do site IDPF (2011).

7 Veja anúncio oficial na página do W3C: <http://www.w3c.br/Noticias/NovoRoteiro-ParaFuturoDasPublicacoes>.

- Google – EPUB files: <https://support.google.com/books/partner/answer/3316879>
- Kobo – Kobo ePub Guidelines: <https://github.com/kobolabs/epub-spec>

No Twitter, a *hashtag* #eprdtn⁸ é usada frequentemente para anúncios de novas versões, discussões ou dúvidas sobre o formato.

O XML (Extensible Markup Language) é um padrão do W3C para gerar linguagens de marcação em texto organizadas de formas hierárquicas e descrever diversos tipos de dados. Seu propósito principal é a facilidade de compartilhamento de informações na internet por não depender de *softwares* proprietários. O BITS (Book Interchange Tag Set)⁹ é um padrão em XML para livros baseado no formato JATS (Journal Interchange Tag Set), publicado pela primeira vez em 2012. A intenção do BITS é fornecer um formato comum para intercâmbio de conteúdos de livros, baseado em XML e organizado por módulos, que definem os elementos e atributos necessários para descrever semanticamente o conteúdo textual, gráfico e representativo (dados bibliográficos) dos livros. A marcação em BITS favorece o arquivamento, reúso e o torna mais detectável. Em uma publicação de janeiro de 2019,¹⁰ Deborah A. Lapeyre, uma das desenvolvedoras do BITS e membro do Comitê do BITS e JATS, apresentou um conjunto de *tags* do BITS para o arquivamento e intercâmbio de livros.

8 *Hashtag* #eprdtn no Twitter: <https://twitter.com/hashtag/eprdctn?src=hash>

9 Site oficial BITS: <https://jats.nlm.nih.gov/extensions/bits/>

10 Ver Lapeyre (2019).

Linguagens

A interoperabilidade é um meio central para promover a visibilidade de livros e capítulos, assim como a acessibilidade ao conteúdo, no que se refere à recuperação dos textos completos *on-line*. Para que os metadados sejam corretamente comunicados existem “formas” e padrões globalmente adotados para auxiliar a comunicação entre sistemas. Na prática, as linguagens ajudam a enviar grandes fluxos de dados de livros para lojas e bases de dados de forma padronizada e facilmente interpretável por máquinas, sem a necessidade de preenchimento de planilhas com dados copiados e colados, ou estabelecem normas para a coleta automatizada de dados, facilitando o uso por bibliotecas, por exemplo.

O ONIX for Books (ONline Information eXchange)¹¹ é o padrão internacional em XML para representar e compartilhar dados bibliográficos de livros, originalmente publicado em 2000. Foi amplamente adotado e implementado no comércio e serviços de descoberta de livros em geral. Ele permite que editores de livros e *e-books* criem e gerenciem grandes volumes de metadados enriquecidos e os troquem com seus clientes (distribuidores e varejistas) de maneira coerente, sem ambiguidade e automatizada. O formato ONIX é atualmente desenvolvido e atualizado pela EDItEUR, porém tem como apoiadores diretos o BISG, dos Estados Unidos, e o BIC, do Reino Unido.

O KBART¹² (Knowledge Bases And Related Tools) é um modelo de conjunto de metadados baseado em formato TXT voltado principalmente para bases OpenURL, criado em janeiro de 2008 como uma iniciativa conjunta entre UKSG e NISO. Enquanto o ONIX fornece os metadados de uma publicação, o KBART complementa os registros

11 Site oficial ONIX for Books: <https://ns.editeur.org/onix>

12 Site oficial do KBART: <https://www.niso.org/publications/rp-9-2014-kbart>

informando aos OpenURL a localização (*links*) do texto completo (chamados de *resolvers*).

Dublin Core é um esquema de metadados criado e mantido pelo DCMI (Dublin Core Metadata Initiative)¹³ desde 1994, voltado para a descrição de arquivos digitais. Ao todo, o Dublin Core possui 15 campos descritivos: *contributor, coverage, creator, date, description, format, identifier, language, publisher, relation, rights, source, subject, title, type*. (DCMI, 2004) É o esquema usado na descrição de metadados do arquivo content.opf do EPUB.

O OAI-PMH, lançado em 2001 e que tem raízes nos movimentos de acesso aberto e repositórios institucionais, é um protocolo em XML desenvolvido pela iniciativa Open Archives Initiative.¹⁴ O OAI-PMH define um mecanismo para coleta de registros de metadados em repositórios, porém pode ser aplicado em qualquer base de dados e sites através de suas normas de interoperabilidade que têm como objetivo facilitar a disseminação e coleta eficiente do conteúdo, cujo esquema seguido é o Dublin Core.

Grupos, iniciativas e eventos

Como mencionado anteriormente, existem grupos e iniciativas voltadas para a discussão dos formatos, linguagens e esquema de metadados recomendados, assim como a definição das boas práticas no uso destes recursos. O BISG (Book Industry Study Group), criado em 1975, é uma associação comercial dos EUA para políticas, normas técnicas e pesquisas relacionadas a livros e produtos similares. A missão da BISG é simplificar a logística para editores, fabricantes, fornece-

13 Site oficial DCMI: <http://dublincore.org/about/>

14 Site oficial Open Archives Initiative: <https://www.openarchives.org/>

dores, atacadistas, varejistas, bibliotecários e demais profissionais envolvidos no negócio de mídia impressa e eletrônica. Atualmente é o grupo responsável pelo desenvolvimento e atualização do BISAC – semelhante à CDD, é um catálogo para atribuição de assuntos voltado para ambientes *on-line*, adotado principalmente nos EUA –, além de dar apoio ao desenvolvimento do ONIX em parceria com a EDItEUR, dentre outras iniciativas, inclusive sobre boas práticas de metadados. (BISG, [2014])

A EDItEUR, criada em 1991 e estabelecida em 1994, é o grupo formado por representantes de diversos países que coordena o desenvolvimento da infraestrutura de padrões para o comércio eletrônico nos setores de livros, *e-books* e seriados. Em abril de 2019 registrava 110 membros de 25 países. A EDItEUR é atualmente a responsável pelos padrões ONIX e THEMA, ambos de acesso livre. O THEMA também é um catálogo para atribuição de assuntos voltado para ambientes *on-line*, adotado principalmente na Europa.

O Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e o Caribe (CERLALC) é uma organização intergovernamental criada em 1966 durante a 14ª Conferência Geral da Unesco, cujo objetivo era fortalecer a produção e a circulação de livros nos países em desenvolvimento. O centro serve de ponto focal para os esforços de promoção da livre circulação e do crescimento da produção e distribuição regional de livros. Com 21 Estados membros, a organização foca suas atividades em direção à produção e distribuição de livros; à promoção da leitura e da escrita; à formação dos atores do processo de publicação de livros; e ao estímulo e proteção da criação intelectual. (CERLALC, 2011)

No Brasil, a cada dois anos acontece o Congresso Internacional do Livro Digital.¹⁵ Organizado pela Câmara Brasileira do Livro (CBL),

15 Site oficial do Congresso Internacional do Livro Digital: <http://cbl.org.br/congresso-internacional-cbl-do-livro-digital>

o congresso é hoje um dos principais eventos sobre livros digitais no Brasil, antecedendo a Bienal Internacional do Livro de São Paulo.

Para refletir

A conservação e preservação de documentos (no caso aqui tratado, livros; e em particular os livros acadêmicos e científicos), em época de democratização do conhecimento, precisam fazer uso de bases de dados seguras e reconhecidas para que cumpram a sua finalidade de disseminação do conhecimento.

Não basta disponibilizar conteúdos em acesso aberto. É necessário, além de adotar formatos que possibilitem a preservação, incluir o livro nos principais canais de pesquisa utilizado pelos usuários, de modo a ampliar as possibilidades de localização e descoberta do livro e seus capítulos. Desse modo, destaca-se a importância dos metadados e a interoperabilidade, que promovem a visibilidade e a recuperação dos textos completos *on-line*.

É necessário, cada vez mais, fazer o melhor uso da tecnologia disponível possibilitando que o usuário acesse, recupere, reaproveite e dissemine a informação. Assim o fluxo da comunicação científica de fato cumprirá com sua finalidade.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. *ABNT NBR ISO 2108*: informação e documentação: Número Padrão Internacional de Livro (ISBN). Rio de Janeiro: ABNT, 2006.

BOOK INDUSTRY STUDY GROUP – BISG. *Metadata*. New York, [Mar. 2014]. Disponível em: <https://bisg.org/page/metadata>. Acesso em: 12 ago. 2019.

CENTRO REGIONAL PARA O FOMENTO DO LIVRO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE – CERLALC. *CERLALC: uma história de livros e integração*. Bogotá: CERLALC; UNESCO, 2011. Disponível em: https://cerlalc.org/wp-content/uploads/publicaciones/otros/PUBLICACIONES_OTROS_Cerlalc-Uma-histOria-de-livros-e-integracao_V1_010111.pdf. Acesso em: 9 ago. 2019.

DUBLIN CORE METADATA INITIATIVE – DCMI. *Dublin Core Metadata Element Set, version 1.1: reference description*. [S. l.], Dec. 2004. Disponível em: <https://www.dublincore.org/specifications/dublin-core/dces/2004-12-20/>. Acesso em: 11 ago. 2019.

FORMENTON, D. *et al.* Os padrões de metadados como recursos tecnológicos para a garantia da preservação digital. *Biblios*, Pittsburgh, n. 68, p. 82-95, 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1562-47302017000300006&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 12 ago. 2019.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil) – FBN. *Apresentação*. Rio de Janeiro, [8 dez. 2015a]. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sobre-bn/apresentacao>. Acesso em: 4 ago. 2019.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil) – FBN. *Competências e atividades*. Rio de Janeiro, [8 dez. 2015b]. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sobre-bn/apresentacao>. Acesso em: 5 ago. 2019.

GYLLING, M.; SIEGMAN, T.; GARRISH, M. (ed.). *EPUB 3.1*. [S. l.], c2017. Disponível em: <https://www.w3.org/Submission/epub31/>. Acesso em: 25 jul. 2019.

INTERNATIONAL DIGITAL PUBLISHING FORUM – IDPF. *EPUB 3.0.1*. [S. l.], June 2014. Disponível em: <http://idpf.org/epub/301>. Acesso em: 5 ago. 2019.

INTERNATIONAL DIGITAL PUBLISHING FORUM – IDPF. *Older Versions of EPUB*. [S. l.], Oct. 2011. Disponível em: <http://idpf.org/epub-older-versions>. Acesso em: 4 ago. 2019.

LAPEYRE, D. Introduction to BITS (Book Interchange Tag Suite). *XML.com*. [S.l.], Jan. 2019. Disponível em: <https://www.xml.com/articles/2019/01/18/introduction-bits-book-interchange-tag-suite/>. Acesso em: 4 ago. 2019.

MÉNDEZ RODRÍGUEZ, E. M. *Metadatos y recuperación de información: estándares, problemas y aplicabilidad en bibliotecas digitales*. 2001. Tese (Doctorado en Documentación) – Departamento de Biblioteconomía y Documentación, Universidad Carlos III de Madrid, Madrid, 2001. Disponível em: https://e-archivo.uc3m.es/bitstream/handle/10016/26863/tesis_eva_mendez_2001.pdf. Acesso em: 1 ago. 2019.

MUELLER, S. P. M. A publicação da ciência: áreas científicas e seus canais preferenciais. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 1-12, fev. 2005. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/980>. Acesso em: 29 jul. 2019.

SAYÃO, L. F. Uma outra face dos metadados: informações para a gestão da preservação digital. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, Florianópolis, v. 15, n. 30. p. 1-31, 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=14716919002>. Acesso em: 8 ago. 2019.

SPINAK, E. A relevância dos livros na comunicação científica – o caso do SciELO Livros. *SciELO em Perspectiva*. [S. l.], 7 ago. 2018. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2018/08/07/a-relevancia-dos-livros-na-comunicacao-cientifica-o-caso-do-scielo-livros/>. Acesso em: 29 jul. 2019.

VELHO, L. A Ciência da Informação e seu público. *Transinformação*, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 15-32, set./dez. 1997. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1575>. Acesso em: 29 jul. 2019.

W3C TEAM. *First Draft of EPUB 3.2 published by EPUB 3 Community Group*. [S. l.], Sept. 2018. W3C Community and Business Groups. Disponível em: <https://www.w3.org/community/epub3/2018/09/24/first-draft-of-epub-3-2-published-by-epub-3-community-group>. Acesso em: 4 ago. 2019.

A CUSTOMIZAÇÃO DO OPEN MONOGRAPH PRESS PARA O GERENCIAMENTO DE LIVROS NA EDITORA UFPB

Fabiana da Silva França

Izabel França de Lima

Geisa Fabiane Ferreira Cavalcante

Bruno Alexandre B. de A. Siqueira Campos

Ana Gabriella de Carvalho Albuquerque

Jerfson Oliveira de Souza

Lucas Magno de Oliveira Aragão

Gabriela Maria Soares Fernandes

Heudja Santana Varela Ribeiro de Araújo

Lynda Lee Batista do Santos Lima

Introdução

As publicações acadêmicas têm suas especialidades. Dentre estas, as organizações comerciais e sem fins lucrativos são capazes de trabalhar em conjunto. Desse modo, a comunicação acadêmica ocorre principalmente por meio das editoras universitárias. (ADEMA; RUTTEN, 2010)

As editoras universitárias desenvolvem fluxos de trabalho de produção digital em níveis básicos e/ou aprimorados. Algumas delas aproveitam os pacotes de *software* de código aberto, Open Access (OA), para reduzir os custos de desenvolvimento e infraestrutura. (ADEMA; SCHMID, 2010) Um exemplo é o Open Monograph Press (OMP), um

sistema de gerenciamento de livros desenvolvido pelo Public Knowledge Project (PKP). O OMP é uma plataforma de *software* de código aberto que gerencia o fluxo de trabalho editorial necessário para visualizar monografias, volumes editados e edições acadêmicas, mediante revisão interna e externa, edição, catalogação, produção e publicação. Funciona como uma interface de publicação ou imprensa com capacidade de vendas, distribuição e catálogo. (RUIZ-VANOYE et al., 2015)

Essa plataforma é composta de módulos separados. Ela pode ser customizada para atender a necessidades específicas, se ajustando a cada contexto editorial. Outro fator relevante é incorporação opcional de outros *softwares* e/ou ferramentas de composição para conectar-se às redes sociais na fase de pesquisa e produção. (ADEMA, 2014)

O OMP também se destaca pela maneira como está projetado para apoiar a publicação de monografias acadêmicas revisadas por pares (assim como volumes editados e edições acadêmicas), seja em versão impressa, *on-line* ou em ambas. (WILLINSKY, 2009)

Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho é descrever como foi realizado o processo de customização do *software* de acesso aberto, o Open Monograph Press (OMP), no gerenciamento de livros da Editora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), enquanto ferramenta que administra os processos de submissão, revisão, edição e produção do manuscrito.

O que distingue as editoras universitárias das demais editoras é sua vinculação a uma Instituição de Ensino Superior, definindo um aspecto peculiar em seu perfil e, conseqüentemente, nas publicações por elas realizadas. Nesse sentido, “pensar a editora universitária diante dos desafios da sua institucionalização como atividade fim da universidade é pensar no compromisso institucional da universidade como local onde se produz e divulga o conhecimento?” (BUFREM; GARCIA, 2014, p. 151) Portanto, a disseminação da produção científica das universidades é a principal missão destas organizações.

Bufrem (2009) resume o avanço dessa atividade editorial ao afirmar que, com a redemocratização, procura-se estabelecer uma política geral de editoração, além de destacar a criação do Programa de Estímulo à Editoração Universitária, a participação das associações de editoras universitárias e a realização do primeiro encontro de editoras universitárias, em Niterói. A autora afirma que, entre 1985 e 1988, foram criadas dezenove editoras universitárias, além de ressaltar a importância da Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU) e do Programa Interuniversitário para Distribuição do Livro (PIDL).

De acordo com tal resolução (Resolução nº 388/1979 do Conselho Universitário):

Art. 2º São objetivos da Editora UFPB:

- I – incentivar a produção e a divulgação de trabalhos científicos, didáticos, técnicos, literários e artísticos;
- II – editar publicações periódicas da UFPB, textos didáticos e originais aprovados pelo seu Conselho Editorial;
- III – desenvolver atividades de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão;
- IV – promover intercâmbio bibliográfico com outras Universidades, Bibliotecas e entidades congêneres;
- V – encarregar-se de confecção do material impresso para as necessidades administrativas da UFPB; e
- VI – normalizar, de acordo com as disposições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), periódicos, livros e demais impressos por ela editados. (UFPB, 1979)

Em 1962, a Editora UFPB publica sua primeira obra, intitulada *Augusto dos Anjos e sua época*. Inicialmente conhecida como Imprensa Universitária da UFPB, assume o nome de Editora Universitária da UFPB em 1978. Já em 1979, teve seu regulamento aprovado pelo Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba. (CAVALCANTE; LIMA, 2016)

Procedimentos metodológicos

O uso de um *software* personalizado proporciona benefícios quantificáveis, pois atende necessidades organizacionais específicas e aperfeiçoa as rotinas de trabalho. Antes de customizar a plataforma OMP da Editora UFPB, foi realizado um levantamento no qual se desenharam os mapas do processo editorial, desde a submissão do manuscrito até sua produção e divulgação. Para a elaboração dos fluxos, utilizou-se como referência o Gerenciamento de Rotina de Falconi (2004). Realizaram-se, também, levantamento documental de dados da Editora UFPB e entrevista estruturada com os responsáveis por cada fase do processo de editoração.

Concomitante a esse processo, implantaram-se os dados registrados do fluxo de trabalho no sistema de gestão eletrônica de publicação de livros, a fim de parametrizar o OMP. Em seguida, realizaram-se as seguintes etapas:

- a. inclusão de metadados traduzidos

O *software* OMP é disponibilizado em vários idiomas, cuja versão completa está em inglês. Como se trata de uma plataforma colaborativa, os usuários podem contribuir com os projetos por meio de plataformas de hospedagem de código-fonte com controle de versão, usando o GitHub. No diretório *locale* do GitHub do PKP/OMP (<https://github.com/pkp/omp>) podem ser encontrados os idiomas com traduções mais avançadas e outros idiomas que ainda estão sendo traduzidos, a exemplo da versão em português que não está com a tradução completa. O PKP adota um formato XML próprio, no qual os termos apresentados nas telas do OMP estão distribuídos em diferentes arquivos XML, podendo ser localizados no diretório *locale/pt_BR*. Nesse diretório é possível encontrar os arquivos visualizados na Figura 1.

Figura 1 – Arquivos XML com a tradução do OMP

admin.xml	common.xml	currencies.xml	editor.xml	installer.xml	reader.xml	submission.xml
api.xml	countries.xml	default.xml	grid.xml	manager.xml	reviewer.xml	user.xml

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Os termos estão dentro dos arquivos XML, dentro da etiqueta <message>, identificados por uma chave de tradução, como o termo referente à submissão de manuscrito (“Iniciar novo envio de livro”), contido, por exemplo, na etiqueta de chave “submission.submit” (Figura 2).

Figura 2 – Localização das etiquetas-chave

```
<!-- Submission wizard -->
<message key="submission.submit">Iniciar nova envio de livro</message>
<message key="submission.submit.newSubmissionMultiple">Iniciar novo envio em</message>
<message key="submission.submit.newSubmissionSingle">Novo envio</message>
<message key="submission.submit.upload">Enviar</message>
<message key="submission.submit.cancelSubmission">O envio pode ser concluído posteriormente, es
<message key="submission.submit.selectSeries">Escolher séries...</message>
<message key="submission.submit.seriesPosition">Posição na série (ex.: Livro 2, ou Volume 2)</m
<message key="submission.submit.placement.seriesDescription">Caso o livro também deva ser consi
<message key="submission.submit.placement.seriesPositionDescription">Livros em séries são norma
<message key="submission.submit.form.localeRequired">Escolha o idioma da submissão.</message>
<message key="submission.submit.submissionChecklist">Itens de verificação para submissão.</messa
<message key="submission.submit.submissionChecklistDescription">É necessário concluir os seguin
<message key="submission.submit.privacyStatement">Declaração de Privacidade</message>
<message key="submission.submit.contributorRole">Papel do contribuidor</message>
<message key="submission.submit.form.authorRequired">Pelo menos um autor é obrigatório.</messag
<message key="submission.submit.form.authorRequiredFields">São informações obrigatórias para ca
<message key="submission.submit.form.titleRequired">O título da monografia é obrigatório.</mess
<message key="submission.submit.form.abstractRequired">Informe um breve resumo da monografia.</
```

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Para alterar termos já traduzidos, foi necessário editar o conteúdo do arquivo XML de acordo os dados levantados nas entrevistas e nos fluxos de rotina de trabalho da Editora da UFPB.

b. teste de usabilidade

Para o teste de usabilidade foi aplicada inspeção de conformidade do produto a um padrão. O escolhido foi o padrão internacional ISO 9241, que aborda os requisitos ergonômicos para o trabalho de escritório com computadores. (ABNT, 2002) Esse padrão também foi utilizado por vários autores, a exemplo de Queiroz (2001), Oliveira (2005), Ferreira (2007), Barbosa (2009) e França (2011).

c. estilização do catálogo

O catálogo foi personalizado com filtros de busca e categorias de manuscrito (livros e *e-books*). Também foi desenvolvida uma *homepage* externa, vinculada ao catálogo do OMP, com as informações inerentes às atividades da Editora UFPB (<http://www.editora.ufpb.br/sistema/press/>).

d. elaboração do manual

A Editora do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) elaborou um manual que foi disponibilizado e utilizado para ser adequado ao contexto da Editora da UFPB.

e. preparação de treinamentos para equipe de editoração

Foram utilizadas aulas expositivas e tutoriais em vídeos a fim de treinar e desenvolver habilidades técnicas dos colaboradores para lidar com situações específicas da plataforma OMP.

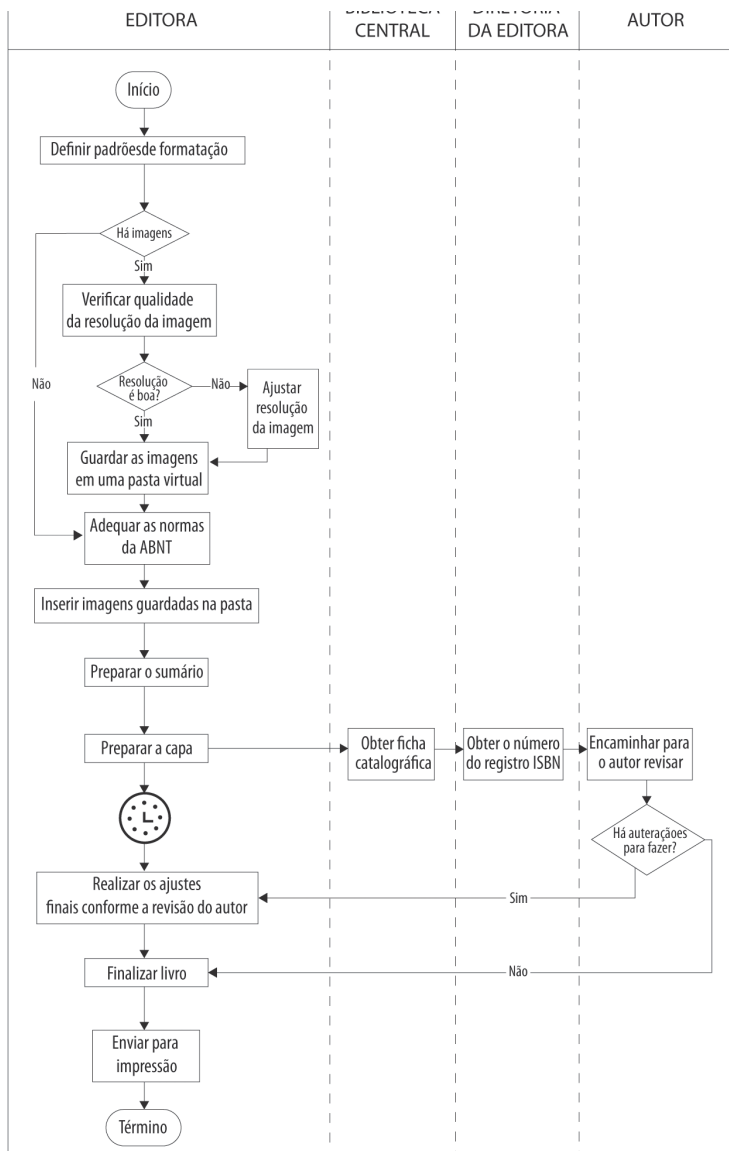
Open Monograph Press gerenciamento eletrônico de livros na Editora UFPB

Projetado para ajudar editoras universitárias, sociedades científicas e editores acadêmicos interessados em publicar livros acadêmicos em *print-on-demand* e vários formatos eletrônicos, seja em acesso aberto ou por venda, como acontece com todos os *softwares* PKP, o OMP pode ser baixado gratuitamente e instalado em um servidor local, ou pode ser hospedado nos Serviços de Publicação PKP. Um de seus objetivos é melhorar a qualidade acadêmica da publicação mediante uma série de inovações, incluindo fluxos de trabalho intuitivos para os aspectos dos processos de editoração.

A partir da elaboração do fluxograma (Figura 3) e dos fluxos de registro de usuário e processo editorial (Figuras 4, 5 e 6), foi possível modificar os itens da plataforma OMP de acordo com as atividades

desenvolvidas pela Editora UFPB, a exemplo dos perfis e dos papéis dos usuários, além da avaliação interna e externa.

Figura 3 – Fluxograma do processo editorial da Editora UFPB



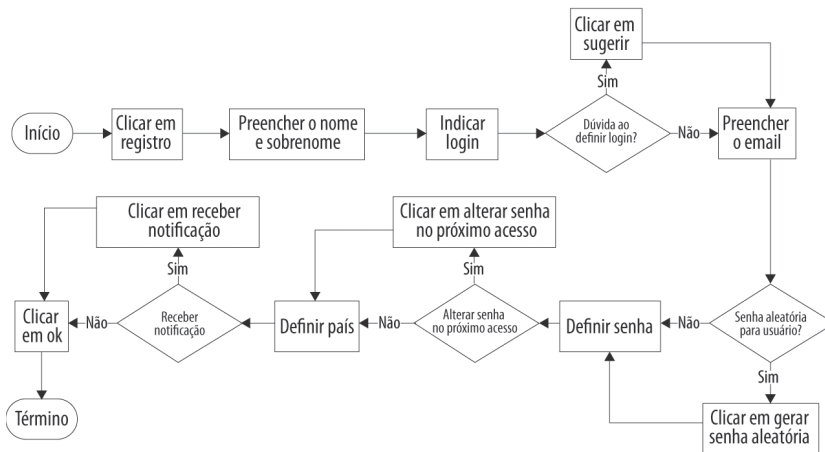
Fonte: elaborado pelos autores (2018).

No fluxo de inscrição (Figura 4) foram mapeadas todas as etapas de registro dos usuários, com seus respectivos papéis (leitor, autor, editor, avaliador, conselho editorial, revisor de texto, diagramador), de acordo com o contexto da Editora da UFPB.

Como o sistema é modular, foi necessário adaptar a plataforma ao processo de editoração. No fluxo de submissão do manuscrito (Figura 5) acrescentaram-se as diretrizes dos autores e a política privacidade da Editora da UFPB. Esse módulo no OMP permitirá que os usuários façam *uploads* de documentos.

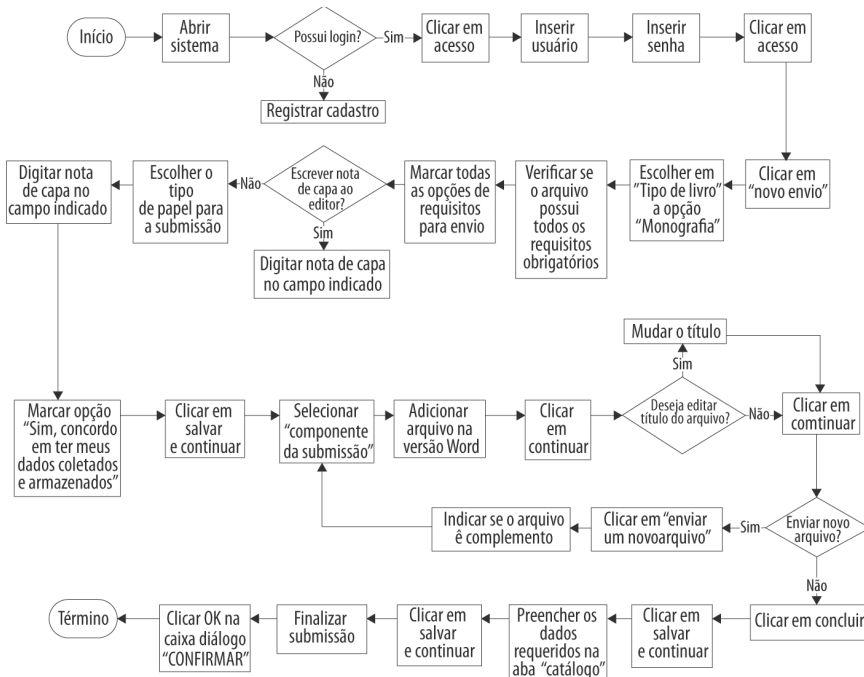
O fluxo de avaliação de manuscrito (Figura 6) foi elaborado para os módulos de avaliação interna e externa. Estes módulos foram adaptados ao contexto da Editora da UFPB, sendo modificados para o Conselho Editorial e Avaliação *ad hoc*, respectivamente.

Figura 4 – Fluxo de inscrição de usuários



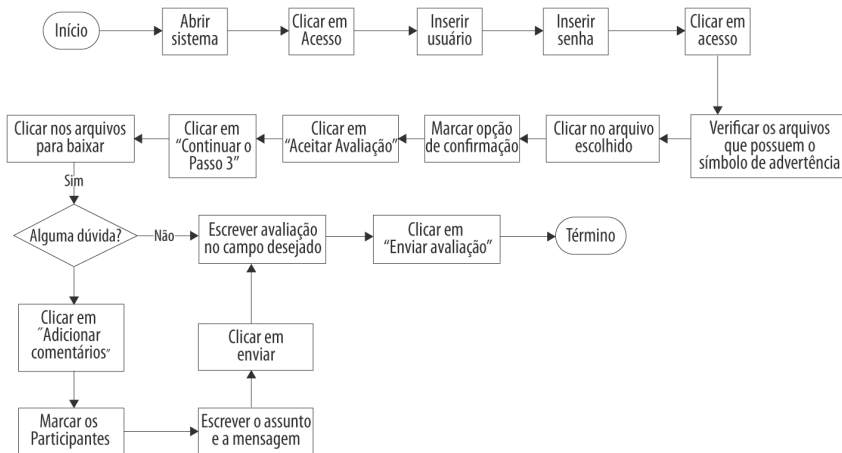
Fonte: elaborado pelos autores (2018).

Figura 5 – Fluxo de submissão do manuscrito



Fonte: elaborado pelos autores (2018).

Figura 6 – Fluxo de avaliação do manuscrito



Fonte: elaborado pelos autores (2018).

Alguns módulos não foram ativos na customização, a exemplo do módulo de produção e do financeiro.

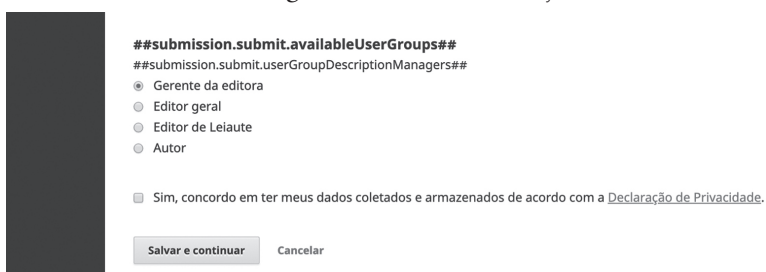
a. inclusão de metadados traduzidos

A cada nova versão do OMP, o PKP pode incluir novos termos em determinadas partes do *software*, ou determinados *plugins* são implementados e incorporados à nova versão sem a tradução para o português. Quando isso ocorre, os novos termos aparecem na forma de código e mostram a chave que está faltando.

A implantação da tradução é realizada direto no código fonte, no servidor em que foi instalado o *software*. Na Figura 7, pode-se verificar que os dados contidos na etiqueta de chave `##submission.submit.availableUserGroups##` e `##submission.submit.userGroupDescriptionManagers##` omitem informações, o que é caracterizado como erro de tradução.

Após correção e atualização dos dados no servidor, pode ser visualizada, de imediato, a tradução, conforme Figura 8. Nela é observada que a etiqueta de chave `##submission.submit.availableUserGroups##` foi substituída por suas respectivas traduções “Enviar como” e “Selecione a função que melhor descreve sua contribuição para este envio”. As traduções seguiram dois parâmetros: texto original em inglês e contexto da Editora da UFPB.

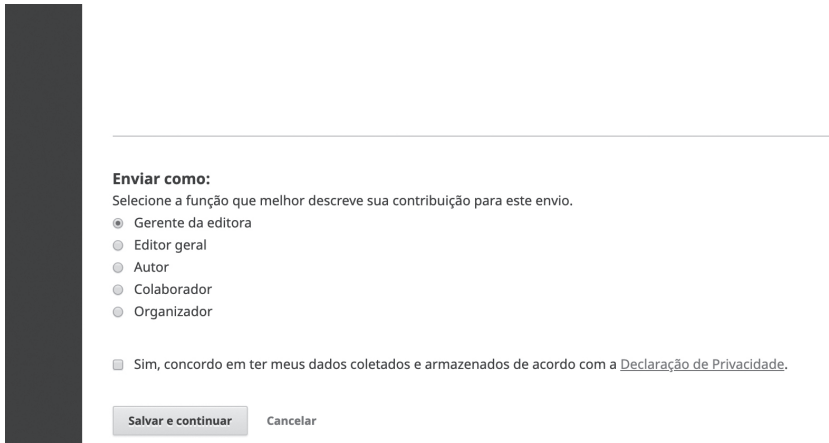
Figura 7 – Erros de tradução



The screenshot shows a web form with two code tags at the top: `##submission.submit.availableUserGroups##` and `##submission.submit.userGroupDescriptionManagers##`. Below these are four radio button options: "Gerente da editora", "Editor geral", "Editor de Leiaute", and "Autor". The "Gerente da editora" option is selected. At the bottom, there is a checkbox labeled "Sim, concordo em ter meus dados coletados e armazenados de acordo com a Declaração de Privacidade." and two buttons: "Salvar e continuar" and "Cancelar".

Fonte: dados da pesquisa (2019) em área privada da página (<http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php>)

Figura 8 – Tradução de metadados para o português BR



Enviar como:
Selecione a função que melhor descreve sua contribuição para este envio.

- Gerente da editora
- Editor geral
- Autor
- Colaborador
- Organizador

Sim, concordo em ter meus dados coletados e armazenados de acordo com a [Declaração de Privacidade](#).

Fonte: dados da pesquisa (2019) em área privada da página
(<http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php>)

b. teste de usabilidade

Com a inspeção de conformidade aplicada à *homepage* da Editora UFPB e à plataforma OMP, com a norma ISO 9241, foi possível validar a usabilidade de acordo com o padrão internacional. Assim, a inspeção de conformidade permitiu que se originassem dados relacionados aos problemas detectados e às recomendações para correção de falhas do produto avaliado. Portanto, os testes de usabilidade proporcionaram a eficiência e a eficácia das *homepages* avaliadas.

c. estilização do catálogo

Para a construção da *homepage* da Editora UFPB e personalização do catálogo foram utilizadas na codificação (Figura 9) as seguintes linguagens: HTML 5; CSS 3; JAVA SCRIPT; JQUERY; BOOTSTRAP 4.

Figura 9 – Codificação da *homepage*

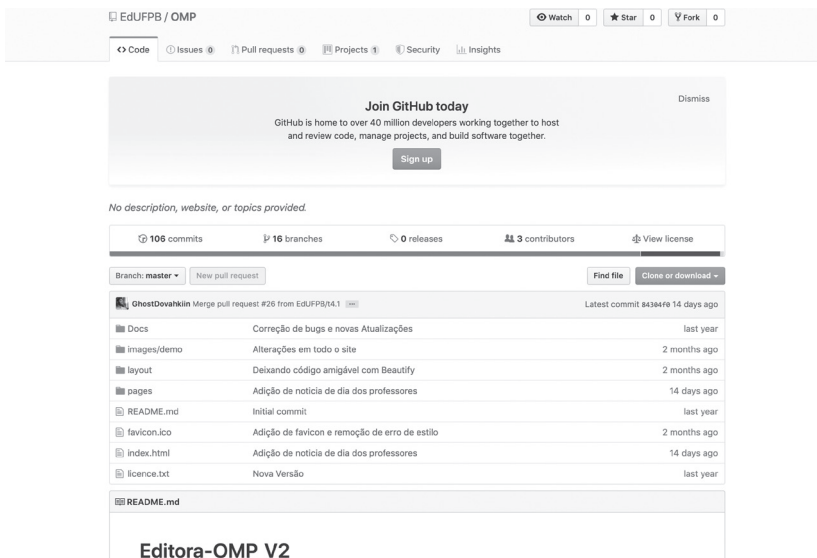
```

1 <!DOCTYPE html>
2 <!--
3 Template Name: Lucas Aragão
4 GitHub: https://github.com/lucaasragao
5 -->
6 <html>
7
8 <head>
9   <meta property="creator:productor"
10     content="http://estruturaorganizacional.dados.gov.br/id/unidade-organizacional/NUMERO">
11   <link rel="shortcut icon" href="._favicon.ico" />
12   <title>Editora UFPB</title>
13   <meta charset="utf-8">
14   <meta name="viewport" content="width=device-width, initial-scale=1.0, maximum-scale=1.0, user-scalable=no">
15   <link href="layout/styles/layout.css" rel="stylesheet" type="text/css" media="all">
16   <link href="https://fonts.googleapis.com/css?family=Lato" rel="stylesheet">
17 </head>
18
19 <body id="top">
20
21 <!-- barra do governo começo -->
22 <div id="barra-brasil" style="background: #7f7f7f; height: 20px; padding: 0 0 0 10px; display: block;">
23 <ul id="menu-barra-temp" style="list-style: none;">
24 <li style="display: inline; padding-right: 10px; margin-right: 10px; border-right: 1px solid #DEDED" >
25   <a href="http://brasil.gov.br" style="font-family: sans, sans-serif; text-decoration: none; color: white;">Portal do
26   Governo Brasileiro</a></li>
27 <li style="font-family: sans, sans-serif; text-decoration: none; color: white;">
28   <a href="http://epwg.governoeletronico.gov.br/barra/atualize.html">Atualize sua Barra de Governo</a></li>
29 </ul>

```

Fonte: dados da pesquisa (2019).

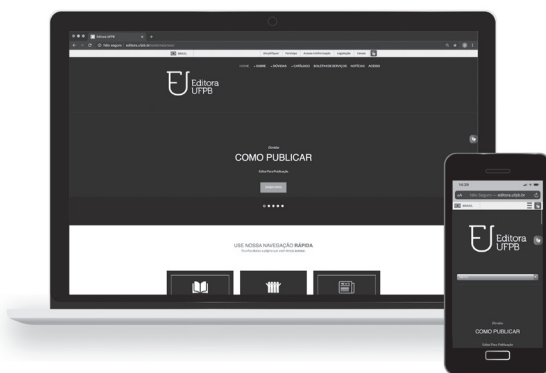
Todo código desenvolvido está disponível em um repositório on-line de livre acesso (Figura 10), no GitHub da Editora UFPB ([https://github.com/ editoraufpb](https://github.com/editoraufpb)). Figura 10 – GitHub da Editora UFPB



Fonte: dados da pesquisa feita em página da Editora UFPB (2019).

A usabilidade está alinhada ao conceito de *Design* Responsivo, o qual permite que as páginas *web* respondam a qualquer dispositivo sem que haja perda de informações por parte do usuário. (PROSTT, 2013) Portanto, foi necessário utilizar esses parâmetros na construção da *homepage* da Editora UFPB e do catálogo OMP, a fim de destacar as orientações corretas e desenvolver aplicações *web* que sejam adaptáveis a diversos tamanhos de dispositivos móveis, além de reconhecer os problemas de acesso em uma interface vista por *smartphone*.

Figura 11 – Homepage responsiva



Fonte: dados da pesquisa (2019) em site da editora UFPB
(<http://www.editora.ufpb.br/sistema/press>).

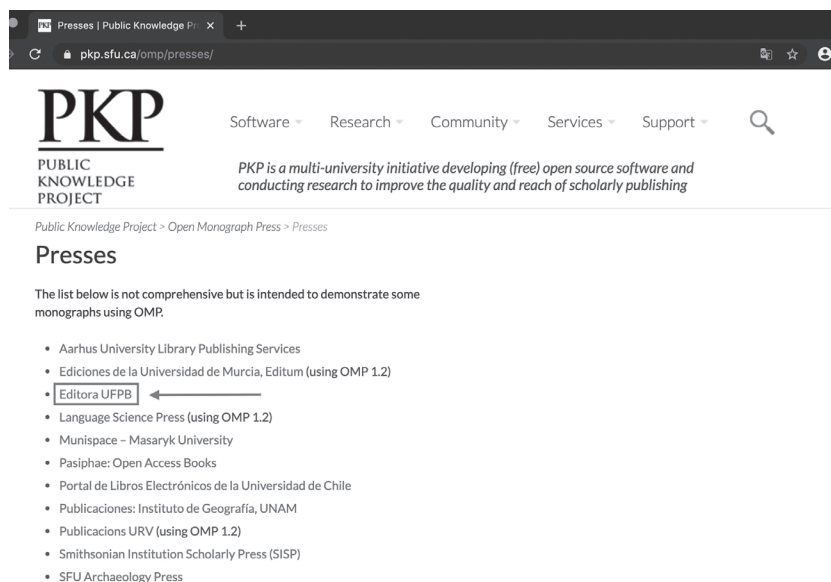
Para regulamentar a *homepage* com o padrão de comunicação digital do Poder Executivo Federal foram adicionados nas barras superiores e inferiores os elementos que auxiliam na construção da unidade de presença digital dos órgãos federais.

A barra também tem a função de proporcionar acesso direto ao Portal Brasil, às informações públicas, de acordo com a Lei de Acesso à Informação, aos canais de participação social, ao portal de serviços prestados pelos diversos órgãos, à página com toda a legislação brasileira e

link para os canais de comunicação do governo federal. A barra de identidade visual tem como característica a manutenção eficiente, permitindo intervenções únicas para replicação em todos os órgãos governamentais. Também permite mensuração estatística por meio de rastreamento dos hábitos de navegação dos usuários em todos os órgãos governamentais com uma única fonte. No lado direito do cabeçalho, acima do campo de busca, a barra de acessibilidade possui atalhos que consistem em proporcionar maior facilidade de navegação no portal. (BRASIL, 2004)

A customização do OMP favoreceu a disseminação e publicidade dos trabalhos realizados pela equipe da Editora UFPB. Na interface do projeto PKP é possível encontrar um *link* (<https://pkp.sfu.ca/omp/presses/>) relacionando às instituições/órgãos que utilizam a plataforma OMP (Figura 12). Na relação, a Editora UFPB aparece como exemplo.

Figura 12 – Editoras que usam o OMP com link no projeto PKP



Fonte: dados da pesquisa (2019) em página do Public Knowledge Project (<https://pkp.sfu.ca/omp/presses/>).

d. elaboração do manual

A elaboração do manual do processo editorial da Editora UFPB ajudou de forma mais dinâmica os treinamentos da equipe que operacionaliza o sistema.

e. preparação de treinamentos para equipe de editoração

Realizou-se a apresentação da plataforma OMP aos usuários internos da Editora UFPB (pessoal responsável pelo fluxo de trabalho editorial). Para o treinamento, criaram-se tutoriais (vídeo) com o passo a passo de cada etapa, com os objetivos de preparar o público que vai trabalhar diretamente com a ferramenta e de facilitar o processo de editoração no sistema.

Conclusão

A oportunidade de ler pesquisas recentes *on-line* de grande valor permite analisar se realmente se está seguindo o caminho correto em direção a um tema adequado do “estado da arte”. Além disso, possibilita compreender os desafios enfrentados em seu trabalho científico e o modo como obter financiamento para tais projetos, sob a perspectiva de pesquisadores de diferentes partes do mundo. Muitas investigações incluídas nesse tipo de recurso explicam como obter equipamentos especializados para pesquisas especializadas, como sistemas multiagentes, computação evolutiva e programação paralela. (RUIZ-VANOYE et al., 2015)

Finalmente, sinaliza-se que a relevância das experiências aqui demonstradas aponta para a possibilidade de termos, em âmbito global, a participação de pessoas, grupos e instituições interessadas em compartilhar suas ideias e criações, garantir suas opiniões e subsidiar o esforço coletivo para a reconstrução de uma realidade colaborativa.

Referências

ADEMA, J. The mess that Open Access has become. Interview with Julia Rehfeldt for The Hybrid Publishing Lab Notepad. [S. l.], 2014. Disponível em: <https://hybridpublishing.org/2014/09/janneke-adema-on-the-mess-that-open-access-has-become/>. Acesso em: 5 mar. 2019.

ADEMA, J. *Overview of Open Access models for ebooks in the Humanities and Social Sciences*. [S. l.]: OAPEN, 2010. Disponível em: <https://curve.coventry.ac.uk/open/file/a976330e-ed7a-4bd5-b0ed-47cab90e9a5e/1/ademaoopen2comb.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2019.

ADEMA, J.; RUTTEN, P. *Digital monographs in the Humanities and Social Sciences: report on user needs*. [S. l.]: OAPEN, 2010. Disponível em: <https://openreflections.files.wordpress.com/2008/10/d315-user-needs-report.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2019.

ADEMA, J.; SCHMIDT, B. From service providers to content producers: new opportunities for libraries in collaborative Open Access book publishing. *New Review of Academic Librarianship*, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 28-43, 2010. Disponível em: <https://openreflections.files.wordpress.com/2008/10/pdf4.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. *NBR 9241-11: requisitos ergonômicos para trabalho: orientações sobre usabilidade*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 2002.

BARBOSA, A. E. V. *Abordagem híbrida para a avaliação de interfaces multimodais*. 2009. 346 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Centro de Engenharia Elétrica e Informática, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. *Manual de diretrizes: identidade padrão de comunicação digital do Poder Executivo Federal*. Versão 3.4. [Brasília, DF], 2004. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/pdfs-da-area-de-orientacoes-gerais/internet-e-redes-sociais/diretrizes-comunicacao-digital-governo-federa-jan2014.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019.

BUFREM, L. S. Política editorial universitária por uma crítica à prática. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 23-36, jan./abr. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-99362009000100003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 19 fev. 2019.

BUFREM, L. S.; GARCIA, T. M. B. A editora universitária e o compromisso da universidade com as práticas de divulgação do conhecimento produzido. *Em Questão*: revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 151-164, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/40816/32989>. Acesso em: 19 fev. 2019.

CAVALCANTE, G. F. F.; LIMA, I. F. Gerenciamento da rotina do trabalho em editoras universitárias públicas na perspectiva da Sociedade da Informação. *Gestão & Aprendizagem*, João Pessoa, v. 5, n. 2, p. 25-44, 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/mpgoa/article/view/31333>. Acesso em: 19 fev. 2019.

EDITORA UFPB. [*GitHub da Editora UFPB*]. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://github.com/editoraufpb>. Acesso em: 22 nov. 2018.

FALCONI, V. F. *Gerenciamento da rotina do trabalho do dia -a -dia*. 8. ed. Nova Lima, RJ: INDG TecS, 2004.

FERREIRA, D. de S. *Abordagem híbrida para avaliação da usabilidade de dispositivos móveis*. 2007. 227 f. Dissertação (Mestrado em Informática) – Centro de Engenharia Elétrica e Informática, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2007.

FRANÇA, F. S. *Usabilidade de software: um estudo do Catalogo Auslib*. 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

OLIVEIRA, B. M. J. E.; LIMA, I. F. A memória da editora universitária da UFPB: história de vida dos servidores na construção da memória da instituição. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 15., 2014, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 5050-5068. Tema: Além das nuvens: expandindo as fronteiras da Ciência da Informação. Disponível em: <http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt10>. Acesso em 10 fev. 2019.

OLIVEIRA, R. C. L. de. *WebQuest: uma ferramenta web configurável para a sondagem da satisfação subjetiva do usuário*. 2005. 224 f. Dissertação (Mestrado em Informática) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2005.

PROSTT, M. E. *Interface web utilizando design responsivo: um estudo de caso aplicado a smartphones, tablets, computadores e televisores*. 2013. 78 f. Monografia (Especialização em Tecnologia Java e Desenvolvimento para Dispositivos Móveis) – Departamento Acadêmico de Informática, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

QUEIROZ, J. E. R. *Abordagem híbrida para a avaliação da usabilidade de interfaces com o usuário*. 2001. 410 f. Tese (Doutorado em Engenharia Elétrica) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2001.

RUIZ-VANOYE, J. A. *et al.* Books content manager of open access – Open Monograph Press. *International Journal of Combinatorial Optimization Problems and Informatics*, Jiutepec, v. 6, n. 2, p. 1-10, mayo/agosto 2015. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sciarttext&pid=S2007-15582015000200001&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 1 jan. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB. *Resolução nº 388, de 3 de outubro de 1979*. Aprova o regulamento da editora universitária. João Pessoa: [s. n.], 1979. Disponível em: http://www.ufpb.br/sods/consuni/resolu/2008/Runi388_79.htm. Acesso em: 19 fev. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB. Conselho Universitário. *Resolução nº 27/2008, de 2 de setembro de 2008*. Revoga a Resolução 16/92 do Conselho Universitário e dá nova redação ao Artigo 4º do Regulamento da Editora Universitária, aprovado pela Resolução Nº 388/79 do Conselho Universitário. João Pessoa: Conselho Universitário, 2008. Disponível em: https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/201600624603b922859021869cb9b3a7/Runi27_2008.pdf. Acesso em: 19 fev. 2019.

WILLINSKY, J. *Monograph funding*. [S. l.], 2008. Disponível em: http://pkp.sfu.ca/files/Monograph%20Funding_0.doc. Acesso em: 19 fev. 2019.

WILLINSKY, J. Toward the design of an Open Monograph Press. *The Journal of Electronic Publishing*, [s. l.], v. 12, ish. 1, Feb. 2009. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/j/jep/3336451.0012.103?view=text;rgn=main>. Acesso em: 1 jan. 2019.

OMP E SUA APLICAÇÃO PARA A PUBLICAÇÃO DE LIVROS

a experiência da Editora IFPB

Carlos Danilo M. Regis

Luciana Cabral Farias

Maria Clara Santana Maroja

Editora IFPB um breve relato histórico

As editoras universitárias desempenham, historicamente, um papel relevante à sociedade: se, de um lado, as universidades atuam como produtoras de conhecimento, de outro, as editoras universitárias a elas vinculadas são essenciais para que esse conhecimento possa ser reproduzido e difundido. (VIRGINIO et al., 2018)

A fim de fomentar as discussões sobre esse tipo de editora, considerando suas contribuições para a difusão do conhecimento produzido na academia e as particularidades que envolvem seu funcionamento, abordaremos, neste capítulo, a experiência da Editora IFPB com a aplicação do Open Access Monograph (OMP) nos processos que envolvem a publicação de livros na instituição.

O passo inicial para a criação da Editora IFPB foi dado em 1996 com a elaboração de um Projeto Editorial Institucional, a constituição de um comitê editorial e o cadastro da instituição na Biblioteca Nacional, quando ainda era conhecida como Escola Técnica Federal da Paraíba (ETFPB). Ainda no ano de 1996, foi publicada a primeira edição de um periódico de comunicação científica da ETFPB, a *Revista Principia*.

Durante anos, no entanto, desde a sua criação até 2013, a Editora IFPB mantinha uma estrutura e funcionamento modestos. Apesar de, nesse período, 59 obras terem sido publicadas pela Editora, não havia um fluxograma de editoração a ser seguido. Não havia, além disso, uma estrutura organizacional com funcionários próprios, desempenhando atividades exclusivamente voltadas para suas publicações; as obras eram publicadas a partir do empenho de servidores de outros setores da instituição, que acumulavam, às suas atividades, trabalhos que promovessem as publicações da Editora.

A partir do enquadramento dos Institutos Federais como Instituições de Ensino Superior (IES), ocorrido em 2009 (BRASIL, 2019), e considerando o papel desempenhado por eles na produção de conhecimento científico – assim como ocorre em instituições pares –, muitas de suas editoras passaram a buscar o aprimoramento e aperfeiçoamento de seus processos editoriais, a fim de promover a disseminação do conhecimento científico com uma qualidade cada vez maior. A Editora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) é um exemplo disso; esta transição representou um marco na busca pela estrutura necessária para seu pleno funcionamento.

Importante ressaltar que esse processo foi lento, e, sendo assim, as mudanças não aconteceram de imediato. Dourado e Oddone (2011) demonstram que dois anos após a criação dos IFs ainda era pequena a adesão ao processo de informatização das editoras universitárias: até 2011, apenas 15% delas utilizavam o modelo de produção de livros di-

gítails. As motivações que levaram essas editoras a adotarem a publicação de obras em formato digital foram diversas, envolvendo, inclusive, os movimentos internacionais, europeu e americano, voltados para o livre acesso no setor de livros.

O surgimento em definitivo da Editora IFPB ocorreu apenas em 2013, quando seu Regulamento Interno foi aprovado pelo Conselho Superior do IFPB. A partir de então, a Editora começou a trabalhar com editais, lançados de 2013 a 2015, dos quais resultou a publicação de 14 livros. Outro fato importante a ser destacado no período de 2013 a 2015 foi a formação de uma equipe designada para desenvolver os processos de editoração, além da nomeação do primeiro diretor executivo da Editora, ocorrida em 2015.

Uma das mudanças promovidas a partir de então foi a busca por parcerias, que começaram pelas editoras da Paraíba – da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Em uma reunião na UFPB, em 2015, a equipe da Editora IFPB foi apresentada ao sistema Open Monograph Press (OMP), que funcionaria como uma plataforma de divulgação digital da Editora a partir de 2016.

A seguir será feita uma apresentação do sistema OMP e suas funcionalidades, e, depois disso, um relato sobre o funcionamento da Editora IFPB pré e pós-OMP, detalhando as mudanças processuais resultantes da adoção do sistema. Vale ressaltar que esse detalhamento não contemplará ações operacionais específicas do OMP. Trata-se de um resgate dos principais avanços e limitações na aplicação desse sistema, da sua influência no andamento das atividades da Editora. Desse modo, pretende-se, ao final do texto, provocar uma reflexão no leitor sobre os caminhos possíveis no processo de informatização nas rotinas da editoração científica, respeitando-se as peculiaridades de cada realidade e considerando os diferentes sujeitos que movimentam esses espaços – autores, editores, avaliadores e gestores.

O sistema OMP

O Open Monograph Press (OMP) é uma plataforma de código aberto utilizada para gerenciar, publicar e divulgar monografias, volumes editados e edições acadêmicas. O fluxo de trabalho editorial necessário para edições acadêmicas, como revisão interna e externa, edição, catalogação, produção e publicação, está contido na plataforma. (PKP, [2012])

Alguns recursos do OMP são bem interessantes para uma editora, como, por exemplo: permite a participação de editores, autores, revisores, *designers* e outros na produção de livros; permite visualizar a submissão através de várias rodadas de avaliações internas e externas; usa o padrão de metadados utilizado por alguns livreiros; e permite a manipulação de capas em miniaturas no catálogo.

O Public Knowledge Project (PKP), criado em 1998 por John Willinsky, da University of British Columbia, é um projeto que disponibiliza, para implantação, o sistema OMP, com a temática do livre acesso à criação e ao uso de *softwares* que permitem plena produtividade à sociedade em geral, exaltando, assim, a criação e o compartilhamento do saber na elaboração de soluções e programas de computadores. (GOMES, LAURITZEN, NICOLAU, 2016) Por ser um *software* livre, o OMP possibilita o desenvolvimento de novas ferramentas dentro do sistema, o que permite o melhoramento das atividades de uma editora a partir da personalização das rotinas nele inseridas, e facilita a inserção de informações desejadas por autores e leitores.

Após estudar o sistema OMP e analisar as potencialidades e limitações por ele oferecidas, identificou-se sua viabilidade não só operacional, como também institucional, dando início ao projeto do que passou a ser chamado de Portal de Livros da Editora IFPB. Para o desenvolvimento da versão inicial do Portal da Editora, o IFPB disponibilizou *designers*, que tiveram a função de preparar as imagens

das telas para personalizá-las de acordo com os padrões exigidos pela instituição, e desenvolvedores, que ficaram encarregados de instalar e implementar as mudanças de *layout* desenvolvidas pelos *designers* (Figura 1) e pela equipe da Editora.

Na próxima seção será feita uma descrição das rotinas de trabalho da Editora IFPB antes e após a adoção do sistema OMP, mostrando o modo pelo qual este contribuiu para o surgimento de uma nova dinâmica de procedimentos nesta Editora.

Figura 1 – *Layout* do Portal de Livros da Editora IFPB



Fonte: IFPB (2019a).

Funcionamento da Editora IFPB antes e após adoção do Sistema OMP

Desde a apresentação do sistema OMP à Editora em 2015 até sua efetiva implantação em 2016, foi necessário um esforço conjunto de alguns setores do IFPB para operacionalizar as mudanças necessárias para personalização do sistema às necessidades da Editora, conforme mencionado anteriormente. Esses esforços resultaram, na prática, em uma série de transformações na rotina de trabalho da Editora, tendo em vista que, a partir da implantação do OMP, novos procedimentos foram adotados, desde o que diz respeito às regras para submissão de trabalhos à Editora, passando pelos processos de avaliação de trabalhos, até a publicação, de fato, das obras.

Antes de aderir ao sistema OMP, a Editora IFPB não trabalhava com livros digitais; todas as suas publicações eram feitas por meio de livros físicos, que, por questões legais, não podiam ser vendidos, apenas distribuídos gratuitamente. Assim, a Editora não tinha ideia do alcance que suas obras atingiam; os livros impressos eram enviados para autores e bibliotecas e não se tinha noção da disseminação do conhecimento. Apesar de garantir a disponibilidade das obras físicas nas bibliotecas dos *campi* do IFPB, para serem consultadas pelos estudantes que tivessem interesse, isso limitava o alcance de suas publicações.

Essa foi uma das grandes transformações proporcionadas pelo Portal de Livros da Editora IFPB: com a possibilidade de publicação de livros digitais, a Editora passou a ser capaz de potencializar o alcance de suas obras e, mais do que isso, de mensurar esse alcance por meio da função de contagem do número de acessos e *downloads* (Figura 2). Hoje a Editora IFPB tem livros com quase 9 mil acessos, um número expressivo para uma Editora com poucos anos de atuação.

Trata-se de uma inovação relevante, que permite à Editora entender melhor o perfil dos seus usuários e quais obras requerem um trabalho mais intenso de divulgação. Vale ressaltar, além disso, que o Portal de Livros da Editora IFPB, a partir da sua implantação, pode ser conectado às redes sociais, permitindo uma maior facilidade na divulgação dos seus livros.

Figura 2 – Apresentação do livro *Programação para Leigos com RaspBerry Pi*

The screenshot displays the IFPB website interface. At the top, there are navigation links: 'Ir para o conteúdo', 'Ir para menu', 'Ir para busca', and 'Ir para rodapé'. On the right, there are links for 'Cadastro' and 'Acesso'. The main header features the IFPB logo and a search bar with the text 'Buscar no catálogo'. Below the header, there are social media icons and a login section with 'Login:' and 'Senha:' fields and an 'Acessar' button.

The main content area is divided into three columns. The left column contains a sidebar with the IFPB logo, 'Lançamentos', 'Notícias', 'CATÁLOGO' (with sub-sections for 'Categorias' and 'Séries'), and 'INFORMAÇÕES' (with sub-sections for 'Para leitores', 'Para autores', and 'Para bibliotecários').

The middle column shows the book cover for 'PROGRAMAÇÃO PARA LEIGOS COM RASPBERRY PI' by Elivelto Ebermam, Guilherme Presente, Renan Osório Rios, and Igor Carlos Pulini. The cover features a Raspberry Pi board with a tree-like structure of branches extending from it.

The right column displays the book's title, authors, and statistics: 'Visitas a este livro : 8732' and 'Total de downloads : 4534'. Below this, there are tabs for 'SINOPSE', 'BAIXAR', and 'COMPARTILHE'. The 'SINOPSE' tab is active, showing the book's details: 'Número de páginas: 290' and 'ISBN: 978-85-8263-233-8'. The synopsis text reads: 'Como em toda disciplina acadêmica, todo o conhecimento é passado gradativamente, porém, muitos alunos no decorrer dos estudos não conseguem absorver esse conhecimento nas etapas propostas. Em alguns casos, as ferramentas de ensino utilizadas no início do aprendizado do aluno são consideradas inapropriadas, pois espera-se que os alunos já possuam algum tipo de conhecimento em linguagens de programação. Gomes, Henriques e Mendes (2008) fazem essa afirmação. Os mesmos consideram as ferramentas introdutórias a programação como sendo ferramentas que possuem uma sintaxe grande e complexa, sendo mais apropriadas para ambientes que desenvolvam grandes projetos.'

Fonte: adaptada de IFPB (2019b).

Durante o período que antecedeu a implantação do sistema, as submissões de livros ocorriam por meio de editais que especificavam as temáticas a serem abordadas nos manuscritos. A comunicação entre a Editora e autores/avaliadores se dava via e-mails, e o controle

interno dos processos de submissão era registrado manualmente em planilhas de Excel.

Esse cenário foi modificado com o Portal de Livros da Editora IFPB: o procedimento para submissão de livros a serem publicados passou a ser realizado de forma *on-line* e em fluxo contínuo, sem a necessidade de publicação de editais nem a limitação de temáticas de interesse. Outra vantagem do portal é permitir que tanto autores quanto editores tenham acesso aos passos percorridos pelos livros submetidos nos diferentes setores da Editora. Esse processo se inicia com a submissão do autor e só é finalizado com a publicação do livro em formato digital.

As facilidades proporcionadas pelo sistema refletiram-se no quantitativo do material publicado pela Editora IFPB. Dos três certames lançados anteriormente à implantação do sistema, originaram-se 14 livros, ao passo que, com a adoção do OMP, foram publicadas, entre os anos de 2016 até meados de 2019, 29 obras, contemplando diversas áreas do conhecimento. As obras publicadas, por sua vez, começaram a ser disponibilizadas de forma gratuita e *on-line*, como forma de ampliar a comunicação científica em ciência e tecnologia e democratizar o conhecimento.

A utilização do OMP proporcionou a transparência dos processos de trabalho, permitiu o controle das atividades editoriais de forma mais ágil e confiável e, além disso, disponibilizou um banco de avaliadores de fácil acesso e riqueza de informações. A eficiência na operacionalização, por sua vez, possibilitou que as submissões não mais se limitassem à periodicidade dos editais, mas pudessem ser realizadas em fluxo contínuo e sem a seleção das temáticas abordadas.

Outra contribuição – tão importante quanto a agilidade e confiabilidade operacional – diz respeito à oportunidade de submissão de manuscritos e à divulgação do material produzido. Atualmente a Editora é contactada por professores/pesquisadores/profissionais de várias regiões do país interessados em publicar ou adquirir os livros

produzidos não somente pelo IFPB, mas por outras editoras universitárias parceiras que divulgam suas produções no Portal de Livros da Editora IFPB.

Essa e outras parcerias representam mais uma contribuição resultante do uso do Portal; a visibilidade por ele gerada para os livros rendeu colaborações na publicação de títulos com outras instituições. Alguns dos frutos gerados por essas parcerias que podem ser citados como exemplo são: a produção de 2 livros junto com a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e a criação da Série Reflexões na Educação, em colaboração com o mestrado profissional em Ensino de Ciências do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), que conta com alguns livros publicados e outros já em processo de editoração.

A formalização dessas colaborações, proporcionadas a partir da adoção do sistema OMP, representa uma oportunidade de melhorar a visibilidade não só da Editora IFPB, mas da Rede Federal como um todo. A Série Reflexões na Educação, resultado de uma dessas parcerias, conforme mencionado, tem a finalidade de publicar resultados de pesquisas que tratem sobre a esfera educacional, em especial as ações educativas realizadas no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). Seus autores-pesquisadores têm uma relação direta com a RFEPCT, seja como servidores docentes ou técnico-administrativos, ou como estudantes/egressos de seus cursos de pós-graduação *stricto e lato sensu*. (TOMAZELLA, 2019)

Considerações finais

A adoção do sistema OMP no Portal de Livros da Editora IFPB representa mais um passo no longo caminho a ser percorrido para o aprimoramento de seus processos de trabalho e para o atendimento das necessidades

de uma educação contemporânea que exige cada vez mais agilidade e democratização da produção do conhecimento por parte das instituições de ensino. Por outro lado, somam-se a essa conquista os desafios que dela decorrem.

Apesar das contribuições trazidas pelo uso do portal para o funcionamento da Editora, é inquestionável a necessidade de que novas demandas, complementares e interligadas ao uso do sistema, sejam atendidas, entre as quais é possível destacar: melhorias na estrutura física, outros avanços no âmbito operacional, profissionalização dos recursos humanos e alinhamento da gestão com a política editorial.

Espera-se que a experiência do IFPB aqui relatada contribua para novas ações e ideias em outros cenários de ensino, respeitando-se as especificidades de cada realidade educacional a serem consideradas na superação dos seus entraves e no reconhecimento dos seus fatores facilitadores. Trata-se de um processo inacabado, em permanente construção, no qual a troca de experiências é capaz de inspirar pelas conquistas e impulsionar pelos desafios.

Referências

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Divisão de temas educacionais*. Brasília, DF, 2019. Disponível em: http://www.dce.mre.gov.br/nomenclatura_cursos.html. Acesso em: 12 jul. 2019.

DOURADO, S. M.; ODDONE, N. A produção de livros digitais por editoras universitárias brasileiras: mapeando a inovação editorial para comunicação científica em CT&I. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 12., 2011, Brasília, DF. *Anais [...]*. Brasília, DF: UnB, 2011. Disponível em: <http://200.20.0.78/repositorios/bitstream/handle/123456789/2058/A%20produ%C3%A7%C3%A3o%20-%20Dourado.pdf?sequence=1>. Acesso em: 16 ago. 2019.

GOMES, B.; LAURITZEN, M.; NICOLAU, M. Democratização do conhecimento nos sistemas de código aberto do PKP e o livre compartilhamento de produção acadêmico-científico. *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 18., 2016, Caruaru. *Anais* [...]. Caruaru: Intercom, 2016. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2016/resumos/R52-1394-1.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA – IFPB. *Portal da Editora IFPB*. João Pessoa: IFPB, 2019a. Disponível em: <http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb>. Acesso em: 10 ago. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA – IFPB. [*Programação para leigos com Raspberry Pi*]. João Pessoa: IFPB, 2019b. 1 imagem referente a um dos livros do catálogo. Disponível em: <http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb/catalog/book/85#conteudo>. Acesso em: 10 ago. 2019.

PUBLIC KNOWLEDGE PROJECT – PKP. *Open Monograph Press*. [S. l., 2012]. Disponível em: <https://pkp.sfu.ca/omp/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

TOMAZELLA, M. *Educação, cultura e sociedade*. João Pessoa: Editora IFPB, 2019.

VIRGINIO, D. E.; LEMOS, M. C. L. de; REGIS, C. D. M.; SILVA, J. M. da. O papel e a importância das editoras em um Instituto Federal: os casos das editoras IFRN e IFPB. *In*: PEREIRA, M. V.; RÔÇAS, G. (org.) *As nuances e o papel social dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia: lugares a ocupar*. João Pessoa: Editora IFPB, 2018. p. 17-48. Disponível em: <http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb/catalog/book/212>. Acesso em: 11 jul. 2019.

TERCEIRA PARTE

UMA NOVA EXPERIÊNCIA DE LEITURA

a Coleção Temas em Saúde Interativa
da Editora Fiocruz

Maria Fernanda Marques Fernandes

Phelipe Gasiglia

Vanessa de Freitas Silva

Letícia Taets

Introdução

Ainda existem barreiras na leitura de livros científicos e na disseminação de conhecimentos sobre saúde pública no Brasil, é o que podemos afirmar com base na experiência acumulada pela Editora Fiocruz ao longo de mais de 25 anos. Os livros acadêmicos são produzidos para um público específico e, igualmente, circulam em locais específicos, mais em congressos científicos e profissionais do que em redes de livrarias e outros espaços mais populares.

Nesse contexto, considerando a perspectiva de um público para além do acadêmico, incluindo também os chamados “não especialistas”, a Editora Fiocruz buscou incrementar e inovar suas ações com o intuito de ampliar os leitores da saúde pública no Brasil, por meio de estratégias no campo dos livros digitais. Protagonista da Rede SciELO Livros, a editora disponibilizou na plataforma mais de 280 livros cien-

tíficos em formato eletrônico, desenvolvidos a partir de obras impressas tradicionais, posteriormente convertidas em PDF e EPUB.

Atenta às mudanças no perfil do leitor contemporâneo, com o objetivo de potencializar o alcance dos *e-books* e torná-los mais atraivos, a Editora Fiocruz percebeu a necessidade de produzir um tipo de livro digital diferenciado, que fosse além da transposição do papel para a tela. Com base nas potencialidades do meio digital e da criação de uma metodologia específica, projetamos um *e-book* interativo que combina diferentes materiais e linguagens, como fotografias, vídeos, áudios, PDFs, infográficos etc.

A Coleção Temas em Saúde, criada em 2006, que reúne livros escritos em linguagem acessível sobre conceitos e conteúdos fundamentais das áreas da saúde, foi o ponto de partida para a Coleção Temas em Saúde Interativa. A iniciativa apresenta livros digitais interativos que se utilizam de elementos não textuais para complementar ou substituir trechos do texto original, constituindo um produto que não é cópia fiel da obra que lhe serviu de base.

O primeiro *e-book* começou a ser desenvolvido em 2013, em comemoração aos 25 anos do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir do livro *O que é o SUS*, de Jairnilson Silva Paim, originalmente publicado em 2009. Com recursos da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, o trabalho resultou na obra *O que é o SUS: e-book interativo*, lançada em 2015, disponível para acesso em *desktops* e dispositivos móveis, como telefones celulares e *tablets*.

Com a experiência adquirida, em 2018, por ocasião da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que, naquele ano, teve como tema “Ciência para a redução das desigualdades”, decidimos editar o livro *Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde*, de Rita Baradas Barata, que também havia sido lançado em versão impressa em 2009.

Neste capítulo mostraremos os caminhos que nos levaram à criação desse tipo específico de livro digital e detalharemos, ainda que brevemente, as etapas de seu processo de produção. Esperamos, dessa forma, inspirar outras editoras universitárias a criar seus próprios livros digitais, adaptando a metodologia desenvolvida pela Editora Fiocruz às suas realidades e, assim, contribuir cada vez mais para o acesso e a disseminação do conhecimento científico.

Escolha de caminhos

Levando em consideração os diferentes tipos de texto com os quais tem contato em seu cotidiano, é possível afirmar que o brasileiro lê, mas não de modo tradicional, e sim realiza uma leitura multivariada e multifacetada, ancorada nas características sociais, culturais e históricas da contemporaneidade. Estudiosos têm descrito o leitor contemporâneo como um sujeito mais ativo no processo de leitura, indisciplinado, que não segue linearmente o texto, abandonando facilmente a leitura quando ela não é capaz de entreter, e que reelabora o texto lido, em vez de simplesmente reproduzi-lo. Uma das conclusões é que “o brasileiro lê, especialmente quando, como e o que ele quer”. (RIBEIRO, 2009b, p. 599) Portanto, para atender às expectativas desse novo tipo de leitor, é preciso oferecer a ele novas formas de ler.

No entanto, para o leitor fazer suas escolhas de leitura e se apropriar daquilo que lê, há que se enfrentar os problemas da educação no Brasil. Afinal, “[...] diferenças de desempenho de leitura [parecem estar] mais relacionadas à ausência de determinadas habilidades leitoras, independentemente de os textos serem apresentados em meio impresso ou digital.” (RIBEIRO, 2009a, p. 92)

Ademais, em relação ao meio impresso, o meio digital pode contribuir para reduzir algumas das principais barreiras à leitura, como os limites geográficos, econômicos e fisiológicos. (CARRENHO, 2016, p. 110) No Brasil, em que muitos municípios não dispõem de livrarias ou bibliotecas, a possibilidade de acessar um livro via internet contribui para a inclusão de leitores.

Ter o meio digital como aliado e reconhecer as especificidades do leitor contemporâneo não é suficiente: ainda enfrentamos o desafio de engajar esse sujeito numa leitura que não se limite a notícias sobre novos tratamentos médicos “milagrosos” nem sobre os problemas dos hospitais públicos, mas que abarque temas de saúde pública abordados em pesquisas científicas. Esse desafio exige colocar o texto acadêmico em diálogo com leitores indisciplinados, criativos e críticos, inclusive – e especialmente – com aqueles não pertencentes à academia.

Diante desse contexto, optamos por *e-books* baseados no hipertexto, um recurso que não é exclusivamente digital, tampouco puramente *on-line*. A possibilidade de leitura não linear põe em evidência o protagonismo dos leitores. A leitura se converte em “[...] movimento de acessar uma coisa, depois outra, fazer conexões, juntar elementos diferentes, realizando um verdadeiro exercício de *bricolage*”: (FREITAS, 2005, p. 94) O hipertexto pode ser definido como

[...] um estilo não linear e associativo, em que a noção de texto primeiro, segundo, original e referência cai por terra. As informações textuais são combinadas com imagens (animadas ou fixas) e sons, organizadas de forma que se permita uma leitura (ou navegação) não linear, baseada em indexações e associações de ideias e conceitos [...]. (FREITAS, 2005, p. 94)

A tela, muitas vezes, não favorece a concentração e, nesse “exercício de *bricolage*”, os leitores podem ficar dispersos ou cansados, aban-

donando a leitura do *e-book*. Para auxiliá-los, o autor/editor divide a totalidade do conteúdo em blocos e os organiza, sugerindo um caminho, um “mapa de leitura”. Mas os leitores são livres para aceitar ou não o que lhes é sugerido.

[...] o escritor de um hipertexto produz uma série de previsões para ligações possíveis entre segmentos, que se tornam opções de escolha para os hipernavegadores. O interessante é que cada leitor faz suas escolhas, realiza interferências e percorre seus caminhos que, no geral, não são similares aos de outro leitor. (FREITAS, 2005, p. 95)

Cada leitor é, assim, um coautor, o que reforça a ideia de autoria coletiva já tão presente na construção de nosso projeto, no qual vários colaboradores participaram da produção e seleção dos conteúdos do *e-book*, conforme abordaremos na próxima seção.

[...] o hipertexto obscurece os limites entre leitores e escritores já que é construído parcialmente pelos escritores que criam as ligações, e parcialmente pelos leitores que decidem os caminhos a seguir. Na realidade, com o hipertexto, tem-se a impressão de uma autoria coletiva ou de uma espécie de coautoria. A leitura torna-se simultaneamente uma escritura, já que o autor não controla mais o fluxo da informação. O leitor determina não só a ordem da leitura, mas o conteúdo a ser lido. Embora o leitor do hipertexto não escreva o texto no sentido tradicional do termo, ele determina o formato da versão final de seu texto, que pode ser muito diversa daquela proposta pelo autor. (FREITAS, 2005, p. 95-96)

Foi o caminho da complementaridade que seguimos em nosso projeto, entendendo que o *e-book* abre novas oportunidades, mas não exclui o livro convencional, isto é, “sem esquecer que a velha e a nova mídia podem e realmente coexistem, e que diferentes meios de comunicação podem competir entre si ou imitar um ao outro, bem como se complementar”. (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 31) Hoje, quando se fala em produzir livros digitais, muitas vezes refere-se a um tipo de desenvolvimento limitado à mudança do suporte, sem maiores inovações conceituais. Ou seja, “[...] a produção do conteúdo do livro, a funcionalidade e a finalidade do produto em si não são modificadas. O que muda é a forma de apresentação do produto. De impresso, passa a ser virtual”. (MEDEIROS; VIEIRA; NOGAMI, 2014, p. 165)

Partindo do princípio de que “[...] já não basta mais a leitura do texto verbal escrito – é preciso colocá-lo em relação com um conjunto de signos de outras modalidades de linguagem que o cercam, ou intercalam ou impregnam”, (ROJO, 2007, p. 65) o objetivo do projeto, então, não era produzir um livro digital que fosse tão somente uma transposição do papel para a tela. O *e-book* deveria ser entendido como algo complementar ao livro convencional e não como uma imitação. Para tanto, na hora de elaborar uma estrutura para os livros digitais interativos, vivenciamos um processo singular de produção – e edição – de conteúdos, almejando um produto final com novas funcionalidades e finalidades em relação ao livro impresso. Os *e-books* interativos, portanto, deveriam incluir fotografias, vídeos, áudios, hiperlinks, PDFs, infográficos, etc., que complementam ou até mesmo substituem trechos do texto original.

Procuramos aplicativos e *e-books* já existentes e que fossem similares à proposta que queríamos desenvolver. Encontramos, contudo, poucos exemplos em acesso aberto e a maior parte voltada para o público infantojuvenil, ou seja, livros não acadêmicos. Sem exemplos

concretos nos quais pudéssemos nos inspirar diretamente, começamos a construir nosso *e-book* assumindo metodologia própria. Essa decisão foi apoiada por autores que defendem “[...] ser a metodologia importante demais para ficar entregue aos metodólogos, sugerindo ao pesquisador social tomar para si a tarefa de traçar a rota de construção de um objeto, do levantamento e da análise de seus dados”. (CAVALCANTI, 2013, p. 7) Admitimos, pois, que “[...] especialmente em pesquisa qualitativa existe uma dimensão improvisada, intransferível e em grande parte autoconstruída”. (CAVALCANTI, 2013, p. 7)

Estruturação e desenvolvimento

A metodologia de trabalho estabelecida para a criação dos livros interativos foi pensada de forma que pudesse ser replicada sem maiores dificuldades em *e-books* vindouros e que mantivesse a viabilidade financeira do projeto ao fazer uso de conteúdos prontos dos acervos da instituição. Para iniciar os trabalhos em cada livro interativo, realizamos uma leitura pormenorizada do livro impresso para dividi-lo em subtemas. Então, aos potenciais colaboradores (instâncias de informação e comunicação da Fiocruz), solicitamos a seleção, em seus respectivos acervos, de diferentes mídias (audiovisuais, reportagens, fotografias etc.) que abordassem os subtemas elencados, utilizando como requisitos disponibilidade e relevância. Explicamos, também, que as mídias seriam utilizadas para ilustrar, enriquecer, atualizar ou mesmo substituir trechos da obra original. Assim, ao mesmo tempo que se elimina o custo com a produção de novos conteúdos, valorizam-se materiais de qualidade previamente produzidos pelos parceiros que colaboraram com o projeto. Após análise do material encaminhado, fazemos uma seleção baseada em dois critérios: estética

(a mídia deve ser agradável aos sentidos) e adequação (a mídia deve complementar ou substituir o trecho do livro), sem causar a impressão de quebra ou ruptura na leitura. A essas mídias acrescentamos uma entrevista em vídeo com o autor, único material produzido exclusivamente para cada *e-book* interativo, cujo conteúdo é editado em trechos que servem como fio condutor dos capítulos. Todo o conteúdo é organizado, mapeado, roteirizado e então repassado à empresa de desenvolvimento, que apresenta as soluções gráficas de acordo com nossas instruções.

Para o primeiro *e-book* do projeto, especialmente, uma amostra foi utilizada para testes e avaliações iniciais, em acessos realizados tanto em *desktop* como em dispositivos móveis, de modo a garantir que o desenvolvimento do produto estava no caminho correto. Essa amostra, um capítulo, recebeu prioridade por ser representativo do conjunto da obra tanto em conteúdo (trata das tendências do sistema de saúde brasileiro) quanto em forma (exemplifica a variedade de elementos e recursos com os quais buscamos trabalhar no *e-book* interativo). Esses testes e avaliações iniciais foram realizados com cinco grupos nos seguintes perfis, propositalmente bastante variados: jovens que haviam acabado de concluir o ensino médio; profissionais do livro acadêmico; profissionais da Fiocruz que atuam no campo da educação, informação e comunicação em saúde; estudantes de pós-graduação em saúde pública (especialização e mestrado da Fiocruz); e usuários do SUS (no Centro de Saúde da Fiocruz, abordados enquanto aguardavam atendimento).

No período de testes e avaliações, entendemos que alguns pontos precisavam ser melhorados e solicitamos à empresa desenvolvedora os devidos ajustes. Destacamos também que várias sugestões recebidas nos pareceram bastante interessantes, porém nem sempre factíveis ou condizentes com o projeto, nos moldes em que ele foi

concebido. Por exemplo, em muitos comentários sugeriu-se ampliar os conteúdos e recursos do *e-book*, com a inserção de mais infográficos e outras mídias, mas independentemente de restrições orçamentárias, que não podiam ser negligenciadas, havia outras ponderações. Às vezes, é difícil estabelecer qual a quantidade ideal de conteúdos, na medida em que informação em excesso também pode levar à desinformação: diante de um grande cardápio informativo, o leitor pode se sentir impelido a ler tudo e acabar apreendendo pouco ou quase nada. Os *links*, sobretudo quando para conteúdos externos ao *e-book*, no ambiente *web*, podem ser uma via de saída do *e-book*, sem garantia de retorno.

Em resumo, trabalhamos com um repertório de mídias que nossos parceiros selecionaram em seus acervos e de pesquisas realizadas pela Editora Fiocruz, segundo os critérios mencionados de disponibilidade e relevância (em relação aos subtemas tratados no livro); em seguida, esse repertório passou por um segundo crivo relacionado à estética e à adequação (capacidade de encaixe em trechos do livro); trechos de leitura pesada que não puderam ser solucionados pelo encaixe de uma mídia receberam tratamentos personalizados (como o desenvolvimento de um infográfico ou outra estratégia de reorganização visual do conteúdo); por fim, na medida do possível, buscamos um equilíbrio, de modo a evitar que as mídias e outros recursos ficassem concentrados em determinadas partes do livro, em detrimento de outras.

A primeira experiência do projeto, o *e-book* interativo *O que é o SUS*, está disponível no *link* institucional <http://www.livrosinterativoseditora.fiocruz.br/sus/> para acesso em *desktop* e dispositivos móveis via navegador. Até chegar ao produto final, muito trabalho foi realizado durante o processo de criação e edição (estabelecimento de metodologia, produção editorial, testes e divulgação).

Na ocasião da produção do segundo *e-book*, aproveitamos a oportunidade para corrigir questões de fluidez e adaptação do conteúdo aos diversos padrões de tela dos usuários, uma vez que o formato do primeiro *e-book*, embora possibilitasse o uso de recursos mais avançados (a exemplo dos infográficos animados), por vezes não se adaptava corretamente às telas de dispositivos móveis, o que dificultava que trabalhássemos a noção de acessibilidade universal do conteúdo em diferentes dispositivos. Ademais, nos pareceu mais acertado mover de uma plataforma com uma base *wordpress* que funcionava exclusivamente via navegadores para o formato EPUB3, que permitiria que o material fosse não somente acessado em navegadores, mas também baixado para o dispositivo do usuário no aplicativo de leitura de sua preferência (Apple Books, Google Books etc.), sem perder a identidade e a estética estabelecidas para a Coleção Temas em Saúde Interativa. O segundo *e-book* pode ser acessado através do *link* institucional <http://www.livrosinterativoseditora.fiocruz.br/desigualdades/> e também está disponível para *download* na página do livro em nosso *site*: <https://portal.fiocruz.br/livro/como-e-por-que-desigualdades-sociais-fazem-mal-saude-e-book-interativo>.

Resultados e continuidades

O projeto, talvez ainda incipiente, se for levado em conta que somente dois livros interativos foram produzidos até o momento, apresenta resultados interessantes que não podem passar despercebidos. O primeiro *e-book*, *O que é o SUS*, em 2019, quatro anos após seu lançamento oficial, contabiliza uma média de 2 mil acessos/mês. Esse dado nos faz refletir a respeito do poder de alcance deste produto se compararmos à tiragem de 2 mil exemplares da sua versão impressa, que, a depender

da demanda de mercado, pode levar anos até ser reimpressa e voltar a circular. Outro dado importante, agora sobre o *e-book Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde*, saiu na revista *Linha Direta*, de comunicação interna da Fundação Oswaldo Cruz, edição nº 35. A breve matéria acerca do engajamento da população com as redes sociais da Fiocruz evidencia a relevância do projeto:

No *Facebook*, o destaque absoluto foi o lançamento do segundo *e-book* interativo da Editora Fiocruz: *Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde* [...]. O *post* obteve um resultado histórico, atipicamente superior a qualquer outro, alcançando mais de 210 mil pessoas e garantindo cerca de 2.900 compartilhamentos (RANGEL, 2019, p. 19).

A despeito dos bons resultados, ainda há muito trabalho a ser feito, como implantar novas estratégias para divulgar essa empreitada, produzir mais *e-books* com maior regularidade (inclusive títulos nativamente digitais), realizar aprimoramentos, promover outras rodadas de avaliação, metrificar resultados etc. Os objetivos iniciais propostos foram alcançados, mas as discussões podem continuar sendo aprofundadas e os resultados e produtos, aperfeiçoados, do curto ao longo prazo.

Talvez esse seja mesmo um trabalho que nunca estará totalmente concluído, o que não é necessariamente ruim. Pelo contrário: livros, sobretudo digitais e, de modo ainda mais especial, os digitais interativos, sempre estarão abertos a novos olhares e reformulações (ou reedições). São produtos dinâmicos – e isso é, ao mesmo tempo, uma vantagem e um desafio. De qualquer modo, considerando todo o aprendizado que já acumulamos, podemos até não estar no caminho da perfeição (se é que ele existe), mas certamente estamos seguindo por uma boa trilha.

Apesar dos ajustes a serem feitos, certamente estamos num percurso que conduz a novas formas de fazer com que informações sobre ciência e saúde cheguem a um maior número de pessoas, em um formato potencialmente mais atraente e prático e, sobretudo, em acesso aberto. Isso significa oportunidade para que os conhecimentos se propaguem e sejam, cada vez mais, de todos e para todos.

É importante que as editoras – inclusive as universitárias – invistam nas duas frentes de trabalho (impressa e digital). Se “divulgar é recriar, de alguma maneira, o conhecimento científico” (MORA, 2003, p. 9), a Editora Fiocruz reafirma seu compromisso com essa recriação, tanto em papel quanto em *e-book*, respeitando as especificidades de cada meio, em um trabalho sempre aberto a novas contribuições, nunca completamente terminado. Esperamos que nossa experiência, com suas tentativas e erros, estimule outras editoras universitárias a investirem na reelaboração e reapresentação do texto acadêmico, considerando as potencialidades do meio digital.

Referências

BRIGGS, A.; BURKE, P. *Uma história social da mídia: de Gutemberg à Internet*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

CARRENHO, C. O que os livros digitais representam para o aumento da leitura? O que diz a Retratos da Leitura sobre quem lê nesse suporte? *In: FAILLA, Z. (org.). Retratos da leitura no Brasil 4*. Rio de Janeiro: Sextante; São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2016. p. 99-112.

CAVALCANTI, B. C. Apresentação. *In: KAUFMANN, J.-C. A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo*. Petrópolis: Vozes; Maceió: Edufal, 2013. p. 7-19.

FREITAS, M. T. de A. Sites construídos por adolescentes: novos espaços de leitura/escrita e subjetivação. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 25, n. 65,

p. 87-101, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n65/a07v2565.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

MEDEIROS, J.; VIEIRA, F. G. D.; NOGAMI, V. K. da C. A construção do mercado editorial eletrônico no Brasil por meio de práticas de marketing. *RAM: Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 152-173, jan./fev. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ram/v15n1/a07v15n1.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

MORA, A. M. S. *A divulgação da ciência como literatura*. Rio de Janeiro: Casa da Ciência: Editora UFRJ, 2003.

PESQUISA Retratos da Leitura no Brasil. 4. ed. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2015. Disponível em: http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf. Acesso em: 12 ago. 2019.

RANGEL, D. Fiocruz em curtidas: redes sociais da Fundação promovem interatividade com seguidores. *Linha Direta: comunicação interna da Fundação Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, n. 35, p. 19, jan./abr. 2019.

RIBEIRO, A. E. Navegar sem ler, ler sem navegar e outras combinações de habilidades do leitor. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 75-102, dez. 2009a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v25n3/05.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

RIBEIRO, A. E. Seis clichês e uma sugestão sobre a leitura na web. *Linguagem em (Dis)curso*, Palhoça, v. 9, n. 3, p. 585-602, set./dez. 2009b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ld/v9n3/08.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

ROJO, R. Letramentos digitais: a leitura como réplica ativa. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 46, n. 1, p. 63-78, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tla/v46n1/a06v46n1.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

O LIVRO NO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA CAPES^{1 2}

Kátia de Oliveira Rodrigues

Flávia Goulart Rosa

Marlene Oliveira

Susane Barros

Introdução

Discute-se neste texto a presença do livro no Sistema de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a partir da noção de campo científico de Bourdieu (1983). Percebe-se a Capes como agente social no campo científico, que na função de agência avaliadora estabelece regras que determinam o *modus operandi* de diferentes áreas do conhecimento. Dessa forma, buscou-se compreender como a estrutura das relações objetivas no campo científico orienta os agentes sociais em seus posicionamentos e os efeitos gerados para o livro como canal de comunicação do conhecimento científico. Se o livro

1 O trabalho foi apresentado na Reunião da Rede SciELO em 2018 e encontra-se disponível no Repositório de *Preprint*: <http://preprints.scielo.org/documents/article/view/129/89>.

2 O conteúdo da seção "Compreendendo a dinâmica no campo científico" é oriundo da tese de doutorado de Kátia de Oliveira Rodrigues, intitulada *Fatores que influenciam o comportamento de citação de docentes-pesquisadores do campo da Cancerologia brasileira* (Universidade Federal de Minas Gerais, 2017).

é um canal que permite o aprofundamento de temas e a análise sobre o estado da arte de um campo científico, por que sua valorização como produção científica no sistema de avaliação da Capes difere tanto do periódico? Essa é a pergunta norteadora do trabalho.

Esse capítulo se insere no âmbito da comunicação científica, tendo no livro e nos capítulos de livros alguns dos meios formais de disseminação da produção científica, sobretudo nas áreas de Ciências Sociais e Humanas; (MUELLER, 2005; VELHO, 1997) no entanto, a sua relevância é minimizada nos sistemas de avaliação se comparada com os periódicos científicos.

Possíveis fatores que são determinantes para os pesquisadores optarem pelo periódico em vez do livro foram identificados, mas nenhum deles estão de acordo com o estabelecido pela estrutura das relações objetivas. No entanto, diante da perspectiva de novos modelos de negócio e de possibilidades tecnológicas que reduziriam as limitações para indexação e atribuição de impacto de livros, é inquietante que o livro permaneça em posição de desvantagem com relação ao periódico num cenário de mudanças. Nesse sentido, o artigo objetiva identificar a presença do livro no Sistema de Avaliação da Capes, no quadriênio 2013-2016, no tópico “publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa”, do quesito/item “Produção intelectual” do documento de área, que orienta o preenchimento da ficha de avaliação.

Compreendendo a dinâmica no campo científico

Na acepção de Pierre Bourdieu (2004), todo campo, e o campo científico é um bom exemplo disso, conhece relações de força e estabelece-se a partir de um campo de lutas para conservar ou transformar essas

forças socialmente constituídas. “A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas.” (Bourdieu, 2004, p.20)

Bourdieu (2004) explica que não é que o microcosmo da ciência esteja à parte de toda a influência das imposições do macrocosmo, mas que o microcosmo estabelece com esse último uma relação de autonomia parcial. Através da noção de campo, o autor entende ser possível escapar, a um só tempo, de cair na ideia de “ciência pura”, livre de qualquer pressão ou influência social, e da “ciência escrava”, totalmente sujeita às demandas ou interesses político-econômicos. Ao nos remetermos à noção de campo nesse trabalho, buscamos nos inspirar nessa importante discussão de Bourdieu, entendendo que não se pode falar de pureza na ciência, posicionando esta atividade humana fora das interações sociais marcadas por relações e disputas de poder, como também não podemos falar de ciência como um campo como outro qualquer, considerando-o como totalmente determinado por vetores de força externos.

De acordo com o autor, é a estrutura das relações objetivas entre os agentes sociais do campo que determina o que estes podem e não podem fazer. É essa estrutura que comanda os pontos de vista dentro do campo, as intervenções científicas, assim como é ela que define os lugares mais recomendados para publicação, os temas de pesquisa que devem ser preferencialmente escolhidos, os objetos que devem ser alvo de estudo. Como afirma Bourdieu (2004, p. 23), “é a posição que eles [os agentes sociais] ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, suas tomadas de posição.”

Bourdieu (2004, p. 29) esclarece que, no campo científico, “os agentes sociais estão inseridos na estrutura e em posições que dependem do seu capital e desenvolvem estratégias que dependem, elas

próprias, em grande parte, dessas posições, nos limites de suas disposições.” Para o autor, essas estratégias podem orientar-se tanto no sentido da conservação da estrutura do campo como no sentido de sua transformação, de acordo com a posição que o pesquisador ocupa no campo. Sobre as disposições, em Bourdieu (2004, p. 28), elas nos remetem à ideia de “[...] *habitus*, isto é, maneiras permanentes, duráveis, que podem, em particular, levá-los a resistir, a opor-se às forças do campo.”

Para Bourdieu (1983, p. 122-123), o lugar de luta concorrencial pelo “monopólio da competência científica”, “compreendida enquanto a capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado”, é o campo científico. A luta entre os agentes sociais não ocorre em relação de igualdade, pois alguns deles já alcançaram em lutas anteriores o “monopólio da autoridade científica” no “sistema de relações objetivas”. Poderíamos dizer que a Capes, enquanto instância avaliadora dos programas de pós-graduação, é um importante agente social no campo científico e que suas regras de avaliação têm efeitos não negligenciáveis. Algumas dessas regras podem ser totalmente adequadas para uma área e muito limitantes para outra, motivo pelo qual precisam ser sempre reavaliadas e pensadas em sua aplicabilidade.

Considerando que a atividade científica tem um custo econômico, a autonomia de um dado campo científico pode ver-se comprometida se este campo necessitar de alto grau de investimento financeiro para concretizar suas pesquisas, o que já não ocorreria com aquelas ciências cujas pesquisas exigem menor grau de investimento financeiro. Mas a autonomia de um campo científico não é medida unicamente pelo seu grau de necessidade de recursos financeiros; é medida, sobretudo, por sua capacidade de proteger-se de intrusões através da imposição de certas regras de entrada e permanência no campo, em função do capital científico acumulado e também da eficácia de suas sanções positivas

e negativas à atuação dos pesquisadores que dele passam a fazer parte. (BOURDIEU, 2004) Por tudo isso, Bourdieu (2004, p. 21) afirma: “o campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações etc., que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social que o envolve.” As pressões sociais são mediadas pela lógica do campo, das quais depende seu grau de autonomia, tais como a “[...] capacidade de *refratar*, retraduzindo sob uma forma específica as pressões e demandas externas.” (BOURDIEU, 2004, p. 22, grifo do autor) O autor entende que quanto menor for essa capacidade mais heterônomo será o campo.

Observa-se, entretanto, que se o campo não pode guiar-se por interesses políticos exteriores, perdendo assim a sua autonomia, não pode se julgar alheio à luta política que nele se estabelece. Para Bourdieu, (1983, p. 126) o campo científico, sendo um lugar de luta concorrencial, é, por assim dizer, “[um] lugar de luta política pela dominação científica, que designa a cada agente social, em função da posição que ele ocupa, seus problemas, indissociavelmente políticos e científicos [...]”. E não apenas os problemas, mas também os métodos e as estratégias científicas são ao mesmo tempo estratégias políticas, já que são definidas “[...] expressa ou objetivamente pela referência ao sistema de posições políticas e científicas constitutivas do campo científico [...]”.

Nesse sentido é que Bourdieu (1983) considera que a estrutura do campo se define, dinamicamente, através das relações de força que se estabelecem entre os agentes sociais que o compõem. Para o autor, a posição que cada agente ocupa num determinado campo resulta do conjunto de estratégias desse agente e de seus pares-concorrentes, estratégias dependentes do campo em que se desenham. De qualquer sorte, o autor considera que “o campo científico é sempre o lugar de uma luta, mais ou menos desigual [...] e se refere à relação entre os dominantes e os dominados.” (BOURDIEU, 1983, p. 136-137)

Vale pontuar que cada campo apresenta uma dinâmica particular, de tal sorte que as estratégias se diferenciam de acordo com a posição dos agentes no campo e com as particularidades de cada campo. O campo científico obedece a uma certa ordem científica e a ela responde de modo heterogêneo. Assim, “É o campo que designa a cada agente suas estratégias, ainda que se trate daquela que consiste em derrubar a ordem científica estabelecida.” (BOURDIEU, 1983, p. 138) A ordem científica “[...] engloba também o conjunto das instituições encarregadas de assegurar a produção e a circulação dos bens científicos ao mesmo tempo que a reprodução e a circulação dos produtores (ou reprodutores) e consumidores desses bens [...]” (BOURDIEU, 1983, p. 137-138)

Conforme Bourdieu (2014), os cientistas nunca são sujeitos singulares, gênios totalmente destoantes do jogo de forças do contexto científico em que se situam; antes, são sujeitos coletivos, que atualizam a história de seu campo ao incorporá-la em disposições duráveis, o *habitus* desse campo. Importante destacar que o *habitus* de um campo não está nunca dissociado das instituições que avaliam a sua produção.

Para o autor, no campo científico, as construções individuais são sempre construções coletivas e estão, por assim dizer, sujeitas a transações reguladas por regras e “[...] princípios de sociabilidade específicos impostos pela pertença ao campo que são tais que se as ignoramos ou as transgredimos, excluímos-nos” (BOURDIEU, 2014, p. 101) Não há, pois, condição de manutenção e nem distinção possível fora do campo e das leis que regulam a ação de seus membros. A distinção de um agente social não depende tão somente de sua capacidade inovadora, mas, sobretudo, do reconhecimento de seus pares-concorrentes – muitas vezes aqueles mesmos que compõem a administração de agências de fomento à pesquisa ou as comissões de avaliação dos programas de pós-graduação, definindo normas de avaliação da produtividade no

campo –, ou seja, o reconhecimento depende das categorias de percepção compartilhadas e em vigor naquele determinado campo.

Comunicação no campo científico

Entende-se por comunicação científica a dinâmica da produção, a disseminação e o uso da informação desde que o pesquisador inicia o seu projeto até a disponibilização desses resultados, sendo a pesquisa aceita como constituinte do conhecimento científico. (GARVEY, 1979) Com a ascensão da internet, o modelo do fluxo da comunicação científica foi acrescido de nova etapa, adequando-se à realidade advinda do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Na atualidade podemos falar de um modelo híbrido, no qual os meios impressos e eletrônicos existem simultaneamente. (COSTA, 1999) Para tanto são utilizados canais formais e informais de comunicações.

Esses canais são utilizados pelos pesquisadores de diferentes campos científicos para tornar públicos os resultados das pesquisas, (ALVAREZ; CAREGNATO, 2017; CORREIA et al., 2014; DINIZ; OLIVEIRA, 2015; HAYASHI; GUIMARÃES, 2016) contudo, esses canais não são utilizados de forma análoga por todos os campos. (ALVAREZ; CAREGNATO, 2017)

A variação quanto aos canais é decorrente das características de cada área, a exemplo das Ciências Naturais, Exatas e Biológicas, as quais optam pelo artigo científico; Engenharias e Tecnologias, a seu tempo, elegem anais de eventos científicos como canal de disseminação dos resultados de pesquisas. As Ciências Sociais e Humanas, em especial, recorrem ao livro, mas também utilizam o artigo científico como canal de comunicação. (NEDERHOF, 2006) Assim, no momento de decidir qual o canal de comunicação mais adequado para a dis-

seminação dos resultados de uma pesquisa, emerge a necessidade de proceder a uma análise das características de cada canal em questão, em função não apenas do crédito que se quer alcançar, mas também das especificidades do conhecimento que se produz naquele campo.

Canossa (2013) esclarece que

o livro [coletânea ou monográfico] segue sendo uma poderosa ferramenta de comunicação científica, com a particularidade de refletir sobre o estado da arte de determinado campo ou de aprofundar temas de importância e/ou novidades para o avanço do conhecimento científico.

Assim, em função das características do campo de disseminação da informação na contemporaneidade, é, muitas vezes, através dos artigos publicados em periódicos científicos que o pesquisador identifica títulos de livros científicos que garantem o aprofundamento teórico-conceitual que uma pesquisa de qualidade demanda.

A especificidade dos campos científicos, a exemplo da agilidade demandada por alguns deles na disseminação e renovação do conhecimento científico, requer um canal de comunicação cujo processo editorial permita maior circulação, distribuição e celeridade, como é o caso do artigo publicado em periódico científico. Esse canal de comunicação possibilita a publicação parcial, e portanto, uma circulação e visibilização mais imediata dos resultados das pesquisas, dinamizando o próprio processo de construção de conhecimento. Gutiérrez, (2017, p. 61) ao discutir sobre o livro digital para a educação universitária na América Latina, reafirma essas características do periódico científico, em especial o eletrônico. De acordo com o autor, “[...] os periódicos eletrônicos oferecem resultados informativos de forma ágil e rápida, uma vez que, dependendo dos assuntos, o imediatismo na disseminação e na análise dinâmica é necessário [...]” Assim, pode-se inferir

que existem diferentes fatores atuando na não escolha do livro como primeira opção de canal de comunicação dos resultados das pesquisas. A seguir são sugeridos alguns desses possíveis fatores:

- visibilidade do livro impresso junto aos pesquisadores do campo – para Ferreira e Caregnato, (2014, p. 178) “[...] a presença [da produção científica] na *web* ampliou o acesso aos resultados de pesquisa documentados e promoveu o uso dessa produção.” Nessa perspectiva, o livro impresso tende a apresentar reduzida visibilidade, o que minimiza o acesso ao conteúdo e restringe a possibilidade de ser lido e citado. Limitações no sistema de distribuição, poucas edições disponíveis em acesso aberto, assim como poucos títulos indexados em base de dados são exemplo de fatores que corroboram para a baixa visibilidade do livro;
- sistema de circulação e distribuição do livro impresso – diferente do livro digital, o impresso demanda uma logística complexa para chegar ao leitor. De modo geral, essa etapa intermediária entre a editora e o leitor depende de uma infraestrutura de cooperação entre os agentes que dinamize o sistema. A inoperância de um desses agentes compromete a dinamicidade que o campo científico demanda;
- modelo de negócio em consolidação – livro em acesso aberto, em geral, alcança maior visibilidade e possibilidade de ser lido e citado pelos pares, contudo, observa-se que o livro em acesso aberto é um modelo em consolidação;
- indicadores de avaliação do livro – a inexistência de indicadores que associem dados quantitativos e qualitativos consolidados para o livro prejudica o sistema de avaliação da ciência e as políticas de fomento à pesquisa. Atribuir impacto a um livro em um determinado campo científico exige uma análise que compute a frequência de citação e o contexto sociopolítico do

campo, que estão interligados às orientações para que o pesquisador possa criar alinhamento com seus pares consagrados no campo em questão;

- peso atribuído ao artigo em periódico científico e ao livro no Sistema de Avaliação da Capes – é possível constatar a representatividade alcançada pelo artigo em periódicos científicos em comparação ao livro na avaliação da Capes por dois fatores: primeiro, pelo tempo de institucionalização do Qualis Periódico, que foi elaborado para ser empregado pela primeira vez na avaliação do triênio de 1998-2000 (OLIVEIRA et al., 2017), e, segundo, porque algumas áreas que indicam como publicação de qualidade o livro e o artigo em periódico científico, quando discorre sobre o processo de internacionalização do programa, optam por priorizar o artigo em periódico científico. De acordo com Araújo e Miguel (2017), a escolha por artigo em periódico científico se justifica pelo fato de que “[...] é o tipo de publicação com maior peso nas avaliações, o que pode ser constatado nos documentos de área da CAPES para as diversas áreas do conhecimento.”;
- internacionalização dos programas de pós-graduação – obter o nível de internacionalização requer a inserção da produção brasileira no campo científico internacional. Um dos recursos para alcançar essa entrada é através das citações em produções estrangeiras. Para que isso ocorra, é preciso garantir, entre outras desigualdades, que a produção brasileira esteja em um idioma acessível a um maior número de pesquisadores, a exemplo do inglês. Os livros científicos brasileiros, para conseguir competir em nível de igualdade com os artigos publicados em periódicos científicos, precisam estar atentos a esse aspecto.

O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA CAPES: REFLEXÕES ACERCA DA PRODUÇÃO INTELECTUAL

Institucionalizada em 1951, a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, designação inicial da atual Capes, tem como objetivo “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país.” (BRASIL, 2008) Ao longo de sua trajetória, a Capes implementou políticas que possibilitaram a expansão e qualificação da pós-graduação brasileira.

De acordo com depoimento de Darcy Closs, diretor da Capes no período de 1974-1979, o levantamento dos cursos de pós-graduação brasileiros realizado em 1973 apresentava critérios de classificação diversificados entre as universidades e os cursos. Segundo o próprio Closs, para minimizar a disparidade na avaliação das áreas, a Capes, através dos Comitês de Assessores, estabeleceu um critério nacional, composto de indicadores como: “[...] qualificação do corpo docente, produção científica, número de créditos (360 horas de disciplinas), além da análise de cópias das dissertações ou teses.” (FERREIRA; MOREIRA, 2002, p. 78) Os indicadores geram subsídios que possibilitariam não apenas a elaboração de futuras políticas públicas de fomento à pesquisa em ciência e tecnologia, como também o monitoramento destas. (ALMEIDA et al., 2018; FREITAS et al., 2017; SILVA et al., 2018) A iniciativa na equidade dos indicadores para todos os programas de pós-graduação, embora relevante para a pesquisa brasileira, encontrou resistência inicial.

Em 1975, na primeira avaliação com base nesses indicadores, a adesão ao preenchimento dos formulários de avaliação da Capes não alcançou a totalidade dos programas de pós-graduação. Em resposta

a esse posicionamento dos programas, os Comitês de Assesores suspenderam a oferta de bolsas para os cursos dos programas, fato que impulsionou a adesão de todos os programas. (FERREIRA; MOREIRA, 2002) A posterior adesão dos programas exemplifica a inescapável adequação dos referidos programas às estruturas de poder do campo científico, o que nos remete a Bourdieu (2004), quando esclarece que a estrutura das relações objetivas no campo científico orienta os agentes sociais em seus posicionamentos.

Não obstante os questionamentos relativos ao Sistema de Avaliação da Capes, é oportuno reconhecer também a sua validade do ponto de vista da qualidade da pós-graduação brasileira. Nesse sentido, vale lembrar que, ao longo de sua trajetória, o Sistema de Avaliação da Capes passou por aperfeiçoamentos importantes.

No triênio 1998-2000, de acordo com Sousa e Macedo (2009, p. 258), “[...] começou a se desenhar a proposta de qualificar os veículos em que a produção dos programas de pós-graduação era publicada”, pois o modelo de avaliação vigente era meramente quantitativo, ou seja, era computada a quantidade de produção intelectual, seja disseminada em periódicos, livros ou anais de eventos, minimizando, assim, a preocupação com os aspectos qualitativos da produção científica. Reverter-Masía e demais autores (2014), ao expor os resultados da pesquisa realizada no campo da Educação Física, esclarecem que, de maneira geral, no processo de avaliação da produção científica dos pesquisadores, tanto os aspectos quantitativos quanto os qualitativos são observados. Mugnaini, Digiampietri e Mena-Chalco (2014), por sua vez, reafirmam a relevância da convergência desses aspectos ao sinalizar que a análise quantitativa complementa a qualitativa, a qual é efetivada durante o processo de avaliação pelos pares.

Embora o livro fizesse parte dos produtos avaliados na produção intelectual, ele não possuía um roteiro de classificação preesta-

belecido, tornando-o quase que invisível na avaliação da Capes. Em 2008, durante as reuniões do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES), discutiu-se o estabelecimento de mecanismos para a qualificação de livros empregados para disseminação dos resultados das pesquisas. Essas discussões preliminares resultaram na aprovação do Roteiro para Classificação de Livros, durante a 111ª Reunião do referido conselho, ocorrido em 24 de agosto de 2009. As considerações preliminares do roteiro apontam como propósito do instrumento “[...] estabelecer critérios comuns para qualificar a produção intelectual veiculada através de livros e, a partir dele, estabelecer orientações para a avaliação trienal.” (ROTEIRO..., 2009, p. 1)

A iniciativa brasileira pode ser considerada como positiva, em especial para as áreas que têm como característica o emprego do livro como canal de disseminação dos resultados da pesquisa. Autores como Miranda e Mugnaini (2014, p. 7) reconhecem a relevância da classificação do livro ao afirmar que “pode-se notar um aumento da preocupação com a qualidade do conteúdo da obra entre os dois últimos triênios [2004-2006 e 2007-2009], denotando que a classificação de livros tende a consolidar-se na política científica nacional.”

Em julho de 2018, através da Portaria nº 151, a Capes instituiu o grupo de trabalho “GT – Qualis livro” com o objetivo de apresentar proposta em função da “[...] necessidade de aperfeiçoamento do processo de avaliação da produção científica originada em programas de pós-graduação, em especial da classificação de livros.” No relatório apresentado como resultado do GT foi proposto um novo modelo de ficha de avaliação. No relatório consta que há de fato a necessidade de utilizar indicadores indiretos da qualidade do livro, mas o acesso e exame da obra “[...] é uma exigência para se poder auditar as informações que são inseridas nos Sistemas da CAPES.”

(BRASIL, 2019, p. 6) Sugere-se que sejam preservados os seguintes procedimentos:

- a) a inserção, pelos programas, de um conjunto de informações sobre a obra;
- b) a auditoria de tais informações pela comissão de área, a partir da obra completa ou de partes específicas [...] disponibilizados pelos próprios programas nos Sistemas da CAPES (em construção);
- c) a transformação do conjunto de indicadores em uma pontuação que qualifica a obra em uma escala de 0 a 100 pontos;
- d) a transformação do score em um nível da escala utilizada para avaliar os livros;
- e) a extensão do conceito do livro para todos os capítulos e verbetes, nos casos de coletâneas e dicionários, respectivamente; e
- f) a transformação da qualidade do item em uma pontuação para o Programa. (BRASIL, 2019, p. 6)

No que diz respeito aos estratos, permanecem os mesmo do *Roteiro para classificação de livros: avaliação dos programas de pós-graduação*, de 2009. O indicativo do GT é para o desenvolvimento de um sistema para inserção do livro eletronicamente, no formato PDF, para que não seja necessário o envio do exemplar impresso. A recomendação para as áreas definirem os seus documentos são as seguintes:

É preciso criar um módulo de avaliação que assegure a liberdade de cada área escolher os indicadores e gerar o conceito de cada livro e de cada item. Outro elemento importante é que o módulo de

avaliação deve ter como unidade a lista de livros/obras e seus ISBNs únicos. Não são avaliados capítulos e verbetes individualmente. Após a avaliação da obra, a classificação a ela atribuída é levada para todos os itens a ela vinculados pelo mesmo ISBN. Ou seja, trata-se de um procedimento análogo ao da avaliação dos periódicos, no qual os periódicos são avaliados e o Qualis periódico a eles atribuído é levado para todos os artigos ou itens vinculados ao mesmo ISSN. (BRASIL, 2019, p. 12)

A proposta do GT que foi considerada para a construção da ficha de avaliação abrange três quesitos: “[...] às características formais da obra extraídas das informações prestadas pelos Programas sobre cada obra, ou extraídas dos dados bibliográficos enviados à CAPES.” Num segundo quesito, “[...] um conjunto de indicadores indiretos de qualidade decorrentes do exame da obra em si.” E, finalmente, “[...] indicadores de avaliação direta de qualidade para as Áreas que, preferencialmente, mantiverem a leitura completa da obra como elemento do processo de avaliação.” (BRASIL, 2019, p. 8)

Apesar do documento constituir-se como base para a avaliação, este reconhece as particularidades de cada área. A classificação do livro encontra-se distribuída em seis estratos: L1, L2, L3, L4, L5 e LNC, sendo o último estrato sem pontuação, atribuído às obras não classificadas durante a avaliação. Para cada estrato apresentado corresponde uma pontuação na avaliação final do Programa, contudo, o documento esclarece que “Há certa variedade nos pesos atribuídos pelas Áreas. Embora não seja consensual, poderíamos propor um peso a ser seguido por todas as áreas.” (BRASIL, 2019, p. 16) O referido documento sugere também valores para livro integral, capítulos e verbetes, de acordo com o Quadro 1.

Quadro 1 – Valores atribuídos a livro integral, capítulos e verbetes

Estratos	Livro integral	Capítulos	Verbetes
L1	300	100	70
L2	240	80	50
L3	180	60	30
L4	120	40	10
L5	60	20	5
LNC	0	0	0

Fonte: Brasil (2019).

No aspecto “potencialidade do impacto”, o instrumento para classificar o livro entre outros aspectos, nos chama atenção a circulação e distribuição prevista para o livro, assim como a língua em que foi publicado. Etapa anterior a do uso propriamente dito, a circulação e distribuição do livro pode influenciar no consumo desse produto editorial. De acordo com Thompson, (2013, p. 21) “[...] para a maioria dos leitores, o único ponto de contato que eles têm com a cadeia de suprimento de livros é quando entram em uma livraria para folhear ou comprar um livro, quando folheiam trechos de um livro on-line ou quando retiram um livro de uma biblioteca.” Nessa perspectiva, o livro publicado por editora universitária pode demonstrar desvantagens em detrimento do livro publicado em editora comercial. Grosso modo, na editora comercial o setor responsável pela circulação e distribuição encontra-se em sua grande maioria melhor estruturado que os da editora universitária, tendo em vista o modelo de negócio a que a editora comercial se propõe.

A indexação de livro em base de dados, embora não explicitada no roteiro para qualificar o livro na avaliação da Capes, apresenta

relação com o aspecto “potencialidade do impacto” do livro. Pois a indexação do livro em base de dados, assim como do periódico científico, possibilita que a produção intelectual alcance mais visibilidade e, conseqüentemente, maior probabilidade de ser lido e citado. Miranda e Mugnaini, (2014, p. 2) ao pesquisar os critérios de classificação de livros nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Humanas e Linguística, Letras & Artes, justifica recorrer aos critérios estabelecidos pelas áreas investigadas para classificação do livro, afirmando que: “[...] parte da produção (como os livros) não está indexada em base de dados, exigindo um árduo trabalho de classificação, e pelo fato de não poder se pautar em critérios de fácil obtenção – como os indicadores derivados das revistas científicas”.

Sobre a dificuldade explicitada pelos autores decorrente da ausência de livros indexados em bases de dados e de indicadores provenientes dos periódicos, o documento base para classificação de livro na avaliação da Capes justifica a necessidade sinalizando que

[...] não há, até o presente, [2009] bases bibliométricas e indexadores consensuais equivalentes aos adotados para os periódicos. [...] avaliar a produção intelectual dos programas veiculada por meio de livros requer o desenvolvimento de critérios próprios e de novos instrumentos. (ROTEIRO..., 2009, p. 1)

Procedimentos metodológicos

O presente estudo classifica-se como exploratório. O *corpus* da pesquisa foi composto por 49 documentos de área do quadriênio 2013-2016, em especial das definições e comentários sobre o quesito/item “Produção intelectual” do referido documento. Este quesito/

item do Sistema de Avaliação da Capes encontra-se subdividido, em geral, em quatro tópicos – “Publicações qualificadas do Programa por docente permanente”, “Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa”, “Produção técnica, patente e outras produções consideradas relevantes” e “Produção Artística”, para as áreas em que tal tipo de produção é pertinente. Nesta pesquisa, optou-se por analisar “Publicações qualificadas do Programa por docente permanente”, por ser o tópico que indica, entre outras produções relevantes na comunicação da pesquisa, o livro científico. A coleta e análise dos documentos ocorreu em julho de 2018. Estes encontram-se disponíveis na Plataforma Sucupira por área de avaliação. Para este estudo decidiu-se por investigar apenas as informações referentes aos cursos de mestrado acadêmico e doutorado por terem estes o foco para o ensino e a pesquisa, podendo apresentar informações mais representativas acerca do livro científico na avaliação da Capes, se comparado com o mestrado profissional.

Resultados e discussões

Cada comissão de avaliação da Capes, conforme a especificidade de cada área, define o peso a ser atribuído a cada tópico de cada quesito/item, a exemplo do tópico “Produção qualificada do programa por docente”. O Gráfico 1 evidencia a frequência das áreas por peso atribuído ao tópico “Publicação qualificada do programa por área”.

A distribuição das áreas por peso conferido ao tópico “Produção qualificada do programa”, inserido no quesito/item “Produção intelectual”, demonstra variação que oscila entre 30% e 65% do peso atribu-

ido à produção intelectual. Os pesos 40% e 50% apresentam-se como os mais aglutinadores de áreas, pois 40% é o peso designado para 16 (33%) áreas e 50% é o peso atribuído a 16 (33%) áreas.

Gráfico 1 – Peso atribuído ao tópico “Publicação qualificada do programa por área” (2013-2016)



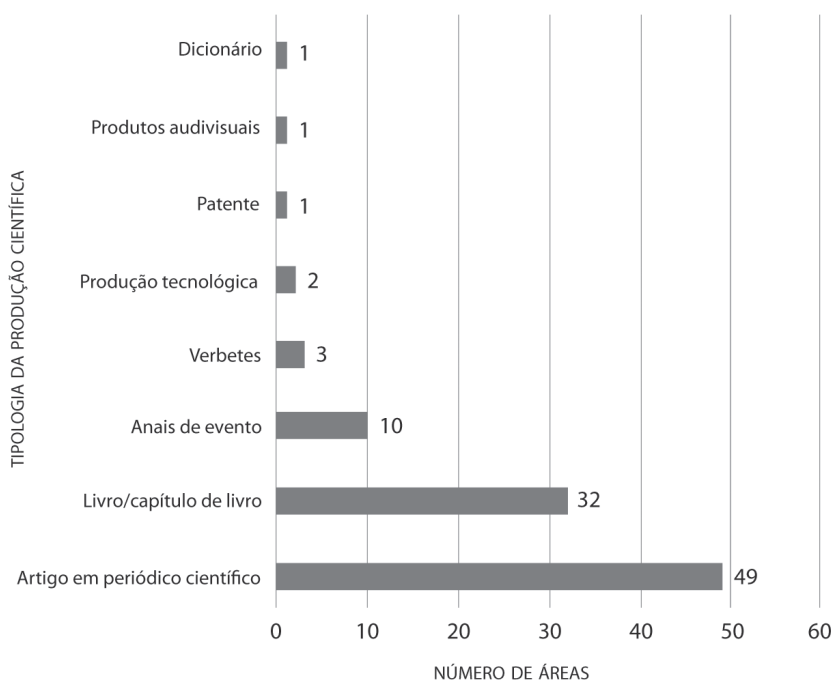
Fonte: elaborado pelas autoras.

Outro aspecto evidenciado com os resultados refere-se ao peso acima de 50% atribuído à publicação qualificada. De 10 áreas que atribuem peso entre 55% e 65%, 7 (14,2%) áreas – Geociências; Matemática/Probabilidade e Estatística; Interdisciplinaridade; Ciência Política e Relações Internacionais; Educação; História e Economia – estão distribuídas nas seguintes grandes áreas: Ciências Exatas e da Terra; Multidisciplinar; Ciências Humanas; e Ciências Sociais Aplicadas.

Quanto à tipologia da produção qualificada, as áreas recorrem a mais de uma tipologia para comunicar os resultados de suas pesquisas. A presença de mais de um canal de comunicação para a pesquisa já foi identificada em pesquisas anteriores, como afirma Nederhof (2006). De acordo o autor, as Ciências Sociais e Humanas, em especial,

recorrem ao livro, mas também utilizam o artigo científico como canal de comunicação. O Gráfico 2 apresenta a frequência das tipologias da produção qualificada das áreas.

Gráfico 2 – Tipologia da produção considerada das áreas (2013-2016)



Fonte: elaborado pelas autoras.

Em relação às tipologias das produções qualificadas das áreas, o “Artigo em periódico científico” é considerado por todas as áreas como produção qualificada, seguido do livro e/ou capítulo de livro com presença em 32 (65,3%) áreas. Entre as áreas que, além do periódico científico, recorrem aos livros e/ou capítulo de livro estão: Ciências Biológicas (Ciências Biológicas I e II); Ciências da Saúde (Educação Física; Enfermagem; Nutrição e Saúde Coletiva); Ciências Exatas e da Terra (Geociências e Matemática/Probabilidade e Estatística); Enge-

nharias (Engenharia I). Nas grandes áreas: Multidisciplinar; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; e Linguística, Letras & Artes, todas elas utilizam-se dos livros e/ou capítulo de livro para disseminar os resultados de suas pesquisas.

A comunicação dos resultados das pesquisas é uma regra no campo científico, entretanto, em qual tipologia publicar é ação orientada conforme as leis de funcionamento do campo científico, (BOURDIEU, 2004) que, embora não registradas, regulam através do *habitus* as ações dos pesquisadores, permitindo que o mesmo alcance o reconhecimento de seus pares-concorrentes. Os resultados indicam possíveis alterações no que se refere ao canal de comunicação indicado nos documentos de áreas da Capes, pois estudos anteriores apontam que as áreas Biológicas e Engenharias optavam por artigo em periódico científico e anais de eventos científicos, respectivamente.

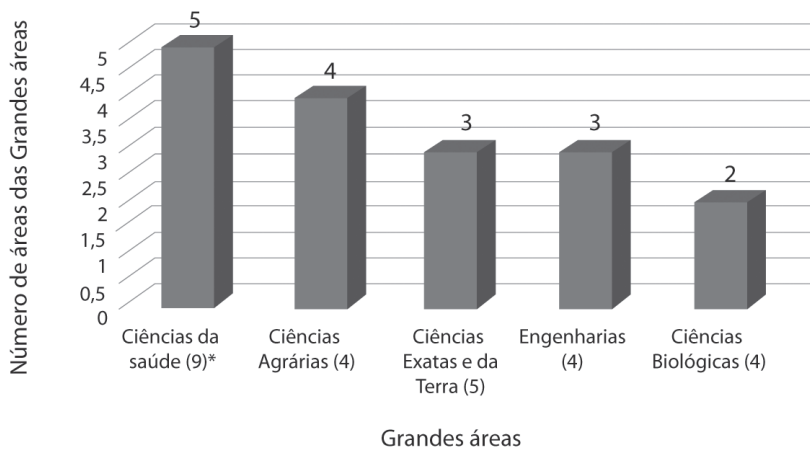
Ainda sobre as tipologias, nota-se que embora exista na ficha de avaliação um campo específico para “Produção técnica, patente e outras produções consideradas relevantes”, duas áreas indicaram produção tecnológica e uma área apontou patente como produção qualificada. Outro aspecto analisado sobre o uso do livro para comunicar pesquisa refere-se à institucionalização do roteiro para classificação deste canal de comunicação customizado pelas áreas, a partir do documento-modelo elaborado em 2009.

Acerca das áreas que não fazem uso do livro para comunicar as pesquisas, o Gráfico 3 proporciona esclarecimento sobre esse aspecto analisado.

Nas 17 (34,7%) áreas que não elegem o livro como canal de comunicação da pesquisa identificou-se predominância nas grandes áreas de Ciências da Saúde e de Ciências Agrárias. Estas grandes áreas registraram a presença de 5 (29,4%) e 4 (23,5%) áreas, corroborando com Alva-

rez e Caregnato (2017) acerca das variações dos canais de comunicação empregados pelas diferentes áreas do conhecimento para disseminar as produções científicas, em função das especificidades de cada área.

Gráfico 3 – Grandes áreas que não elegem o livro para comunicar a pesquisa (2013-2016)



Fonte: elaborado pelas autoras.

* Os números entre parênteses referem-se a quantidades de áreas cadastradas nas respectivas grandes áreas.

Destaca-se que, no Sistema de Avaliação da Capes, os indicadores para avaliação das “Publicações qualificadas do Programa por docente permanente” são definidos por uma comissão, composta pelos agentes sociais do próprio campo científico, ou seja, os pares-concorrentes definem as normas de avaliação da produção científica no campo em que está inserido.

Conclusão

Com base nos resultados apresentados, constata-se que o livro, apesar de se constituir como uma opção de canal de comunicação em 65,3% (32/49) dos campos, encontra-se em posição de desvantagem no Sistema de Avaliação da Capes, em comparação ao artigo em periódico científico. É oportuno esclarecer que embora desde o início o livro constasse como indicador na avaliação dos programas de pós-graduação da Capes, a sistematização dos critérios de avaliação deste canal de comunicação ocorreu apenas em 2009. Quanto aos critérios de avaliação dos artigos publicados em periódicos científicos, estes foram institucionalizados desde 1998, assumindo assim posição de destaque em relação ao livro. Além disso, a dinamicidade de alguns campos científicos, demanda um canal de comunicação que reúna característica como credibilidade no campo científico e agilidade no processo editorial, qualidade que o artigo em periódico científico vem alcançando na ciência e que o livro ainda está por alcançar.

Os resultados da pesquisa nos permitem indicar algumas pistas que podem colaborar na elucidação dos possíveis fatores que influenciam a não relevância do livro na comunicação da pesquisa na avaliação da Capes. A primeira pista diz respeito às particularidades do livro impresso e sua limitação no atual contexto do campo científico. Embora existam editoras que deram passos importantes na publicação de livros digitais, ainda se observam editoras que precisam avançar nesse sentido. As editoras que optam pelo livro impresso devem estar atentas à visibilidade desse produto editorial e ao sistema de circulação e distribuição do mesmo, visto que, talvez, a sua baixa capacidade de circulação e de visibilidade pode ser um dos motivos que colocam as editoras numa posição de desvantagem em relação ao periódico científico. Cientes de que o momento atual da

economia do país tem afetado a indústria editorial, e o fechamento de livrarias, pedidos de recuperação judicial têm ocorrido com frequência, afetando a circulação do livro, a adoção de novos modelos de negócio pelas editoras ainda ocorre de forma gradual. Importante dizer que a simples instituição do livro digital não é suficiente; é necessária uma atenção em relação à visibilidade através da indexação em base de dados, mas também ao modelo de acesso aberto à comunicação científica.

A segunda pista diz respeito à dinâmica do campo científico. Como Bourdieu (2004, 2014) elucida, os pesquisadores ocupam posições que os distinguem em função do capital que acumulam em suas trajetórias de pesquisa. Uma das formas de alcançar essa distinção no campo científico é através do reconhecimento pelos seus pares. Publicar em canais consagrados pelo campo é um recurso empregado pelos pesquisadores para alcançar esse reconhecimento. Dito isso, é impossível dissociar a relevância do periódico científico no documento de área da Capes com fator sociopolítico presente no campo científico.

Nestas últimas linhas, é oportuno sinalizar que o estudo não tem a pretensão de ser conclusivo, é uma análise preliminar, apontando para a necessidade de outras investigações sobre o tema, com o emprego de métodos de investigação múltiplos, para melhor entender a relevância de determinado canal de comunicação em detrimento de outro, assim como para compreender a relação entre o Sistema de Avaliação da Capes e os possíveis fatores que influenciam a comunicação da ciência. Novas orientações estão postas para que as áreas construam os seus documentos, a partir do Relatório do GT “Qualis Livros”. Entendemos como um aprimoramento para o sistema de avaliação e novos estudos deverão ser pautados nas mudanças que acontecerão.

Referências

- ALMEIDA, C. C. de *et al.* Fator de impacto de periódicos utilizados pelos programas de pós-graduação em Comunicação e Informação para a divulgação do conhecimento. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 198-225, set./dez. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/76620/48842>. Acesso em: 5 fev. 2019. doi: 10.19132/1808-5245243.198-225
- ALVAREZ, G. R.; CAREGNATO, S. E. Preprints na comunicação científica da física de altas energias: análise das submissões no repositório arXiv (2010-2015). *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 104-117, abr./jun. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v22n2/1981-5344-pci-22-02-00104.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2019. doi: 10.1590/1981-5344/2830
- ARAÚJO, P. C. DE; MIGUEL, S. Motivações dos discentes do programa de pós-graduação em direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) para publicar em periódicos científicos no domínio do Direito. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 38-56, jan./mar. 2017. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2710/1825>. Acesso em: 11 fev. 2019. doi: 10.1590/1981-5344/2710
- BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p.122-155.
- BOURDIEU, P. *Os usos sociais das ciências: por uma sociologia clínica do campo científico*. Tradução Denice Barbara Catani. São Paulo: UNESP, 2004.
- BOURDIEU, P. *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Edições 70, 2014. (Coleção Biblioteca, 70).
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Considerações sobre classificação de livros*. Ensino. Brasília, DF, 2016. Disponível em: https://capes.gov.br/images/documentos/classifica%C3%A7%C3%A3o_de_livros_2017/46_ENSI_class_livros_jan2017.pdf. Acesso em: 27 jul. 2019.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria n. 151 de 4 de julho de 2018. *Diário Oficial da União*: seção 2, Brasília, DF n. 129, p. 18, 6 jul. 2018.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *História e missão*. 2008. Disponível em: <http://capes.gov.br/historia-e-missao>. Acesso em: 14 mar. 2018.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Proposta de Classificação de Livros. Grupo de trabalho “Qualis Livro”. *Relatório de Grupo de Trabalho*. Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/novo_portal/documentos/DAV/avaliacao/12062019_Proposta-de-Classifica%C3%A7%C3%A3o-de-Livros_GT-QualisLivro.pdf. Acesso em: 27 jul. 2018.

CANOSSA, J. O livro segue sendo poderosa ferramenta de comunicação científica. *História Ciências Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, ago. 2013. Entrevistado: Marina Lemle. Disponível em: <http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/o-livro-segue-sendo-poderosa-ferramenta-de-comunicacao-cientifica/>. Acesso em: 14 mar. 2015.

CORREIA, A. E. G. C. *et al.* Atividades administrativas e produção científica dos docentes: reflexos em programas brasileiros de pós-graduação em Física. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 98-117, jul./set. 2014. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1824/1453>. Acesso em: 11 fev. 2019. Doi: 10.1590/1981-5344/1824

COSTA, S. M. de S. *The impact of computer usage on scholarly communication amongst academic social scientists*. 1999. 302 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Department of Information Science, Loughborough University, Inglaterra, 1999.

DINIZ, M. M. de M.; OLIVEIRA, M. de. Produção técnica nas agências de fomento à pesquisa: estudo de caso. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 25, n. 1, p. 123-135, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/123/13195>. Acesso em: 7 fev. 2019.

FERREIRA, A. G. C.; CAREGNATO, S. E. Visibilidade de revistas científicas: um estudo no Portal de Periódicos Científicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *TransInformação*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 177-190, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v26n2/0103-3786-tinf-26-02-00177.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2019. doi: 10.1590/0103-37862014000200007

FERREIRA, M. M.; MOREIRA, R. L. *Capex, 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV*. Depoimento ao CPDOC/ FGV. Brasília, 2002. Disponível em: <http://dominiopublico.mec.gov.br/download/texto/me001600.pdf>. Acesso em: 12 out. 2016.

FREITAS, J. E. B. de *et al.* Análise bibliométrica da produção científica brasileira e do nordeste em Biotecnologia. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 230-252, set./dez. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/69674/41712>. Acesso em: 5 fev. 2019. doi: 10.19132/1808-5245233.228-249

GARVEY, William D. *Communication: the essence of science*. Oxford: Pergamon, 1979.

GUTIÉRREZ, J. J. P. Libros digitais para la educación universitaria em América Latina. *Em questão*, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 59-77, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/68959/40896>. Acesso em: 5 fev. 2019. doi: 10.19132/1808-5245232.59-77

HAYASHI, M. C. P. I.; GUIMARÃES, V. A. L. A comunicação da ciência em eventos científicos na visão de pesquisadores. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 22, n. 3, p. 161-183, set./dez. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/63251/38662>. Acesso em: 5 fev. 2019. doi: 10.19132/1808-5245223.161-183

MIRANDA, E. C.; MUGNAINI, R. Estudo exploratório dos critérios de classificação de livros nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Humanas e Linguística, Letras & Artes. *In: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA*. 4., 2014, Recife. *Anais eletrônicos...* Recife: [s.n.], 2014. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/27188>. Acesso em: 13 mar. 2016.

MUGNAINI, R.; DIGIAMPIETRI, L. A.; MENA-CHALCO, J. P. Comunicação científica no Brasil (1998-2012): indexação, crescimento, fluxo e dispersão. *TransInformação*, Campinas, v. 26, n. 3, p. 239-252, set./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v26n3/0103-3786-tinf-26-03-00239.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2019. doi: 10.1590/0103-37862014000300002

MUELLER, S. P. M. A publicação da ciência: áreas científicas e seus canais preferenciais. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 2005. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/980>. Acesso em: 24 jun. 2019.

NEDERHOE, A. J. Bibliometric monitoring of research performance in the Social Sciences and the Humanities: a review. *Scientometrics*, Amsterdam, v. 66, n. 1, p. 81-100, 2006. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2Fs11192-006-0007-2.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.

OLIVEIRA, A. B. de *et al.* Periódicos científicos das ciências agrárias: análise dos títulos brasileiros indexados na Web of Science e Scopus. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 3-28, abr./jun. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v22n2/1981-5344-pci-22-02-00003.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2019. doi: 10.1590/1981-5344/2582

REVERTER-MASÍA, J. *et al.* Producción de artículos en la base de datos Web of Science Y Scopus sobre educación física: estudio comparativo entre España y Brasil. *TransInformação*, Campinas, v. 26, n. 2, p. 113-124, maio/ago., 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v26n2/0103-3786-tinf-26-02-00113.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2019. doi: 10.1590/0103-37862014000200001

ROTEIRO para classificação de livros: avaliação dos programas de pós-graduação. 2009. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/Roteiro_livros_Trienio2007_2009.pdf. Acesso em: 15 mar. 2015.

SILVA, A. P. L. de *et al.* Indicadores científicos, tecnológicos e acadêmicos: uma proposta para a Univasf a partir das demandas institucionais. *Informação & Sociedade: Estudos*. João Pessoa, v. 28, n. 3, p. 95-114, set./dez. 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/39129/pdf>. Acesso em: 5 fev. 2019.

SOUSA, C. P.; MACEDO, E. *Avaliação da pesquisa em Educação e indicadores de produção bibliográfica*: um relato sobre o Qualis Periódicos. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 18, n. 37, p. 255-272, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://132.248.9.34/hevila/Revistadeeducacaopublica/2009/no37/1.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2016.

THOMPSON, J. B. *Mercadores de cultura*. Tradução de Alzira Allegro. São Paulo: UNESP, 2013.

VELHO, L. A ciência da informação e seu público. *Transinformação*, Campinas, v. 9, n. 3, p. 15-32, 1997. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1575>. Acesso em: 26 jun. 2019.

AS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS E A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Lahiri Lourenço Argollo

Introdução

Notícias sobre vazamento de dados pessoais na internet tornaram-se assustadoramente comuns. Somente no ano de 2018, os 21 maiores casos afetaram mais de 500 milhões de usuários, pessoas físicas ou jurídicas. (OS 21..., 2018) Na maioria das vezes, invasores exploraram vulnerabilidades no sistema ou utilizaram-se de estratégias de engenharia social para obter acesso.

Essas ocorrências, por si só, já mobilizam debates sobre segurança e responsabilidade das empresas na coleta e tratamento de dados pessoais dos usuários de seus serviços. Mais além, o uso feito pelas próprias empresas detentoras das bases de dados passou a fazer parte das discussões, especialmente diante do caso da Cambridge Analytica. A partir de informações pessoais de milhões de perfis do Facebook (por meio de testes disponibilizados na rede social sem que os usuários soubessem a real finalidade), a empresa passou a vender análises dos sujeitos que integravam a rede e fazer o direcionamento de propagandas com fins políticos. Sabe-se que seus serviços tiveram grande influência na eleição presidencial dos Estados Unidos e na votação do

plebiscito do BREXIT, na Inglaterra, ambos os casos no ano de 2016. (TEPEDINO; FRAZÃO; OLIVA, 2019)

A revelação desses episódios levou a União Europeia (UE) a debater e aprovar uma lei geral de proteção aos dados pessoais, unificando as diversas legislações vigentes em cada país integrante. Assim, em 14 de abril de 2016, surgiu a GDPR, sigla em inglês para General Data Protection Regulation (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), norma que tem por objetivo dar ao usuário maior controle sobre o uso, armazenamento e destino de seus dados pessoais. Uma das características dessa lei é a sua aplicação extraterritorial, ou seja, não se limita apenas às fronteiras dos países membros da UE. Qualquer empresa que coletar e processar dados de cidadãos europeus, ainda que em território estrangeiro, deve obrigatoriamente atender aos comandos da GDPR.

Isso criou o chamado “efeito dominó”: empresas europeias passaram a exigir de parceiros e fornecedores estrangeiros a conformidade com a GDPR no tocante ao tratamento de dados. No sistema globalizado da economia, não tardou para que outros países passassem a estabelecer normas reguladoras em sintonia com a europeia. No Brasil, essa adequação se deu com a promulgação da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, denominada de Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Definindo dados pessoais, a LGPD passou a delimitar o tratamento legal e ilegal dessas informações. Com previsão de entrada plena em vigor no mês de agosto de 2020, torna-se imprescindível que instituições, públicas e privadas, modifiquem as formas de coleta e tratamento dos dados do seu público para obedecer à norma. A lei estabelece sanções administrativas, além de facilitar ações judiciais de reparação de danos para o descumprimento de suas previsões.

Justamente em razão desse preceito fundamental – a proteção da privacidade –, a LGPD impactará sobremaneira a vida das instituições brasileiras, públicas ou privadas, inclusive as de ensino superior. (TADEU, 2019) Nesse contexto, as editoras universitárias precisam es-

tar preparadas para a mudança no trato dos dados pessoais. Visando auxiliá-las, este texto aborda os principais aspectos da LGPD e aponta as medidas necessárias para a conformidade legal.

Principais aspectos da LGPD e as editoras universitárias

A LGPD é extensa e possui muitos elementos técnicos, requerendo atenção das editoras universitárias quanto aos procedimentos que passarão a adotar para a compilação de um verdadeiro *compliance* (conjunto de atos para cumprir e fazer cumprir a lei e as diretrizes do empreendimento). Este tópico se dedica à análise dos pontos principais, comentando-os pela perspectiva das atividades editoriais. Porém, não afasta, nem deveria, a necessidade da leitura detalhada do texto legal pelos editores, especialmente pelas repercussões jurídicas e judiciais que podem advir do não cumprimento da norma.

ALCANCE DA LEI

A LGPD é aplicada a todos (pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas) que realizem operações de tratamento de dados pessoais. O art. 1º, ao definir o objetivo da lei, afirma dispor “[...] sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais” (BRASIL, [2019]), enquanto que o art. 3º textualmente diz que esse tratamento independe do meio utilizado, revelando que não se aplica exclusivamente ao ambiente eletrônico, mas a qualquer forma de tratamento de dados. Portanto, mesmo atividades *off-line* deverão observar as determinações da lei no tratamento de dados dos seus clientes.

A incidência da lei se dará sempre que aconteça uma de três situações: (a) o tratamento dos dados ocorrer em território nacional;

ou (b) a coleta dos dados ser feita em território nacional; ou ainda (c) que tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços, ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional. Independe, portanto, da cidadania ou nacionalidade dos dados pessoais e da residência do seu titular (art. 3º). Nota-se também a preocupação do legislador em garantir a ação da lei mesmo quando o processamento ou arquivamento dos dados seja feito no exterior, a exemplo dos serviços de *cloud computing*.¹

Observa-se que a LGPD seguiu o mesmo raciocínio da GDPR quanto à extraterritorialidade de sua aplicação, de forma que toda empresa que tratar dados de cidadãos brasileiros ou de estrangeiros que residem no Brasil, mesmo não tendo sede ou filial no Brasil, tem que se regularizar conforme a lei brasileira.

Todos os processos que exigem tratamento de dados pessoais devem estar em regularidade com a lei. Para evitar multas e paralisação de suas atividades, instituições brasileiras não só deverão se regularizar perante as exigências das normas como também precisarão exigir que entidades parceiras, aqui ou no exterior, funcionem em concordância com a lei. Trata-se do “efeito dominó”, inspirado na GDPR.

A LGPD não será aplicada somente nos casos específicos relacionados pelo art. 4º, dos quais ressalta-se, pela finalidade deste texto, as operações de dados exclusivamente voltados para fins jornalísticos, artísticos ou *acadêmicos*. Nesta última hipótese, a exclusão será válida apenas se forem adotados os requisitos para o tratamento de dados pessoais gerais (art. 7º) e sensíveis. (art. 11º)

Conclui-se, portanto, que as editoras, públicas ou privadas, mesmo as voltadas exclusivamente para atividades acadêmicas, inevitavelmente

1 Expressão que denomina a disponibilização de recursos de sistemas computacionais pela internet, sob demanda, a exemplo dos serviços de armazenamento de dados, processamento de textos e jogos *on-line*, dentre outros. (BIONI, 2019)

deverão adaptar seus procedimentos para o tratamento de dados pessoais, seja de clientes ou de autores, garantindo a conformidade de suas práticas com as exigências da LGPD. Aquelas que utilizarem sistemas eletrônicos *on-line* precisarão adotar cuidados redobrados, evitando fragilidades no sistema que levem ao vazamento das informações.

Naturalmente, as editoras de entidades públicas, como órgãos administrativos, não possuem autonomia para as mudanças necessárias e precisarão atuar em conjunto com outros setores, como o jurídico e o de tecnologias de informação, além do próprio gestor máximo da instituição, para a atualização de processos e regulamentos internos.

PESSOAS ENVOLVIDAS NO TRATAMENTO DE DADOS

O texto legal define “tratamento” como toda operação realizada com dados pessoais, citando a título de exemplo os atos de: coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração. (BRASIL, [2019], art. 5º, inciso X) Por não ser um rol taxativo, engloba qualquer outra possibilidade não descrita.

São quatro as pessoas envolvidas no processo de captação e tratamento de dados, segundo a LGPD:

- a. Titular: a pessoa física a quem pertencem os dados coletados;
- b. Controlador: pessoa natural ou jurídica (pública ou privada) que coleta os dados pessoais do titular e é responsável por todas as decisões quanto à forma e finalidade do tratamento dos dados;
- c. Operador: pessoa natural ou jurídica (pública ou privada), que realiza o tratamento e processamento dos dados em nome do

Controlador e sob as ordens deste, sempre observando as instruções dadas e as normas sobre a matéria;

- d. Encarregado: pessoa indicada pelo Controlador e Operador para mediar a comunicação entre as partes do processo, orientar funcionários e contatar a Autoridade nacional.

Genericamente chamados de “agentes de tratamento”, o Controlador e o Operador são diretamente responsáveis por eventual dano moral ou patrimonial, individual ou coletivo, decorrente do tratamento de dados pessoais e em violação à legislação de proteção de dados. (BRASIL, [2019], art. 42) Devem manter registro das operações que realizarem e elaborar relatórios de impacto para a Autoridade nacional quando exigido, reservados os segredos comercial e industrial. O relatório descreverá os tipos de informações coletadas e a metodologia de tratamento delas, bem como os mecanismos de segurança e de mitigação de riscos.

Os artigos 46 a 51 da LGPD dedicam-se a descrever as medidas de segurança, de boas práticas e de governança que Controladores e Operadores obrigatoriamente adotarão, inclusive por ser uma das três formas de exclusão de responsabilidade dos agentes em caso de danos morais ou materiais, decorrentes, por exemplo, de vazamento de dados por ação de *hackers*:

Art. 43. Os agentes de tratamento só não serão responsabilizados quando provarem:

I – que não realizaram o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído;

II – que, embora tenham realizado o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído, *não houve violação à legislação de proteção de dados*; ou

III – que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro.

Art. 44. *O tratamento de dados pessoais será irregular quando deixar de observar a legislação* ou quando não fornecer

a segurança que o titular dele pode esperar, consideradas as circunstâncias relevantes, entre as quais:

I – o modo pelo qual é realizado;

II – o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam;

III – as técnicas de tratamento de dados pessoais disponíveis à época em que foi realizado.

Parágrafo único. *Responde pelos danos decorrentes da violação da segurança dos dados o controlador ou o operador que, ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 desta Lei, der causa ao dano.* (BRASIL, [2019], grifo nosso)

Os agentes, nas atividades de tratamento de dados, devem sempre observar o princípio da boa-fé. Por ser este um conceito difuso, o legislador optou por aplicar a metodologia do controle, de forma que a ausência ou inaplicação do controle implica no desatendimento ao princípio. (PINHEIRO, 2018) A relevância das formas de controle impõe a necessidade de reproduzi-las na íntegra (art. 6º):

I – finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

II – adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

III – necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

IV – livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

V – qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

VI – transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

VII – segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

VIII – prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

IX – não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

X – responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas. (BRASIL, [2019], art. 6º)

Todos esses controles deverão permear o tratamento de dados legítimo, ou seja, o legalmente amparado pela LGPD.

DADOS PESSOAIS

A LGPD classifica os dados pessoais como Dados Gerais e Dados Sensíveis (art. 5º). Os Dados Gerais são informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável, tais como nome, endereço e números de identificação (RG, CPF, passaporte, etc.). Já os Dados Sensíveis são aqueles “[...] sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural?” (BRASIL, [2019], art. 5º, inciso II) Observe-se que a LGPD se refere não a dados isolados, mas aos que possam de alguma forma identificar um indivíduo.

O tratamento dos dados em ambos os casos somente pode ser feito nas hipóteses previstas na LGPD.

O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS GERAIS

Segundo a LGPD, os dados pessoais gerais poderão ser tratados (BRASIL, [2019], art. 7º):

- a. mediante consentimento do titular;
- b. para cumprimento de obrigação legal ou regulatória do Controlador;
- c. para execução de políticas públicas pela administração pública;
- d. para realização de estudos por órgãos de pesquisa;
- e. quando necessário para execução de contrato ou procedimentos preliminares a um contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular;
- f. para o exercício regular de direitos em processos judiciais, administrativos ou arbitrais;

- g. para proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;
- h. para tutela da saúde, com procedimento realizado por profissionais da área da saúde ou por entidades sanitárias;
- i. quando necessário para atender aos interesses legítimos do Controlador ou de terceiro, salvo quando prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção de seus dados pessoais; e
- j. para proteção do crédito.

Os principais meios são aqueles dos itens “a” e “b”: ou com o consentimento do titular, de forma *expressa* e para uma finalidade *específica*, ou a partir de uma base legal que o autorize. Os demais são casos específicos, cuja ocorrência precisa estar amparada na previsão legal. Fora esses, o tratamento de dados será ilegal, sujeitando-se os agentes às penalidades administrativas aplicáveis pela Autoridade nacional, sem prejuízo de sanções civis por meio de ações judiciais.

Destaque-se a previsão do item “d”: “para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais”. (BRASIL, [2019], art. 7º, inciso IV) Nessa situação, embora a editora não seja agente de tratamento, deve resguardar-se quando da publicação de textos resultantes de tais pesquisas, exigindo declaração expressa de conformidade com as disposições da LGPD no tratamento de dados pessoais, isentando o editor e assumindo o(s) autor(es) a total responsabilidade em eventuais acusações de desrespeito aos direitos tutelados.

Trata-se de cuidado essencial, uma vez que a dispensa da exigência do consentimento não desobriga os agentes de tratamento em relação às demais imposições da LGPD, especialmente no tocante à observância dos princípios gerais e da garantia dos direitos do titular. (BRASIL, [2019], art.

7º, § 6º) Outros pontos da lei reforçam esse entendimento (vide subitem 2.5 sobre dados anonimizados e pesquisas na área de saúde).

Há ainda uma outra hipótese dispensadora do consentimento do titular que requer cautela. É aquela expressa pelo inciso X do art. 7º (BRASIL, [2019]): “quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais”.

A redação não é clara quanto ao que seriam os “interesses legítimos do controlador”, mesmo considerando-se a restrição para “finalidades legítimas” feita pelo art. 10. Ora, qualquer empresa poderia alegar que aumentar seu faturamento é um interesse e finalidade legítimos, ou, no caso de uma editora sem fins econômicos, a difusão do conhecimento. Seria verdadeira “carta branca” para operações de tratamento de dados de terceiros, o que invalidaria todo o espírito da LGPD. Essa situação é geradora de grande insegurança jurídica, e certamente exigirá ou alterações posteriores na lei ou o pronunciamento jurisprudencial dos tribunais.

Seja qual for a intervenção legal ou judiciária para pôr fim à ambiguidade do texto, é presumível sua inclinação pela prevalência dos direitos do titular dos dados pessoais. Na hermenêutica jurídica, a interpretação de um texto de lei deve ser sempre sistemática (a visão do todo e não apenas de um trecho), teleológica (a sua finalidade) e principiológica (deve seguir os princípios que inspiram a constituição e as normas). (CARVALHO FILHO, 2013) Garantir a integridade moral do titular é o próprio espírito da LGPD, que expressamente diz fundamentar-se nos princípios constitucionais da proteção: o respeito à privacidade; a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem; a defesa do consumidor; os direitos humanos; o livre desenvolvimento da personalidade; a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais. (BRASIL, [2019], art. 2º)

No caso de editoras universitárias que comercializem obras *on-line*, a LGPD é não clara se seria legítimo interesse do Controlador a criação de bancos de dados dos clientes com a finalidade de traçar o perfil de consumo. Todavia, a lei diz, em seu art. 20, que

O titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade. (BRASIL, [2019])

Combinando-se o art. 20 com a autorização dada pela lei ao controlador para coletar e tratar dados mediante consentimento do titular, visando o exercício regular de direito, para atender legítimo interesse e para proteção do crédito (art. 7º, I, VI, IX, X), entende-se que não existe impedimento para tanto. O cuidado diz respeito a não incorrer no uso abusivo desses dados para propaganda direcionada ou para restringir vendas, bem como diz respeito a sempre alertar o usuário sobre a finalidade da coleta/tratamento.

O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

Segundo a LGPD, a regra geral para o tratamento de dados sensíveis é o consentimento, do titular ou do seu responsável legal, sempre “[...] de forma específica e destacada, para finalidades específicas” (BRASIL, [2019], art. 11, inciso I) Somente será possível o tratamento sem o consentimento nas hipóteses em que for indispensável para:

- a. cumprimento de obrigação legal;
- b. tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos;

- c. realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida a anonimização dos dados pessoais sensíveis sempre que possível;
- d. exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral;
- e. proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;
- f. tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária; ou
- g. garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos.

Apesar da semelhança com as hipóteses do art. 7º (dados gerais), nota-se a preocupação do legislador com a integridade moral do titular dos Dados Sensíveis ao não incluir nas possibilidades de tratamento sem seu consentimento o legítimo interesse das empresas, por exemplo.

O CONSENTIMENTO PARA O TRATAMENTO DE DADOS

A ideia do consentimento é o de permitir ao indivíduo o exercício da autodeterminação informacional, conceito que surgiu com o fenômeno da internet, mas que na prática não é respeitado. (BIONI, 2019) O consentimento é tratado pela LGPD como ato formal, cujos critérios são descritos no art. 8º e que deverão ser observados pelas editoras quanto aos dados dos autores. Não se olvide que o simples ato de recepção e arquivamento dos dados pessoais dos autores é enquadrado como “operação de tratamento de dados” pela lei. Em síntese, o consentimento possui dois requisitos básicos:

- a. Deve ser fornecido por escrito ou outro meio (como gravações em áudio ou vídeo) que demonstre, de forma *clara e inequívoca*, a manifestação de vontade do titular.

O consentimento por escrito pode ser feito em termo próprio ou pode ser inserido em outro documento, como em um contrato (como o de compra e venda ou de cessão de direitos autorais). Nesse último caso, contudo, a cláusula de consentimento deve ser destacada das demais, sendo inadmissível a prática de “letras miúdas”, de redações extensas e dúbias ou de quaisquer outros subterfúgios que possam de qualquer forma confundir ou levar ao erro o titular dos dados, viciando sua vontade e desnaturando seu consentimento, o que é expressamente vedado. (BRASIL, [2019], art. 8º, § 3º) Nos casos em que o titular for menor ou incapaz, o consentimento será dado pelo seu representante legal.

- b. Deve referir-se a finalidades determinadas.

A lei é taxativa: “autorizações genéricas para o tratamento de dados pessoais serão nulas” (BRASIL, [2019], art. 8º, § 4º) Isso porque o titular dos dados tem o direito de saber que dados serão armazenados e com qual propósito. Portanto, o termo de consentimento ou cláusula contratual destacada precisa detalhar com clareza o uso que será feito, imediato ou futuro, dos dados do titular. Frise-se que por “uso” entende-se o tratamento dos dados, englobando as operações mais simples, como o arquivamento. Acrescente-se a previsão constante no § 3º do art. 9º:

Quando o tratamento de dados pessoais for condição para o fornecimento de produto ou de serviço ou para o exercício de direito, o titular será informado com destaque sobre esse fato e sobre os meios pelos quais poderá exercer os direitos do titular elencados no art. 18 desta Lei. (BRASIL, [2019])

A LGPD traz ainda outras características vinculadas ao consentimento (PINHEIRO, 2018):

- a. *revogabilidade*: direito do titular de solicitar expressamente a eliminação dos seus dados, a qualquer momento, sem ônus e de forma facilitada, respeitadas as operações realizadas sob o amparo do consentimento até então;
- b. *acessibilidade*: o titular dos dados tem direito ao acesso facilitado às informações sobre o tratamento de seus dados, a serem fornecidas de forma clara, adequada e ostensiva acerca da finalidade, forma e duração do tratamento, da identificação e contato do agente Controlador, dos compartilhamentos dos dados, dentre outros (art. 9º); no caso de menores, serão consideradas as características físico-motoras, perceptivas, sensoriais, intelectuais e mentais do usuário, com uso de recursos audiovisuais quando adequado, de forma a proporcionar a informação necessária aos pais ou ao responsável legal e adequada ao entendimento da criança (art. 14, § 6º);
- c. *alterabilidade*: qualquer mudança no tratamento dos dados deve ser previamente informada ao titular, podendo este, discordando, revogar o consentimento;
- d. *interoperabilidade*: o agente Controlador somente poderá compartilhar os dados pessoais com outros controladores, mesmo que necessário para o desenvolvimento de suas atividades, se obtiver do titular consentimento específico para tanto, ressalvados os casos dispensados pela lei (vide item “b” sobre o tratamento de dados);
- e. *portabilidade*: possibilidade prevista na lei, mas sua execução dependerá da definição de padrões técnicos a serem definidos pela Autoridade nacional;
- f. *Inversão*: o ônus de provar que o consentimento foi obtido em conformidade com a lei é do agente Controlador.

Para as editoras universitárias, é altamente recomendável dar preferência ao termo específico de consentimento, em razão de sua maior segurança jurídica. Sua aplicação deverá ser feita antes da assinatura de qualquer contrato (seja de vendas ou de autorização de publicação), garantindo-se o direito de ampla informação ao titular dos dados. Crucial que sejam pensadas detidamente as finalidades das operações de tratamento necessárias para o bom desempenho dos processos editoriais. *Modelos prontos devem ser evitados*, considerando-se a existência de muitas variantes na realidade de cada editora.

Na existência de formulários eletrônicos de submissão ou vendas, o termo de consentimento também precisará ser aceito. Aqui é preciso atentar para soluções tecnológicas que impeçam a ação automática por parte do usuário, forçando, por exemplo, a rolagem do termo e a adoção de caixas clicáveis de concordância para cada finalidade, impedindo o progresso sem a marcação em todas elas. No fim do termo, físico ou eletrônico, é importante constar de forma clara os direitos do titular dos dados.

Outro ponto que merece destaque é a manutenção de cadastros dos clientes/autores para futuras relações, evitando-se o preenchimento de formulários a cada nova transação. Ainda que finalizado o tratamento, a manutenção de base de dados exigirá os mesmos cuidados elencados na LGPD, responsabilizando-se o Controlador por qualquer ocorrência que venha a ferir direitos dos titulares.

Para as situações em que as editoras desejem manter cadastros de clientes e/ou autores, é recomendável a adoção das seguintes precauções:

- a. inclusão da intenção no termo de consentimento, expressando com clareza a finalidade da manutenção dos dados;
- b. indicação, no termo de consentimento, do direito do titular de, a qualquer momento, solicitar a eliminação dos dados do cadastro;

- c. adoção de mecanismos de gestão (eletrônicos ou não) para garantir a incolumidade dos dados e a possibilidade de cumprir em prazo razoável a solicitação de eliminação dos dados.

DADOS ANONIMIZADOS E PESQUISAS NA ÁREA DA SAÚDE

Em estudos realizados por órgão de pesquisa, os dados anonimizados não são considerados dados pessoais para os fins da LGPD, o que exclui a necessidade do consentimento. Mas a norma ressalva os casos em que o processo de anonimização possa ser revertido, seja por meios próprios ou com esforço razoável. (BRASIL, [2019], art. 12)

O art. 13 regulamenta o tratamento de dados nos estudos em área de saúde pública, vedando a revelação deles na divulgação dos resultados. As exigências específicas que o artigo faz inspiram cuidados redobrados dos editores na revisão de tais textos. Embora o tratamento dos dados seja de responsabilidade dos órgãos de pesquisa, a divulgação indevida torna a editora suscetível a ações judiciais de reparação, posto que infringe a lei. Isso reforça a importância de incrementar, nos contratos de publicação, a observância das previsões da LGPD por parte dos autores.

DADOS PESSOAIS DE EMPREGADOS E PRESTADORES DE SERVIÇO

Inclui-se na proteção dos dados pessoais aqueles coletados dos empregados e prestadores de serviço, conforme inteligência do art. 7º, incisos II, V e IX (cumprimento de obrigação legal, execução de contrato e legítimo interesse). Ainda que para beneficiar o próprio trabalhador, a lei deve ser observada nos atos de seleção, contratação, terceirização e rescisão contratual.

Os dados devem ser coletados mediante consentimento expresso do candidato/contratado, informando de maneira clara sobre o uso a ser feito dos mesmos e da eliminação após o fim do recrutamento/contrato de trabalho, ressalvada existência de obrigação legal (trabalhista, tributária ou outra) de conservação dos documentos.

Aqui se faz necessário o alerta quanto ao uso de informações pretéritas (relações de trabalhos anteriores, ações judiciais) para a seleção de trabalhadores, visto que “Os dados pessoais referentes ao exercício regular de direitos pelo titular não podem ser utilizados em seu Prejuízo”. (BRASIL, [2019], art. 21)

É dispensado o consentimento do empregado no tratamento de dados pessoais indispensáveis ao cumprimento de obrigações legais ou regulatórias pelo empregador, (BRASIL, [2019], art. 7º, inciso II) a exemplo daqueles exigidos pela Secretaria do Trabalho, para a seguridade social, relativos ao FGTS, etc.

O TÉRMINO DO TRATAMENTO DE DADOS

Segundo a LGPD, o tratamento de dados é considerado finalizado quando (BRASIL, [2019], art. 15):

- a. a finalidade da coleta for alcançada;
- b. os dados deixarem de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada;
- c. ocorrer o fim do período estipulado para o tratamento;
- d. for requerido pelo titular via comunicação expressa (exercício de seu direito de revogação do consentimento), ressalvadas as situações de incidência do interesse público; ou
- e. determinado pela Autoridade nacional por violação da lei.

Finalizado o tratamento, a regra geral é a eliminação dos dados. A LGPD excepciona apenas quatro situações em que é autorizada a sua conservação (BRASIL, [2019], art. 16):

- a. para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo Controlador;
- b. para o estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- c. para transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados; ou
- d. para o uso exclusivo do Controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

A LGPD prevê algumas sanções administrativas em razão das infrações cometidas às suas previsões (BRASIL, [2019], art. 52):

- a. advertência, indicando prazo para implementação de medidas corretivas;
- b. multa simples, de até 2% (dois por cento) do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, do grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração;
- c. multa diária, observado o limite total do item “b”;
- d. publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência;
- e. bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização;
- f. eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração.

A sanção será aplicada após processo administrativo, resguardando-se a oportunidade de defesa, considerando as peculiaridades do caso e os seguintes critérios para a dosimetria da pena: (BRASIL, [2019], art. 52, § 1º)

- a. a gravidade da infração;
- b. a boa-fé do infrator;
- c. a vantagem auferida;
- d. a condição econômica do infrator;
- e. a reincidência;
- f. o grau de dano causado;
- g. a cooperação do infrator;
- h. a demonstração de adoção de mecanismos e procedimentos para mitigar os danos;
- i. a adoção de política de boas práticas e governança;
- j. a pronta adoção de medidas corretivas;
- k. a proporcionalidade entre a gravidade da falta e a intensidade da sanção.

Portanto, garantir a melhor gestão possível dos dados é fator importante para mitigar penalidades em situações de violação de algum aspecto na lei ou de vazamento de informações. Não se olvide, porém, que tais sanções podem ser aplicadas cumulativamente com outras previstas em leis diversas, nem impedem ações civis e penais. (BRASIL, [2019], art. 52, § 2º)

No caso das editoras de universidades públicas, não incidem as sanções pecuniárias. (BRASIL, [2019], art. 52, § 3º) Entretanto, os servidores públicos são passíveis de responsabilização nas esferas administrativa, civil e penal, podendo o ato violador da lei configurar inclusive improbidade administrativa.

Atuando em conformidade com a lei um roteiro para editoras universitárias

A LGPD inicialmente trazia o prazo de 18 meses, após sua publicação, para entrar em vigor. Com as alterações feitas pela Lei nº 13.853/2019, o tempo de *vacatio legis*² aumentou para 24 meses. Se nenhuma outra mudança vier a ser feita, em 18 de agosto de 2020 sua eficácia será plena. Todas as entidades públicas ou privadas que colem e tratem (física ou eletronicamente) dados pessoais, deverão estar em conformidade com a norma.

O processo de adaptação à lei será único para cada entidade, tendo em vista sua natureza jurídica e seus objetivos, mercadológicos ou não. Num primeiro momento, importante realizar o diagnóstico interno (PINHEIRO, 2018), levantando os seguintes pontos:

- a. inventário: quais dados pessoais são coletados e de que forma são armazenados;
- b. fluxograma: definição dos tratamentos realizados e da finalidade;
- c. mapa de risco: exame de vulnerabilidade (física ou eletrônica) nas formas de coleta, tratamento e armazenamento dos dados;
- d. identificação de fornecedores, parceiros comerciais ou empresas do mesmo grupo com acesso aos dados que precisarão estar em conformidade;
- e. revisão: do Termo de Uso e da Política de Privacidade (se atende aos critérios da LGPD);
- f. cultura institucional: observação das metodologias e práticas das pessoas envolvidas na coleta e tratamento de dados.

2 Expressão latina que significa “vacância da lei”, ou seja, período entre a data de publicação de uma lei e a data em que a própria lei determina que entrará em vigor. (CARVALHO FILHO, 2013)

Feita a análise, segue-se com a atualização ou implantação dos mecanismos de governança dos dados:

- a. criação ou atualização de Temo de Uso e da Política de Privacidade;
- b. produção dos termos de consentimento (ou de cláusulas de consentimento, nos contratos existentes) para cada caso (autores, clientes, funcionários ou prestadores de serviço);
- c. adequação do fluxo de dados (físico ou eletrônico), observadas as finalidades, a segurança dos dados e o tempo de vigência (tabela de temporalidade de guarda);
- d. estabelecimento de protocolos de atendimento ao titular dos dados (para prestação de informações, alterações ou revogação de consentimento, observados prazos mínimos e exigências legais de conservação);
- e. preparação de pessoal, com treinamentos e campanhas de conscientização e atualização das funções (especialmente aquelas definidas em contrato);
- f. instituição de setor ou indicação do responsável pelo atendimento da Autoridade nacional pela fiscalização do cumprimento das normas institucionais sobre os dados e pela prevenção de sanções;
- g. comunicação aos fornecedores ou parceiros comerciais sobre a necessidade de adequarem-se à lei, estabelecendo prazo.
- h. programação de revisão periódica dos procedimentos e checagem de vulnerabilidades.

No ramo editorial é comum a formação de parcerias provisórias para lançamento de determinados títulos. Com a LGPD em vigor, será importante avaliar previamente a condição da conformidade legal dos parceiros, de forma a se evitar sanções e ações judiciais por erros come-

tidos por terceiros. Também deve se considerar a formalização de instrumento jurídico onde as partes declaram atender plenamente as exigências normativas, assumindo a responsabilidade pelos dados a que tiver acesso.

Considerações finais

A LGPD inova no Direito brasileiro ao unificar e uniformizar o tratamento de dados pessoais no país. Reúne em si previsões espalhadas em leis esparsas, decretos, portarias e normas regulamentadoras, além de efetivar direitos constitucionais, como a privacidade, a dignidade da pessoa humana e a cidadania. Além de beneficiar os titulares dos dados, também é salutar para as próprias instituições coletoras, facilitando o conhecimento e atendimento às exigências legais, antes fragmentadas e sujeitas a interpretações diversas.

Ainda que o Brasil retardasse a implementação da norma, o mundo altamente globalizado acabaria impondo a necessidade de mudanças no tratamento dos dados, devido ao efeito dominó provocado pela GDPR. Nesse contexto, a lei brasileira traz segurança jurídica aos negócios, e seus pontos em comum com a GDPR facilitam ainda mais a regularização das práticas institucionais com as do mercado internacional.

Embora mudanças possam vir a ocorrer, tanto na lei quanto no prazo de sua *vacatio legis*, como de fato já ocorreu, tudo demonstra ser esse um caminho sem volta. Em um mundo cada vez mais digital e digitalizado, onde dados pessoais são a base para todas as ações, desde políticas públicas e investimentos comerciais até decisões eleitorais, o controle de sua coleta e tratamento é fundamental para a garantia do Estado democrático de direito. Adequar-se às normas da LGPD, portanto, não significa apenas prevenção de sanções e danos. É, acima de tudo, uma declaração pública de responsabilidade e de respeito aos indivíduos e aos direitos de cidadania.

Referências

- BIONI, B. R. *Proteção de dados pessoais: a função e os limites do consentimento*. Rio de Janeiro: Forense, 2019.
- BRASIL. *Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018*. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 28 set. 2019.
- CARVALHO FILHO, J. dos S. *Manual de direito administrativo*. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- OS 21 maiores casos de violação de dados de 2018. *Época Negócios*, [s. l.], 23 dez. 2018. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2018/12/os-21-maiores-casos-de-violacao-de-dados-de-2018.html>. Acesso em: 28 set. 2019
- PINHEIRO, P. P. *Proteção de dados pessoais: comentários à Lei n. 13.709/2018 (LGPD)*. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.
- TADEU, E. O impacto da nova lei de proteção de dados. *Revista Ensino Superior*, [s. l.], ed. 235, 25 abr. 2019. Disponível em: <https://revistaensinosuperior.com.br/nova-lei-protECAo-de-dados/>. Acesso em: 28 set. 2019.
- TEPEDINO, G.; FRAZÃO, A.; OLIVA; M. D. *Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e suas repercussões no direito brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

LEIA, ESCREVA E PUBLIQUE COMO UMA MULHER

trajetória das mulheres na autoria
das publicações da Editora da UFRGS

Alex Niche Teixeira
Aline Vasconcelos
Clarissa Felkl Prevedello
Débora Deamici Vieira
Fernanda Kautzmann
Gabriela Campagna Azevedo
Heloísa Polese Machado
Marleni Nascimento Matte

Sempre há algo não dito e ainda por dizer, sempre há uma mulher lutando para encontrar palavras e vontade de contar sua história. Todos os dias, cada uma de nós inventa o mundo e o eu diante desse mundo abre ou fecha o espaço para outros dentro dele. O silêncio está sendo incessantemente rompido e então, como onda encobrendo as pegadas, os castelos de areia, as algas e as conchas lavadas, o silêncio ressurge. Em parte, construímo-nos a partir das nossas histórias sobre nós mesmas e o nosso mundo, juntas e separadas. A grande experiência feminista de refazer o mundo refazendo nossas ideias de gênero e instigando quem tem o direito de romper o silêncio tem tido imenso sucesso e ainda continua extremamente incompleta. Desfazer as

estruturas sociais de milênios não é obra de uma geração ou de algumas décadas, mas um processo de criação e destruição de escala épica e execução muitas vezes encarniçada. É um trabalho que envolve os mais infinitos gestos e contatos cotidianos, a transformação das leis, das convicções, da política e da cultura em escala nacional e internacional; muitas vezes tal transformação surge do impacto cumulativo daqueles gestos mínimos. A tarefa de chamar as coisas pelos seus verdadeiros nomes, de contar a verdade da melhor forma possível, de saber como chegamos aqui, de ouvir especialmente os que foram silenciados no passado, de ver como as inúmeras histórias se encaixam e se separam, de usar qualquer privilégio que possamos ter recebido para acabar com os privilégios ou para ampliar seu escopo, tudo isso é tarefa nossa. É assim que construímos o mundo. (SOLNIT, 2017, p. 83)

Introdução

Fundada em 1971, a Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) iniciou suas atividades de forma simultânea à busca das mulheres pelo acesso à educação no Brasil. O ano de 1975 foi designado pela Organização das Nações Unidas como o Ano Internacional da Mulher, 8 de março foi estabelecido como o Dia Internacional da Mulher, e o período entre 1975 e 1985 foi definido como o decênio da mulher. Essas iniciativas representam a busca de visibilidade, conscientização política e melhoria das condições de trabalho. (DUARTE, 2019)

Fundada, portanto, na década de 1970, período de importantes conquistas das mulheres brasileiras em diferentes segmentos da so-

cidade, a Editora da UFRGS, próxima a seus 50 anos de história, está desenvolvendo um projeto com o objetivo de reconstruir a trajetória das mulheres que publicaram nesse período, de modo a promover a visibilidade das suas produções de conhecimento. Para isso está sendo realizado um estudo bibliométrico, descritivo e de abordagem quantitativa e qualitativa sobre as publicações das autoras, articulado a uma campanha de valorização e visibilidade dessas enquanto produtoras de conhecimento, intitulada “Leia, escreva e publique como uma mulher?”

Este artigo retoma algumas reflexões sobre a construção social da trajetória das mulheres e apresenta a campanha que está sendo promovida por meio de eventos e canais de comunicação da editora (portal e redes sociais). Na primeira parte, é apresentado um panorama da busca da mulher pela igualdade de acesso e oportunidades, relacionada com a fundação da Editora da UFRGS e as perspectivas/aspirações do estudo. Na sequência, situa-se a editora em relação às autoras e seu pioneirismo na construção do conhecimento. Por último, são apresentadas algumas iniciativas da campanha de visibilidade “Leia, escreva e publique como uma mulher”; que carrega o título do projeto.

As mulheres e a busca pela igualdade

O início das lutas das mulheres por igualdade de acesso e direitos é incerto em termos de período histórico. Desde os primórdios as mulheres foram silenciadas, destinadas à vida privada e ao cotidiano doméstico, e os registros históricos muitas vezes serviram para agravar as diferenças entre homens e mulheres. A história contada pelos homens reforçava a inferioridade feminina por meio da construção de mitos em que a mulher era a causadora da desgraça humana, possuidora de desimportância social, sem autonomia, ou seja, sem nenhuma voz na esfera pública. (BEARD, 2018; MELO; THOMÉ, 2018) Existe ainda, conforme Clare

Hemmings (2009, p. 215), o modo como a estória¹ recente do feminismo é contada, construída por meio de uma narrativa dominante, “ainda que apresente uma gama de inflexões afetivas e críticas”:

Essa estória divide o passado recente em décadas definidas para fornecer uma narrativa de progresso incansável ou de perda, proliferação ou homogeneização. A teoria feminista ocidental conta sua própria estória como uma narrativa em desenvolvimento, onde nos movemos de uma preocupação com unidade e semelhança, passando pela identidade e diversidade, em direção à diferença e à fragmentação. (HEMMINGS, 2009, p. 215)

Essa herança coloca para as mulheres do século XXI o desafio de consolidar seu espaço na atualidade, avançando nas diferentes lutas e também fazendo visíveis suas contribuições na história. Eva Blay (2017, p. 65) chama atenção para o fato de que ainda se iniciam os livros e artigos sobre a história das mulheres afirmando que ela está “sendo recentemente desvendada, considerada inexistente, oculta sob o manto da insignificância, desqualificada.” Mesmo assim, a segunda metade do século XX foi de grande importância para essa história, pois foi escrita por trajetórias de mulheres marcantes, responsáveis por construir os fundamentos do feminismo moderno. (BLAY, 2017)

Nísia Floresta, pioneira no pensamento feminista brasileiro, em 1832, em sua obra *O Direito das mulheres e injustiça dos homens*, já defendia a educação como forma de diminuir as desigualdades, uma vez que elas

1 A autora usa a palavra “estória” para diferencial de “história”. “Em inglês, “story” geralmente refere-se a narrativas ou tradições orais; “history” refere-se a eventos que ocorreram e relatos formais ou pesquisas. Ao longo do texto original a autora utiliza o termo “story”, aqui traduzido por “estória”, para enfatizar o processo pelo qual se produz sentidos sobre o passado, questionando a noção de que a “história” é algo meramente descritivo. (HEMMINGS, 2009, p. 215-216)

resultam em inferioridade, pois “vêm da educação e circunstâncias de vida, [...] somente o acesso à educação permitiria às mulheres tomarem consciência de sua condição inferiorizada”. (DUARTE, 2019, p. 28) Foi somente a partir da década de 1960, segundo Flavia Biroli (2018), que as mulheres conseguiram maior acesso à educação e maior autonomia como cidadãs e, desse modo, puderam ousar imaginar uma vida cujo destino ficaria além da rotina doméstica.

O maior acesso à educação veio a partir da década de 1970, conjuntamente com a queda na taxa de fecundidade, auxiliada, entre outros fatores, pelo advento da pílula anticoncepcional, e resultou em uma maior participação na atividade econômica² diante da expansão da economia e do acelerado processo de industrialização e urbanização. (MELO; THOMÉ, 2018) Esse período foi marcado pela “crítica feminista à ciência e os estudos feministas da ciência. (DUARTE, 2019; LINO; MAYORGA, 2017; OLIVEIRA; AMÂNCIO, 2006) Animadas por um espírito crítico e reflexivo, essas críticas emergem a partir dos anos 1970 e estendem-se a quase todas as disciplinas do conhecimento científico”. (OLIVEIRA; AMÂNCIO, 2006, p. 598) Tayane Lino e Cláudia Mayorga destacam a invisibilidade da mulher no período:

As críticas feministas ao modelo científico hegemônico identificam a ausência/invisibilidade da mulher na ciência e a proposição de novos/antigos fazer no campo. Vemos aqui a reclamação do lugar de sujeito da ciência e da ciência em si. (LINO; MAYORGA, 2017, p. 157)

-
- 2 É importante ressaltar que as mulheres negras já representavam mão de obra escrava no Brasil desde sua chegada da África, e que mesmo as que nasceram já escravas no Brasil, depois do fim da escravidão, continuaram no mercado de trabalho para garantir o sustento dos filhos e filhas. (MELO; THOMÉ, 2018) Por isso os dados históricos se referem à maior participação das mulheres brancas de classes sociais privilegiadas. Segundo Heleieth Saffioti (1976, p. 17, grifo da autora), “a MULHER das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho”.

Segundo João Oliveira e Lígia Amâncio (2006), com o reconhecimento da evidência de que a maioria dos cientistas eram homens, efetivou-se um movimento de denúncia do androcentrismo na produção científica e a preocupação em construir modelos de ciência politicamente implicados, originando uma crítica feminista à ciência. Isso gerou a transição de um modelo de cientistas “excepcionais e excluídas” à “emergência do movimento das mulheres, para passarem a ser uma ‘minorias toleradas’, a partir dos anos 1970”. (OLIVEIRA; AMÂNCIO, 2006, p. 598)

A originalidade da crítica feminista reside na identificação e na denúncia do forte viés androcêntrico que permeia o pensamento científico e os seus desdobramentos, que incluem assimetrias de gênero no ambiente acadêmico e nas instituições de pesquisa, os princípios epistemológicos que norteiam o fazer científico, a forma pela qual são treinados e socializados os aspirantes à carreira de pesquisa, entre outros aspectos. (SOUZA, 2002, p. 78)

Essas reivindicações trouxeram inúmeros avanços para as mulheres, e os dados dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1970, 1980, 1991 e 2010 demonstram esse crescimento e a reversão do hiato de gênero na educação superior no Brasil durante esse período:

Até o fim da década de 1960, as mulheres representaram apenas um quarto das pessoas com educação superior no Brasil. [...] os homens eram quase 75% dos universitários do país. Contudo, a situação mudou muito rapidamente. Em 1980, as mulheres somavam 45,5% das pessoas com educação superior e praticamente chegaram em uma situação de equilíbrio em

1991. Mas, no ano 2000, as mulheres correspondiam a quase 53% do total e alcançaram 58,2% dos universitários brasileiros em 2010. (ALVES et al., 2017, p. 28-29)

Essas mudanças propiciaram que o Brasil se tornasse referência mundial em igualdade de gênero com acesso à educação. O relatório *Gender in the Global Research Landscape* (c2017) é responsável por apresentar um levantamento de dados sobre a publicação acadêmica desenvolvida por mulheres em 12 países ou regiões geográficas, entre os períodos de 1996 a 2000 e de 2011 a 2015. Os resultados da pesquisa colocam o Brasil, juntamente com Portugal, entre os países que mais contam com autoras em trabalhos científicos (49 % do total). Esses dados são superiores aos da participação das mulheres em países como Reino Unido, Canadá, Austrália, França e Dinamarca, em que o número de publicações por mulheres está em aproximadamente 40% do total, índice já considerado como patamar de igualdade. (GENDER..., c2017) No período entre os anos de 1996 e 2000, somente Portugal alcançou taxas superiores a 40%. (GENDER..., c2017) Esses dados, assim como os de escolarização, também colocam as pesquisadoras brasileiras em uma posição de igualdade na pesquisa científica no Brasil, alcançando índices maiores, inclusive, que os países desenvolvidos.

Embora relativamente igualitária em número de publicações, a quantidade de pesquisadoras apresenta desigualdade de acordo com a área do conhecimento, ainda conforme o relatório *Gender in the Global Research Landscape* (c2017). Por exemplo, dentro da grande área da saúde, as mulheres dominam as publicações no Brasil na área de enfermagem, onde 73% dos pesquisadores brasileiros são mulheres, mas nas áreas de ciências de computação e matemática, os homens são maioria, representando 75 % da autoria dos trabalhos, fenômeno que também ocorre na maior parte dos países pesquisados. (GENDER..., c2017)

A desproporção também é reforçada nos dados apresentados por Hildete Pereira de Melo e Débora Thomé (2018, p. 104):

É preciso não esquecer que a participação feminina na ciência não parece ser resultado apenas do processo individual de ascensão em suas trajetórias, mas também de contingências e obstáculos que excluem a mulher do topo da carreira. As bolsas de produtividade e pesquisa explicitam essa assertiva. Os dados mostram que as mulheres e homens participam de campos científicos diferentes e apresentam trajetórias científicas distintas, que podem ser exemplificados pelas bolsas de ‘produtividade de pesquisa.’ Essas bolsas são concedidas quando as pessoas postulantes já finalizaram todo o processo de formação acadêmica e já usufruem de um status acadêmico definido nas suas respectivas áreas de conhecimento. Para conceber essas bolsas, o Comitê Científico faz uma classificação dos postulantes segundo a produção científica.

No Brasil, além da diferença na distribuição em áreas do conhecimento e nas bolsas de produtividade de pesquisa, também há desigualdade na distribuição de autoria dos trabalhos científicos e nos cargos científicos de liderança nas universidades. Os homens ainda são ampla maioria nos cargos de reitores de universidades, de chefes de departamentos e de coordenadores de linhas de pesquisa. Por isso Mary Beard (2018) coloca os seguintes questionamentos: como e por que as definições convencionais de “poder”, e o que está intrínseco a ele, como as questões de “sabedoria”, “perícia” e “autoridade” que trazemos em mente, excluem as mulheres? Isso só reforça o chamado “teto de vidro”, bloqueio invisível que as mulheres não conseguem quebrar para chegar ao topo, mesmo quando estão em iguais condições sociais, conforme destaca Flávia Biroli (2018, p. 13):

O acesso a posições de poder no mundo do trabalho é um exemplo claro de que as desigualdades de gênero permanecem mesmo entre os estratos mais ricos e com maior acesso à educação formal: o chamado ‘teto de vidro’ tem sido constatado nas empresas, na burocracia de Estado e na política, definindo limites mesmo para as mulheres que tiveram oportunidades semelhantes às de seus colegas homens e que são mais escolarizadas do que eles.

A Editora da UFRGS acompanha, ao longo dos seus quase 50 anos, a trajetória dos diferentes movimentos de mulheres em direção ao acesso e, por consequência, a uma participação igualitária em todos os segmentos da sociedade. Como divulgadora e promotora de conhecimento, desempenha um importante papel em publicar diferentes vozes que refletem os acontecimentos e os pensamentos dos que produzem conhecimento. Conforme aponta Rita Schmidt (2017, p. 27):

O conhecimento humano, como tudo que é humano, é condicionado historicamente e construído socialmente, o que implica dizer que os interesses dos que produzem conhecimento – pesquisadores, comunidades científicas, pensadores da cultura – determinam a forma de conhecimento produzido.

Flávia Biroli (2018), ao analisar as relações de gênero nas décadas recentes, relata que a produção do conhecimento vem sofrendo inúmeras transformações, do mesmo modo que a vida cotidiana das pessoas. Por isso, as publicações devem refletir a sociedade e sua diversidade nas diferentes formas de ser mulher, que englobam diferentes gêneros, raças e classes. Edilza Sotero (2013, p. 36) também aponta que “o elemento representativo das experiências das diferentes formas de ser mulher estaria assentado no entrecruzamento entre gênero, raça, classe, geração,

sem predominância de algum elemento sobre outro”. Do mesmo modo, Djamilia Ribeiro (2017, p. 61) salienta que a diversidade de experiências é importante para a quebra da visão universal, pois “uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social, vai experienciar gênero de outra forma”.

João Oliveira e Lígia Amâncio (2006) também destacam que, antes de serem cientistas, as mulheres partem de um determinado posicionamento na hierarquia social que engloba etnicidade, sexo, classe, orientação sexual, nacionalidade, entre outros. Para a pesquisadora Flávia Biroli (2018), existe, sim, a questão de gênero, mas não se pode tomá-la de forma isolada, pois reduz o potencial da crítica. Além disso, bell hooks (2019, p. 63) afirma que reconhecer a “interconexão entre sexo, raça e classe enfatiza a diversidade da experiência, forçando uma redefinição dos termos para a unidade. Se mulheres não compartilham de uma ‘opressão comum’, o que pode servir então como base para nos juntar?” Nesse sentido, Constância Lima Duarte (2019) ressalta a importância da visibilidade das trajetórias e afirma que as mulheres ainda precisam fazer suas histórias mais visíveis.

Talvez seja uma derrota do feminismo permitir que as novas gerações desconheçam a história das conquistas femininas, os nomes das pioneiras, a luta das mulheres do passado que, de peito aberto, denunciaram a discriminação, por acreditarem que, apesar de tudo, era possível um relacionamento justo entre os sexos. (DUARTE, 2019, p. 26)

Além disso, bell hooks (2019) reforça que a importância de enfatizar sexo, raça e classe de maneira conjunta determina a construção social da feminilidade, afastando o gênero como único fator determinante. Por isso, para os propósitos deste projeto de pesquisa aplicada não basta estabelecer um patamar relativo de igualdade: é importante

entender quem são as mulheres envolvidas na produção de conhecimento na Editora da UFRGS ao longo dos seus primeiros 50 anos de história, atentando para como aconteceu a participação dessas mulheres, seus perfis e trajetórias, dando visibilidade através das suas produções de conhecimento.

A Editora da UFRGS e a participação das mulheres

Segundo Laurence Hallewell (2017), a criação da Editora da UFRGS rompeu um longo período de repressão que se iniciou em 1964 e impediu a criação de qualquer outra editora universitária. A criação de novas editoras universitárias só foi retomada no final da década de 1970, época em que ocorreu uma grande onda de criação dessas instituições.

Atualmente, a Editora da UFRGS é um órgão suplementar vinculado à Pró-Reitoria de Coordenação Acadêmica (PROCAD) e está entre as mais importantes editoras acadêmicas brasileiras, tendo publicado centenas de títulos, muitos deles premiados em instâncias do universo cultural e científico local e nacional. É sócia-fundadora da Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU) bem como da Câmara Rio-Grandense do Livro, fazendo-se presente em todas as edições da Feira do Livro de Porto Alegre. Atualmente oferece ao público livros físicos e digitais por intermédio do seu canal virtual de distribuição (livraria.ufrgs.br). No caso dos livros digitais, a distribuição está orientada por uma política de acesso aberto, mantida com o apoio do Repositório Digital da universidade.

Em seu quadro de pessoal conta com uma equipe de trabalho composta por profissionais das áreas de administração, *design*, biblioteconomia, contabilidade, comunicação social e letras, que garantem a

qualidade técnica de todas as etapas do processo de produção de livros, desde o planejamento visual, editoração e revisão, passando também pela divulgação e distribuição. Para a produção das obras impressas o processo é desenvolvido em parceria com a Gráfica da UFRGS.

As obras de autoria de mulheres aparecem pela primeira vez na editora em 1972. Além disso, destacam-se as participações de Ana Íris do Amaral e de Jussara Pansardi da Cunha no Conselho Editorial. A primeira presidiu a sessão de fundação da Editora da UFRGS. Em 1972, a Editora da UFRGS teve em seu catálogo três títulos (Figura 1) publicados por quatro autoras: *Serviço de referência e assistência aos leitores*, de Myriam Gusmão de Martins e de Maria de Lourdes Guimarães Ribeiro; *A técnica narrativa em Lygia Fagundes Telles*, de Katia Oliveira; e *Ensino individualizado*, de Louremi Saldanha.

Figura 1 – Capas dos primeiros livros de autoras mulheres da Editora da UFRGS



Fonte: Registro dos autores.

As áreas de conhecimento das primeiras publicações de autoria de mulheres na Editora da UFRGS estão relacionadas a: Ciências Sociais e Aplicadas (biblioteconomia), Linguística, Letras e Artes

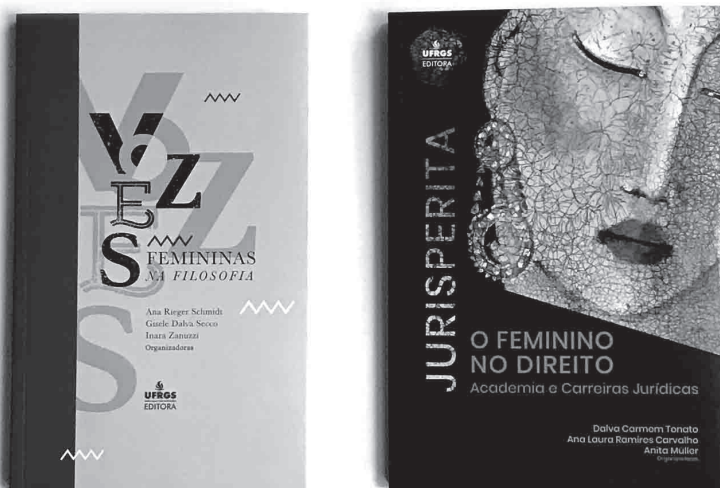
(literatura brasileira) e Ciências Humanas (educação). As temáticas das publicações reproduzem alguns estereótipos relacionados às mulheres. Segundo Ângela Souza (2002), essas áreas são comumente associadas ao feminino devido à sua subjetividade.

Vemos assim que o meio científico reproduz fielmente os estereótipos de gênero já consagrados na sociedade; histórica e socialmente, a objetividade sempre esteve associada ao masculino e a subjetividade, ao feminino; as mulheres foram expulsas do campo da objetividade em função de sua sensibilidade, intuição, seu apego às coisas da alma etc. (SOUZA, 2002, p. 79)

Segundo Jacqueline Pitanguy (2019, p. 84), nos anos 1970, umas das bandeiras de luta do feminismo foi com “relação ao papel da educação e dos meios de comunicação em reforçar estereótipos do masculino e do feminino, configurando o espaço da mulher como o da domesticidade e outorgando ao homem o domínio simbólico do mundo externo”. Após quase 50 anos das primeiras publicações pela editora, mesmo com algumas mudanças quanto à participação das mulheres na pesquisa em diferentes áreas, persiste a herança dessa relação. Conforme o relatório *Gender in the Global Research Landscape*, as mulheres ainda não apresentam patamar de igualdade nas áreas que se dedicam aos “dados objetivos”, como são chamados por Ângela Souza, as ciências naturais, a computação e a matemática.

A baixa representação e visibilidade da atuação das mulheres em diferentes áreas está sendo discutida atualmente nas publicações da Editora da UFRGS. Em 2018 foram selecionados, no edital para novas publicações, dois originais que tratam dessa temática: *Vozes femininas na Filosofia e Jurisperita: o feminino no Direito, Academia e Carreiras Jurídicas* (Figura 2).

Figura 2 – Capas dos livros selecionados sobre a valorização das mulheres na Filosofia e no Direito



Fonte: Registro dos autores.

A publicação do livro *Vozes femininas na Filosofia*, na área da Filosofia, segundo as organizadoras do livro, Ana Rieger Schmidt, Gisele Dalva Secco e Inara Zanuzzi (2018), partiu da insatisfação com a baixa representatividade das mulheres na atividade filosófica, seja como objeto de pesquisa, seja como participantes do cenário acadêmico brasileiro. As autoras relatam no livro que “a menor proporção de mulheres em relação a homens não é característica peculiar à filosofia, mas é uma constatação, deve-se reconhecer, cuja consciência acompanhada de ação aparece, no Brasil, mais tardiamente do que em outras áreas”. (SCHMIDT; SECCO; ZANUZZI, 2018, p. 9)

Do mesmo modo, o livro da área do Direito, segundo as organizadoras Dalva Tonato, Ana Carvalho e Anita Müller (2019), é constituído por relatos que servem como modelo e inspiração, não somente

aos estudantes, aos operadores do Direito e aos juristas, mas também à sociedade brasileira em geral, com a finalidade de difundir a mensagem que as autoras entendem civilizadora: conquista do acesso do feminino a quaisquer papéis sociais aos quais as mulheres aspirem.

Motivadas por esse momento, a equipe da Editora da UFRGS, formada por muitas servidoras, passou também a idealizar meios de auxiliar na promoção e valorização das autoras, buscando a visibilidade de suas trajetórias em consonância com o relato de bell hooks (2019, p. 19), no qual afirma que “desafiar mulheres a se manifestar, a contarmos nossas histórias, tem sido um dos aspectos transformativos centrais do movimento feminista”.

Diante desse cenário, o projeto “Leia, escreva e publique como uma mulher” é instigado pela situação das mulheres produtoras de conhecimento e a necessidade de divulgar suas trajetórias e apresentar-se como uma contribuição na construção de uma sociedade mais inclusiva para elas nas diferentes áreas do conhecimento, demonstrando comprometimento e engajamento do grupo, conforme salienta bell hooks (2019, p. 67)::

Todos os esforços de autotransformação nos desafiam a nos engajar em permanente autoexame crítico e de reflexão sobre a prática feminista, sobre como vivemos no mundo. Esse comprometimento individual, quando aliado ao engajamento numa discussão coletiva, proporciona um espaço para a resposta crítica que fortalece nossos esforços para mudar e nos tornarmos novos.

Desse modo, o trabalho desenvolvido na Editora da UFRGS passa também a funcionar como categoria mediadora por excelência, que, por meio da tomada de consciência, moldada pelo agir

prático, teórico, poético, realizado por meio das perguntas e respostas, articulou uma atividade prática para gerar transformação atuando como “ponto de partida do conhecimento, da cultura e da conscientização”. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, [20--], p. 3) Nesse contexto, o trabalho se altera de uma adaptação passiva, meramente reativa, para um agir de maneira transformadora, consciente e ativa, permitindo um posicionamento como indivíduos que não atuam somente na esfera técnica de suas atividades, isolados, executando apenas tarefas mecânicas, mas que assumem o lugar de sujeitos capazes de representar, encarnar, articular uma mensagem, uma visão, uma atitude, uma filosofia e uma opinião em favor de um público. (SAID, 1996)

Além disso, a tomada de consciência para a transformação voltada à sociedade como um todo amplia a atuação da editora, que pode ir além da produção e distribuição de livros. Assim, está diretamente relacionada com seu papel social: “a ideia de que a editora pode contribuir para a formação de uma consciência social amplia o alcance de sua atuação para além da comunidade universitária e da região onde está inserida”. (BUFREM, 2015, p. 388) Leilah Bufrem (2015, p. 429) relata, ainda, que essa inserção também reforça a noção de consciência crítica diante da realidade:

A universidade seria, dentro dessa concepção, espaço aberto de elaboração cultural, mas, sobretudo, espaço político, onde se questiona a realidade, o contexto e as relações desse contexto, onde se elaboram projetos, justapondo teorias e experiências no esforço para a solução de problemas.

Nesse contexto nasceu a ideia do projeto “Leia, escreva e publique como uma mulher: trajetória das mulheres na autoria das publi-

cações da Editora da UFRGS”, cujo objetivo é reconstruir o percurso das mulheres que publicaram nos primeiros 50 anos da Editora da UFRGS, por meio de um estudo bibliométrico, descritivo e de abordagem quantitativa e qualitativa, articulado a uma campanha de valorização dessas autoras enquanto produtoras de conhecimento na Editora da UFRGS, promovendo e divulgando as produções de autoria de mulheres por meio de eventos e canais de comunicação da editora (portal e redes sociais). As primeiras ações da campanha são apresentadas a seguir.

Leia, escreva e publique como uma mulher

O primeiro passo para a promoção da campanha foi a criação de sua principal via de comunicação: uma página no Facebook. A utilização das mídias sociais, segundo Cristiane Costa e Heloísa Buarque de Hollanda (2018, p. 60), é de grande importância para o feminismo atualmente. Sem essas mídias, “os novos feminismos não teriam alcançado a amplitude que tiveram”. Nesse sentido, a campanha vai em direção ao que bell hooks (2019, p. 65) chama de “desenvolver estratégias de comunicação e inclusão que permitam uma implementação bem-sucedida dessa visão feminista”.

Além disso, as autoras salientam que “as linguagens que o feminismo explora nas redes têm características próprias” (COSTA; HOLLANDA, 2018, p. 60) Entre elas está “a exploração metódica da força mobilizadora dos relatos pessoais, um dos principais movimentos políticos do feminismo em rede. É descoberta aqui uma chave importante. As experiências em primeira pessoa, tornadas públicas na rede, passam a afetar o outro”. (COSTA; HOLLANDA, 2018, p. 60)

Leilah Bufrem (2015, p. 454) reforça a importância da presença virtual para a promoção das editoras universitárias, pois “o universo das editoras universitárias estendeu-se e as virtualidades eletrônicas permitem hoje a ampla divulgação das atividades e das produções das editoras”. Conforme bell hooks, (2019, p. 65) “livros são uma fonte primária de educação, o que significa que a massa de pessoas que ainda não lê não consegue acessá-la.” (HOOKS, 2019, p. 65) Por isso a utilização de diferentes meios de divulgação pode servir como meio de aproximar o público dos livros, gerando interesse.

As ações relatadas no artigo aconteceram no período de outubro de 2018 a julho de 2019 e partiram de três estratégias principais: divulgar a página do projeto, as ações de promoção dos livros e dar visibilidade às autoras da Editora da UFRGS. O Facebook da campanha também divulga eventos diversos e conteúdos relativos ao acesso e participação das mulheres em diferentes segmentos da sociedade. Posteriormente também serão veiculados relatos em vídeo sobre as trajetórias das autoras que tiveram seus livros publicados ao longo dos últimos 50 anos da Editora da UFRGS. A campanha também conta com uma camiseta promocional, que tem sido utilizada como ferramenta de engajamento e promoção da campanha. Chama a atenção da equipe de trabalho do projeto o fato de o público frequentemente perguntar sobre como e onde adquirir a camiseta. Acredita-se que esta manifestação demonstra que o projeto e a camiseta despertam o interesse e que as pessoas se identificam com a mensagem expressa no título do projeto.

O lançamento da campanha aconteceu de forma presencial, com duas ações de divulgação nas quais as mulheres foram convidadas a “vestir a camiseta do projeto”. A primeira ação foi junto às mulheres em cargos de direção na UFRGS, e a segunda com as que formaram a mesa

de abertura do Salão UFRGS de 2018:³ a escritora Cíntia Moscovich e a jornalista Fernanda Carvalho.

A primeira ação para o lançamento da página do projeto nas redes sociais foi realizada com a comunidade participante do Salão UFRGS 2018, no espaço físico destinado à editora no evento. O público foi convidado a compartilhar no Facebook fotos registradas no estande da editora (Figura 3A). As três fotos mais curtidas foram contempladas com a camiseta do projeto. A ação alcançou mais de 6.500 participações e marcou o início da presença do projeto nas redes sociais.

No início do ano de 2019, com o objetivo de divulgar a página do projeto e incrementar a participação virtual do público, foi organizada uma ação de distribuição das camisetas promocionais, promovendo maior engajamento do público. A iniciativa cumpriu o seu objetivo e alcançou cerca de 2.000 pessoas.

A Feira do Livro de Porto Alegre 2018 foi palco para o painel: “A mulher na produção científica pelo olhar das autoras das obras *Vozes femininas na Filosofia, Saúde coletiva, desenvolvimento e (in)sustentabilidades no rural e Pesquisas e proposições pedagógico-curriculares na escolarização inicial da educação básica*”, com a mediação de Rita Terezinha Schmidt. A atividade teve o objetivo de discutir a presença da mulher na produção científica em diferentes áreas do conhecimento e divulgar as obras das autoras. O estande da editora na Feira do Livro de 2018, juntamente com a página da campanha no Facebook, foram espaços utilizados para promover as ações do projeto (Figuras 3B e 3C) e alcançaram mais de 2.200 pessoas.

3 O Salão UFRGS é realizado anualmente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e articula as atividades de ensino, ensino pesquisa e extensão em único grande evento, com atividades gratuitas. (UFRGS, 2019)

Figura 3 – Imagens das ações do projeto promovidas na página do Facebook



Fonte: elaboração dos autores.

No Fórum Social Mundial 2019, realizado em Porto Alegre, foi promovido um painel com o título: “Mulheres na área: liberdade e empoderamento pela prática do futebol”, com a participação da autora do livro de mesmo título, Cláudia Samuel Kessler (Figura 3D). Na ocasião, a autora teve a oportunidade de discutir com o público presente na Assembleia Legislativa do Estado questões relativas às mu-

lheres e o futebol. O evento foi divulgado pela página da campanha e alcançou mais de 900 pessoas.

Por ocasião do Dia Internacional da Mulher, a imagem da marca da campanha foi compartilhada (Figura 3E), atendendo a pedidos feitos na Feira do Livro e de pessoas que gostariam de confeccionar sua camiseta. A ação alcançou mais de 1.200 pessoas no Facebook. Também durante o mês de maio de 2019, foi feita uma ação de distribuição de vale-camisetas nos seis diferentes *campi* da UFRGS (Figura 3F). A ação alcançou mais de 4.000 pessoas nas redes sociais e distribuiu camisetas do projeto para estudantes, servidores e terceirizados, ampliando a campanha junto à comunidade acadêmica.

No Dia Nacional do Futebol, celebrado em 19 de julho de 2019, foram realizadas duas ações de engajamento e divulgação: uma digital e outra presencial. Nas redes sociais, na página do projeto, criou-se promoção com distribuição de *kits* de camisetas e exemplares do livro *Mulheres na área* (Figura 3G). A iniciativa esteve vigente por seis dias e alcançou 994 pessoas.

A ação presencial teve como objetivo estabelecer relacionamento com a imprensa regional. O público-alvo foram jornalistas mulheres, apresentadoras de programas televisivos de esporte exibidos no estado do Rio Grande do Sul. O agendamento da ida aos estúdios dos canais de televisão foi realizado previamente por telefone e a visita consistiu na entrega de um *press-kit* com cartão alusivo à data, camiseta do projeto e exemplar do livro *Mulheres na área* (Figura 3H). As jornalistas escolhidas foram: Cris Barth, apresentadora do programa *Os donos da bola*, exibido na Band RS; Débora de Oliveira, do programa *SBT Esporte RS*, do canal SBT; e as jornalistas Alice Bastos Neves e Kelly Costa, do programa *Globo Esporte RS*, da RBS TV. As comunicadoras foram muito receptivas ao projeto e ao conteúdo do livro.

Considerações finais

O projeto “Leia, escreva e publique como uma mulher”, fruto da iniciativa das servidoras da Editora da UFRGS, motivadas pela busca de visibilizar e entender quem são as mulheres que publicaram ao longo dos 50 anos da Editora da UFRGS, por meio de suas diferentes trajetórias, está contribuindo para dar visibilidade à participação das mulheres na produção de conhecimento em diferentes áreas em que podem atuar, contribuindo para a visão de que o conhecimento produzido por mulheres é permeado pela diversidade. Nesse sentido, inicialmente o projeto está implementando algumas estratégias de comunicação.

Ao final desta fase do projeto verifica-se que as ações realizadas pela campanha “Leia, escreva e publique como uma mulher”, tanto por meio do ambiente virtual, com a utilização das redes sociais, quanto através de eventos promocionais das publicações das autoras da Editora da UFRGS, foram importantes para o reconhecimento do seu protagonismo e as diferentes experiências e trajetórias na construção do conhecimento. Neste artigo foi enfatizada a campanha de divulgação efetivada com auxílio das mídias sociais, ferramentas que possibilitam visibilidade e engajamento atualmente. Nesse contexto, o número expressivo de pessoas atingidas pelas ações na página do Facebook da campanha mostra a construção de relações com a comunidade, de laços que propiciam a troca de perspectivas e estratégias, e que enriquecem a compreensão de gênero.

Na sequência do projeto também pretende-se produzir vídeos para auxiliar na visibilidade das trajetórias das autoras que publicaram nos primeiros 50 anos da Editora da UFRGS. Além disso, se empreenderá o aprofundamento da pesquisa de análise documental de toda a produção da Editora da UFRGS desde sua fundação, por meio

de um estudo bibliométrico, em que serão utilizados procedimentos estatísticos para delimitar as áreas de atuação, confirmar o gênero, delimitar raça, classe, trajetória acadêmica e áreas de atuação de maneira quantitativa.

Referências

- ALVES, J. E. D. *et al.* Meio século de feminismo e empoderamento das mulheres no contexto das transformações sociodemográficas do Brasil. *In: BLAY, E. A.; AVELAR, L. (org.). 50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos.* São Paulo: EDUSP, 2017. p. 15-54.
- BEARD, M. *Mulheres e poder: um manifesto.* Tradução Celina Portocarrero. São Paulo: Crítica, 2018.
- BIROLI, F. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- BLAY, E. A. Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas: o caso brasileiro. *In: BLAY, E. A.; AVELAR, L. (org.). 50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos.* São Paulo: EDUSP, 2017. p. 65-97.
- BUFREM, L. S. *Editoras universitárias no Brasil: uma crítica para a reformulação da prática.* 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUSP, 2015.
- COSTA, C.; HOLLANDA, H. B. de. Rede. *In: HOLLANDA, H. B. de (org.). Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade.* São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 43-60.
- DUARTE, C. L. Feminismo: uma história a ser contada. *In: HOLLANDA, H. B. de (org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto.* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 25-47.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores: excertos. *Escola*

de Governo. Porto Alegre, [20-]. Disponível em: <https://tinyurl.com/y4oyfanc>. Acesso em: 16 jun. 2019.

GENDER in the global research landscape. [S.l.]: Elsevier, c2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/y5l543vk>. Acesso em: 1 ago. 2018.

HALLEWELL, L. *O livro no Brasil: sua história*. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2017.

HEMMINGS, C. Contando estórias feministas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 215-241, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://tinyurl.com/y4z5rayo>. Acesso em: 22 jul. 2019.

HOOKS, b. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Tradução Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

LINO, T. R.; MAYORGA, C. Mulheres, ciência e a escrita em si: desafios epistemológicos da enunciação de mulheres na ciência contemporânea. *Cadernos de Estudos Culturais*, Campo Grande, v. 9, n. 18, p. 155-177, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://seer.ufms.br/index.php/cadec/article/view/5691>. Acesso em: 2 ago. 2018.

MELO, H. P. de; THOMÉ, D. *Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

OLIVEIRA, J. M. de; AMÂNCIO, L. Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 597-615, set./dez. 2006. Disponível em: <https://tinyurl.com/y2ul7ad6>. Acesso em: 1 ago. 2018.

PITANGUY, J. A carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 81-96.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAID, E. W. Representaciones del intelectual. In: SAID, E. W. *Representaciones del intelectual*. Barcelona: Paidós, 1996. p. 23-40.

SCHMIDT, A. R.; SECCO, G. D.; ZANUZZI, I. (org.). *Vozes femininas na Filosofia*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2018.

- SCHMIDT, R. T. *Descenramentos/convergências*: ensaios de crítica feminista. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
- SOLNIT, R. *A mãe de todas as perguntas*: reflexões sobre os novos feminismos. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SOTERO, E. C. Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo. *In*: MARCONDES, M. M. *et al.* (org.). *Dossiê mulheres negras*: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília, DF: IPEA, 2013. p. 35-52. Disponível em: <https://tinyurl.com/yykna9m4>. Acesso em: 28 ago. 2018.
- SOUZA, Â. M. F. de L. e. O viés androcêntrico em biologia. *In*: COSTA, A. A. A.; SARDENBERG, C. M. B. (org.). *Feminismo, ciência e tecnologia*. Salvador: REDOR: NEIM-FFCH: UFBA, 2002. p. 77-88. Disponível em: <https://tinyurl.com/y3qbko5>. Acesso em: 1 jun. 2019.
- TONATO, D. C.; CARVALHO, A. L. R.; MÜLLER, A. *Jurisperita*: o feminino no Direito: academia e carreiras jurídicas. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2019.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS. Secretaria de Comunicação. *Salão UFRGS*. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/salaoufrgs./2018/10/16/abertura-do-salao-ufrgs-discutiu-diversidade/> Acesso em: 1 jul. 2019.

SOBRE OS AUTORES

ALESSANDRA DE LINHARES JACOBSEN

Doutora em Engenharia de Produção, professora do Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É membro do Núcleo de Estudos em Gestão da Informação, do Conhecimento e da Tecnologia (NEGICT) do CSE/UFSC e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Organizações Públicas e Universitárias.

ALEX NICHE TEIXEIRA

Cientista social, doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. Diretor da Editora da UFRGS.

ALINE VASCONCELOS DA SILVEIRA

Bacharela em Ciências Jurídicas e Sociais e Administração (UFRGS), especialista em Gestão Pública pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Assistente em administração. Chefe de distribuição da Editora da UFRGS.

AMANDA RAMALHO

Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Biblioteconomia pelas Faculdades Integradas Coração de Jesus (FAINC) e pós-graduada em Docência no Ensino

Superior. Membro da Coordenação do Programa SciELO/FAPESP (www.scielo.br), onde desempenha a função de coordenadora do Projeto SciELO Livros (<http://books.scielo.org>), participando de todas as fases de implantação do projeto, sendo responsável pelo gerenciamento da produção das publicações digitais (EPUB) e exportação de metadados para bases de dados nacionais e internacionais.

ANA GABRIELLA DE CARVALHO ALBUQUERQUE

Graduada em Comunicação em Mídias Digitais (UFPB) e em Design Gráfico pela Estácio-PB. Tem especialização em Comunicação e Marketing em Mídias Digitais. Atua como diagramadora de livros na Editora UFPB.

BRUNO ALEXANDRE BEZERRA DE AQUINO SIQUEIRA CAMPOS

Mestre em Gestão de Organizações Aprendentes (UFPB). Especialista em Segurança da Informação - ESTÁCIO DE SÁ (2014). Graduado em Ciência da Computação pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNI-PÊ) (2011). Atua como Analista de Tecnologia da Informação – UFPB.

CARLA ROSANI SILVA FIORI

Mestre em Administração Universitária (PPGAU/UFSC), administradora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), com lotação como editora assistente na Coordenadoria de Publicações Científicas da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (IFSul). Tem experiência na área de Administração (atuação profissional e ensino).

CARLOS DANILO M. REGIS

Professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Doutor em Engenharia Elétrica na ênfase de Processamento de Sinais pela Universidade Federal de Campina Gran-

de. Atualmente é líder do Grupo de Pesquisa em Processamento Digital de Sinais (GPDS) do IFPB, diretor executivo da Editora IFPB e editor-chefe da *Revista Principia*.

CLARISSA FELKL PREVEDELLO

Programadora Visual pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestra em *Design* doutora em Informática na Educação (UFRGS). Programadora Visual da Editora da UFRGS.

DÉBORA NUNES DEAMICI VIEIRA

Graduanda do curso de Museologia (UFRGS). Bolsista da Editora da UFRGS.

DENISE WOLFF

Graduada bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). MBA em Auditoria Integral pela UFPR, mestrado profissional em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Na direção da Divisão de Contabilidade da UFPR, atuou na reestruturação dos controles internos das unidades arrecadoras de receitas provenientes de excedentes de pesquisa. Dentre os trabalhos, destaca-se a emissão da nota fiscal eletrônica na Editora UFPR.

FABIANA DA SILVA FRANÇA

Doutora em Ciência da Informação (PPGCI/IFPB) com período sanduíche no Institut Universitaride Lingüística Aplicada (IULA) da Universitat Pompeu Fabra (UPF-Espanha), bolsista PDSE/CAPES. Possui Mestrado em Ciência da Informação (PPGCI/IFPB), Especialização em Tutoria online e Educação a Distância (SENAC - RJ), Graduação em Biblioteconomia e Documentação (IFPB). Bibliotecária da Editora Universitária da IFPB e atua no Portal de Periódicos da IFPB.

FERNANDA KAUTZMANN

Bacharela em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), especialista em Produção e Revisão Textual pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (Uniritter). Assistente em Administração. Secretária editorial da Editora da UFRGS.

FLÁVIA ROSA

Possui graduação em Comunicação (Jornalismo) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestrado em Ciência da Informação e doutorado em Cultura e Sociedade pela Faculdade de Comunicação, ambos na UFBA. Atualmente é professor associado IV da UFBA, responsável pela implantação do Repositório Institucional desta universidade. Está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Universidade. É diretora da Editora da UFBA e diretora de comunicação da Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU). Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Comunicação científica e Editoração, atuando principalmente nos seguintes temas: comunicação científica, acesso aberto, universidade, atividade editorial, acesso à informação e editoração.

GABRIELA CAMPAGNA DE AZEVEDO

Graduada em Publicidade e Propaganda pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pós-graduada em Planejamento de Comunicação e Gestão de Crise de Imagem (PUCRS). Mestranda em Comunicação (UFRGS). Assistente em Administração da Editora da UFRGS.

GABRIELA MARIA SOARES FERNANDES

Graduada em Comunicação em Mídias Digitais pela Universidade Federal da Paraíba.

GEISA FABIANE FERREIRA CAVALCANTE

Mestre em Gestão de Organizações Aprendentes pela Universidade Federal da Paraíba (2018), Bacharela em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (2015), Bacharelada em Matemática Computacional pela Universidade Federal da Paraíba (em curso). Atua como Coordenadora da Divisão de Administração da Editora UFPB.

GLEISY REGINA BÓRIES FACHIN

Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento, professora do Departamento de Ciência da Informação, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atual diretora executiva da Editora da UFSC. Atua na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, com ênfase em Comunicação Científica e Tratamento da Informação (sistemas de classificação, organização de bibliotecas).

HELOÍSA POLESE MACHADO

Graduada em Relações Públicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), especialista em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RS). Relações Públicas da Editora da UFRGS.

HEUDJA SANTANA VARELA RIBEIRO DE ARAÚJO

Graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e em Administração pela Universidade Federal da Paraíba. Curstando MBA em Consultoria Empresarial.

IZABEL FRANÇA DE LIMA

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2012), Mestre em Educação (2007), especialista em Gestão de Unidades de Informação (2006), graduada em Biblioteconomia

(1989) e em Administração (1999) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atualmente é professora Adjunta do Departamento de Ciência da Informação, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, e do Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes, do Centro de Educação, Diretora da Editora UFPB e líder do grupo de Pesquisa iMclusoS, da Universidade Federal da Paraíba.

JERFSON OLIVEIRA DE SOUZA

Técnico em Artes Gráficas da Editora Universitária da UFPB. Atua na customização da plataforma OMP/PKP.

KÁTIA DE OLIVEIRA RODRIGUES

Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação e Mestrado em Ciência da Informação, ambos na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente é professora adjunta do Instituto de Ciência da Informação e está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia. Membro da Comissão Editorial da revista *PontodeAcesso*. Tem experiência na área de Ciência da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: produção científica, estudos de citação e práticas leitoras.

LAHIRI LOURENÇO ARGOLLO

Mestre em Inovação Tecnológica pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), pós-graduado em Direito e Processo do Trabalho e em Direito Administrativo. Graduado em Direito pela UESC e em Psicologia pela Faculdade de Ilhéus. Professor no Colégio Nossa Senhora da Vitória (Ilhéus), assessor técnico na Procuradoria Jurídica da UESC e psicólogo clínico.

LETÍCIA TAETS

Graduanda em Comunicação Social pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Participou do Programa de Vocação Científica (Provoc/Fiocruz) quando realizou um projeto relacionado aos 20 anos da Editora Fiocruz.

LUCAS MAGNO DE OLIVEIRA AARAGÃO

Graduando em Sistemas da informação (UFPB). Atua como Desenvolvedor Web, Entusiasta de tecnologia.

LUCIANA CABRAL FARIAS

Revisora de texto no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Mestrado em Administração na área de Gestão Estratégica, Trabalho e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB). Graduada em Comunicação Social – Relações Públicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

LYNDA LEE BATISTA DO SANTOS LIMA

Graduada em Administração pela Universidade Federal da Paraíba.

MARIA CLARA SANTANA MAROJA

Graduada em Nutrição pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestra em Ciências da Nutrição pela UFPB. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Integra o quadro efetivo de servidores do IFPB, onde desempenha atividades editoriais relacionadas à publicação de livros e periódico científico.

MARIA FERNANDA MARQUES FERNANDES

Graduada em Jornalismo pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestre e doutora em História das Ciências e das Técnicas

e Epistemologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é jornalista da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

MARLENE OLIVEIRA

Possui graduação em Biblioteconomia pela Fundação de Ensino Superior do Oeste de Minas, mestrado em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e doutorado em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é professora associada da Escola de Ciência da Informação e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão & Organização do Conhecimento, ambos na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisa atualmente os seguintes temas: pesquisa e ensino na Ciência da Informação, seus fundamentos teóricos e interdisciplinaridade. Comunicação científica em temas específicos, produtividade, autores e visibilidade. Estudo de citações.

MARLENI NASCIMENTO MATTE

Licenciada em Letras, doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Técnica em Assuntos Educacionais. Revisora da Editora da UFRGS.

PHELIPE GASIGLIA

Graduado em Letras - Inglês/Literaturas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É especialista em Editoração e Mercado do Livro pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/ Universidade Candido Mendes (IUPERJ/UCAM) e produtor editorial da Editora Fiocruz.

SUSANE BARROS

Graduada em Biblioteconomia e Documentação e mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É coordenadora editorial da Editora da UFBA e professora do Institu-

to de Ciência da Informação da UFBA. Os temas principais de atuação são: comunicação científica, políticas de comunicação da produção científica, economia política do livro, políticas para o livro, indústria editorial, disseminação e recuperação da informação, acesso aberto, editoração científica, periódicos científicos e repositórios digitais.

VANESSA FREITAS

Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), é formada em Comunicação Social pela PUC-Rio, com habilitação em Jornalismo. Possui ainda especialização em Comunicação Empresarial pela Universidade Metodista de São Paulo. É responsável pelo marketing da Editora Fiocruz.

	COLOFÃO
FORMATO	16 x 23 cm
TIPOGRAFIAS	Avenir Next Sabon Next RW
PAPEL	Off-Set 90g/m ² (miolo) Cartão Supremo 300 g/m ² (capa)
IMPRESSÃO E ACABAMENTO	PSI7
TIRAGEM	300 exemplares